UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

A REVITALIZAÇÃO DA LAPA CARIOCA: A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS NOS VESTÍGIOS DA VIOLÊNCIA

Vitoria Ramos Rigotti

Rio de Janeiro
2019

VITORIA RAMOS RIGOTTI

A REVITALIZAÇÃO DA LAPA CARIOCA: A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS NOS VESTÍGIOS DA VIOLÊNCIA[1]

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social.
Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social
Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação

Orientador: Francisco Ramos de Farias

Rio de Janeiro

[1] O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

2019

Catalogação informatizada pelo(a) autor(a)

R565

Ramos Rigotti, Vitoria
A REVITALIZAÇÃO DA LAPA CARIOCA: A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS NOS VESTÍGIOS DA VIOLÊNCIA / Vitoria Ramos Rigotti. -- Rio de Janeiro, 2019.
121

Orientador: Francisco Ramos de Farias.
Coorientador: Leila Dupret.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2019.

1. Reforma urbana. 2. Gentrificação. 3. Memória. 4. Violência. 5. Transformação social. I. Ramos de Farias, Francisco, orient. II. Dupret, Leila, coorient. III. Título.

VITORIA RAMOS RIGOTTI

A revitalização da Lapa Carioca: a construção de memórias nos vestígios da violência

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação

Banca Examinadora

Francisco Ramos de Farias (Orientador) - UNIRIO

Leila Dupret - UNIRIO

Rafael Chaves Vasconcelos Barreto - SEEDUC

Aprovada em 28/06/2019

Agradecimentos

Agradeço a CAPES pela concessão da bolsa de estudos, que possibilitou minha dedicação exclusiva à essa pesquisa.

Não posso deixar de agradecer ao meu orientador, Francisco Ramos de Farias, por ultrapassar o papel de orientador e professor, oferecendo todo apoio ao longo dessa jornada. Obrigada pela paciência e compreensão em todos os momentos que precisei. Seria impossível chegar até aqui sem o seu suporte.

À minha amada mãe, Angela, que sempre me incentivou a estudar.

Ao meu querido irmão, Vinicius, cujo apoio foi essencial para que essa dissertação fosse escrita.

Agradeço ainda ao meu pai, Edson, por todo apoio.

Ao meu companheiro Moyzes e ao meu filho Leon, pelo acolhimento e carinho nos momentos difíceis.

Por fim, agradeço aos professores Leila Dupret e Rafael Chaves Vasconcelos Barreto por aceitarem fazer parte da Banca Examinadora, pela disponibilidade e pelas orientações.

RESUMO

As cidades apresentam peculiaridades e áreas heterogêneas: região central, regiões periféricas, orla marítima, favelas planas e verticais. Espremida entre o mar e a montanha, a cidade do Rio de Janeiro teve seu projeto arquitetônico marcado pela ocupação dos morros e pela expansão em vales e pântanos, sendo necessário diversos processos de aterramento às custas de demolições e arrasamento de morros. Em razão da geografia bastante acidentada, a cidade constantemente evidenciou e evidencia a necessidade de reformas., por um lado, como também em razão do processo de decadência e abandono, por outro. Seguindo essa linha de raciocínio, objetiva-se focalizar a reforma urbana, de cunho restaurador: a revitalização do bairro da Lapa, seus determinantes e suas consequências em termos de embelezamento estético, enobrecimento e segregação social. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica, em pensadores que realizaram, em seus estudos verdadeiras explorações e críticas, abrangendo correntes teóricas que corroboram nossas premissas. Em seguida, lançamos mãos de quadros sinóticos e tabelas para finalizar o processo de análise em um percurso por imagens fotográficas antigas e atuais. A incursão na literatura sobre o processo de revitalização revelou que conceito é dinâmico e admite diversas interpretações de acordo com aspectos sociais, econômico, político e geográfico. Ainda constatamos que é impossível realizar uma reforma sem desapropriação e seu efeito direto: a remoção forçada de pessoas de ocupam edifícios abandonados ou que moram em casas de pouco valor no mercado imobiliário, geralmente condenadas à demolição pelo poder público. Contudo, faz-se necessário destacar o entendimento acerca da revitalização como um processo que, em princípio, não condena à extinção as formas existentes e sim visa a recuperá-las, propiciando-lhes uma nova feição estética e novas modalidades de utilização. Acrescente-se que as justificativas para a revitalização se pautam na ideia de caos e desordem, mas o aspecto que moveu a revitalização da Lapa concerne aos interesses empresariais vinculado ao setor econômico, do que decorreu uma profunda transformação social com a segregação de atores pela gentrificação; o expansionismo dos setores comércio e lazer, e a seletividade controlada de pessoas em função da capacidade de consumo. De resto, salientamos que o embelezamento e o enobrecimento do bairro da Lapa tiveram dupla repercussão. Por um lado, criou estruturas sofisticadas de habilitação e entretenimento, trazendo novos atores sociais, com poder de consumo, para circular e para povoar a região, mudando radicalmente o cenário pela presença de grupos sociais com expressivo poder de consumo. Por outro lado, expulsou grupos sociais considerados indesejáveis e inadequados, tanto em termos de convivência quanto como moradores do bairro esteticamente sofisticado e valorizado economicamente. Contudo, nos indagamos: é possível silenciar as vozes dos atores removidos, sem exterminá-los? Acreditamos que essas vozes vão sempre ecoar em indícios que insistem em se fazer presente e que os órgãos do Estado possam elencar outras alternativas para essa camada da população que não seja apenas o esquecimento e o descaso, uma vez que são vidas que também merecem viver.

Palavras-chave: Reforma urbana. Gentrificação. Memória. Violência. Transformação social.

ABSTRACT

Cities are made of peculiarities and heterogeneities: central and peripheral regions, waterfronts and favelas. Placed between the sea and the mountains, the city of Rio de Janeiro had its architectural project shaken when people occupied hills and expanded to valleys and marshes, being necessary several processes of grounding at the expense of demolitions and destruction of those hills. In this way, due to the rugged geography, the city has constantly demonstrated and still evidences the need for reforms. Following this line of reasoning, we aim at focusing on the urban reform of the revitalization of Lapa neighborhood, its determinants and its consequences in terms of aesthetic embellishment, ennoblement and social segregation. In order to do so, we carried out a bibliographical research, covering theoretical approaches that corroborate our premises. Then, we made use of synoptic frames and tables to finalize the process of analysis in a journey through ancient and current photographic images. The foray into the literature on the revitalization process has revealed that the concept is dynamic and admits many interpretations according to social, economic, political and geographical aspects. Also, we concluded that it is impossible to carry out a reform without facing expropriation and its direct effects: the forced removal of people from abandoned buildings, generally condemned to demolition by the public power. However, it is necessary to emphasize the understanding about revitalization as a process that, in principle, does not condemn the existing forms to extinction, but aims at recovering them, giving them a new esthetic appearance and new modalities of use. It should be added that the justifications for the revitalization process were based on the idea of chaos and disorder, but the aspect that inspired the revitalization in Lapa is related to business interests linked to the economic sector, which resulted in a deep social transformation with the segregation of actors by gentrification; the expansionism of the commerce and leisure sectors, and the controlled selectivity of people as a function of consumption capacity. In addition, we emphasize that the beautification and ennoblement of Lapa had double repercussions: On the one hand, it created sophisticated habilitation and entertainment structures, bringing new social actors, with consumption power, to circulate and to populate the region, radically changing the scenario by the presence of social groups with expressive power of consumption. On the other hand, it expelled social groups considered undesirable and inadequate, both in terms of coexistence and as residents of the aesthetically sophisticated and economically valued neighborhood. However, we ask ourselves: is it possible to silence the voices of the actors removed, without exterminating them? We believe that these voices will always echo in signs that insist on being present and that the State can list other alternatives for this layer of the population that is not just forgetfulness and neglected, since they are lives that also deserve to live.

Keywords: Urban reform. Gentrification. Memory. Violence. Social transformation.

1 LISTA DE FIGURAS

Figura 01 Mapa dos bairros do Município do Rio de Janeiro 13
Figura 02 Mapa de delimitação legal do Bairro da Lapa.....14
Figura 03 Mapa da Lapa em 1760.....22
Figura 04 Mapa da Lapa em 1852.....23
Figura 05 Mapa da Lapa em 1911.....24
Figura 06 Mapa de delimitação legal do Bairro da Lapa 38
Figura 07 Arcos da Lapa no século XVII.....95
Figura 08 Arcos da Lapa no século XIX 97
Figura 09 Arcos da Lapa no século XX.....98
Figura 10 Escadaria Selarón na década de 1990.....99
Figura 11 Escadaria Selarón no século XXI.....100
Figura 12 Área de construção do Condomínio Cores da Lapa.....102
Figura 13 Condomínio Cores da Lapa.....103
Figura 14 Expectativa em relação à remoção 105
Figura 15 A força dos aparatos estatais e o horror das remoções 106

2 LISTA DE QUADROS SINÓTICOS

Quadro 01 Planos urbanísticos da cidade do Rio de Janeiro no século XX 29
Quadro 02 Interações na área urbana central no século XX 32

3 LISTA DE TABELAS

Tabela 01

População da Cidade do Rio de Janeiro e do Centro/Lapa Carioca por década e relação percentual 18

Tabela 02 Variação habitacional por década na cidade e na região 19

SUMÁRIO

1 Lista de figuras 08
2 Lista de Quadros Sinóticos 09
3 Lista de Tabelas.....10
4. Introdução.....12
5 A Lapa Carioca: sua história e seus entornos..... 22
5.1 As reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro 22
5.2 As transformações no bairro da Lapa.....33
5.3 A Lapa Carioca: trajetórias e percursos 40
5.4 O processo de revitalização e suas contradições 49
5.5 A transformação socioespacial da Lapa 56
5.6 A reforma da Lapa em quatro tempos 62
6 Cenários urbanos, violência e produção de subjetividade.....66
6.1 Vestígios e resistências 66
7 Viagem em imagens 95
7.1 Cartões postais da Lapa: os arcos e a escadaria.....95
7.2 Signos de enobrecimento: o Condomínio Cores da Lapa.....101
7.3 Remoções e segregação social.....104
8 Considerações..... 108
Referências.....114

4 Introdução

A história das cidades está marcada pela confluência de processos sociais dos quais resultam significativas transformações, em termos de produção econômica e cultural, visando setores específicos de empreendimento, bem-estar e lazer. A complexa geografia dos territórios urbanos, quase sempre marcada pela heterogeneidade étnica e arquitetônica, pelo menos na cidade do Rio de Janeiro, expressa uma singularidade com nuances subjetivas próprias.

Nesse sentido, dependendo da configuração geográfica de um espaço urbano e das pessoas que nele circulam, temos modos próprios de relacionamento social, bem como visões específicas em relação aos espaços físicos. Com isso, sinaliza-se que a estrutura arquitetônica, não só configura um lugar, mas também interfere radicalmente no modo de ser e agir das pessoas que cotidianamente interagem com esse espaço, a ponto de deixar vestígios e produzir traços de percursos memoráveis.

A organização heterogênea da cidade varia segundo determinados critérios. Em princípio, tem lugar as atividades produtivas estruturadas pelo poder público e pela iniciativa privada, mas também com outras possibilidades, tais como as relações sociais, políticas e culturais de grupos locais.

Há de se considerar também o caráter movediço do fluxo de pessoas, dependendo de deslocamento para postos de trabalho ou para entretenimento, além da tão frequente massa de pessoas adultas em situação de abandono social que povoa determinadas regiões das grandes cidades, caracterizando-se, contraditoriamente, pela permanência e pelas circunstâncias de transitoriedade, como também em situações nas quais essa população é forçada a viver à deriva. Há também o contínuo desgaste das edificações em razão das intempéries naturais razão pela qual se faz necessário uma atenção constante. Caso contrário, em situações que se configura um claro abandono ou omissão do poder público, certas regiões da cidade caminham para um estado de

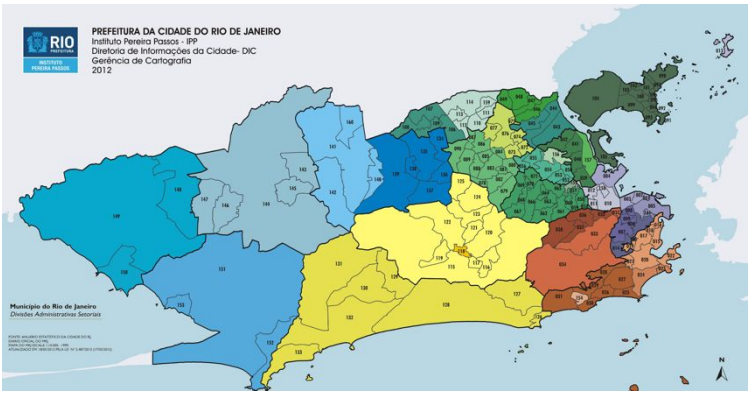
decadência, cuja recuperação e restauração são empreendimentos mais onerosos, se comparadas à manutenção.

Em razão dessa dinâmica pensada em relação a vários fatores, como o tráfego de pessoas, a circulação de veículos, a necessidade de cuidado da área, a decadência, entre outros, o espaço urbano é constantemente reorganizado e reconfigurado, no sentido da produção de novos cenários físicos e humanos. No entanto, para alcançar essa finalidade, muitas vezes, esta reorganização causa apagamentos e outras formas de ocultamento, mesmo em relação àquilo que permanece pelos processos de tombamento. Contudo, qualquer que seja a modalidade desse processo, estaremos diante de vestígios, restos e rastros, os quais devem ser tomados como indícios de vida, elementos importantes para a construção da memória desse lugar.

Sob esta perspectiva, focalizaremos o espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro que, como outras cidades, foi palco de grandes reformas e transformações arquitetônicas, conforme podemos depreender nos recortes de mapas que ilustram, cabalmente, esse percurso. Aprofundando mais esse recorte espacial, elegemos o bairro da Lapa, no centro da cidade, que passou por uma série de processos de revitalizações, que serão apresentados posteriormente,

A circunscrição da área objeto de nossa análise compreende dois recortes. Em primeiro lugar, apresentamos um mapa atual da cidade do Rio de Janeiro discriminado por regiões administrativas, no qual localizamos o espaço em cor marrom que compreende o Centro da cidade, conforme referido na figura abaixo.

Figura 01 - Mapa dos bairros do Município do Rio de Janeiro



Fonte: https://pt.riomap360.com/mapa-bairros-rio-de-janeiro#.XI5fwy3OqN4. 2019

Em segundo lugar, seguiremos a orientação delimitada e focalizaremos na região em epigrafe área de interesses para esse estudo, restringindo-nos ao bairro da Lapa, apresentado em sua configuração atual. Porém consideraremos um percurso histórico, em termos de apresentações imagéticas, com outras configurações da região, mesmo antes de ser a Capital Federal.

O intuito da incursão aos resíduos de outras épocas, nas quais o Brasil conheceu diferentes regimes governamentais (Colônia, Império, República) consiste em retratar nuances de uma evolução histórica, especialmente marcada pela presença do trabalho escravo, a mudança radical de cenário arquitetônico em função da chegada da Família Real em 1808 e a transformação no início do século XX, logo após a abolição da escravatura e a implantação do regime republicano, conhecida com Reforma Pereira Passos.

O motivo que nos levou a escolher o mapa da figura 02, entre as mais diversas retratações da Lapa, deve-se ao fato de que o Bairro foi legalmente criado pela Lei 5.407 de 17 de maio de 2012, pois até então a região conhecida como Lapa fazia parte do Centro da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 02 - Mapa de Delimitação Legal do Bairro da Lapa

Fonte:

https://vejario.abril.com.br/blog/as-ruas-do-rio/lapa-o-mais-novo-bairrro-do-rio/. 2019

A referida lei traçou as ruas limítrofes do bairro de modo a catalogar as suas ruas. Nesse sentido, o novo bairro encontra-se em condições de reivindicações de acordo com suas necessidades específicas e não mais no bojo de regiões do centro, visto que a sofisticação e o embelezamento concorreram para que essa medida fosse decretada considerando o *modus vivendi* dos novos habitantes.

Afora esse aspecto, devemos sinalizar que a separação da região do Centro pela criação do bairro decorreu em muitos benefícios.

Em primeiro lugar, administrar um bairro menor exige menos esforços dos gestores comparado à administração de todo o centro da cidade do Rio de Janeiro que, apesar das reformas, não alcançaram o patamar de enobrecimento da Lapa.

Em segundo lugar, um bairro menor facilita a gestão em termos da manutenção dos aparatos de vigilância e controle fundamentada no mito da segurança.

Enfim, em terceiro lugar, a criação de uma região administrativa tem vários desdobramentos em termos do acesso dos habitantes no sentido tanto de ser uma referência, com visíveis facilidades, especialmente, na economia dos trajetos; quanto para firmar condições identitárias de morador do bairro, consagrando assim, a política empreendida pela Construtora Klabin Segall e a Prefeitura do Rio de fidelidade ao

slogan: Eu sou da Lapa. Essas ações direta ou indiretamente contribuíram para a manutenção do *status* de sofisticação evidenciado pelos luxuosos condomínios, casas noturnas destinadas a um segmento de público, gastronomia especializada e suntuosos antiquários. Essas mudanças são, em certo sentido, um forte vetor de segregação do bairro de outras regiões circunvizinhas tanto do ponto de vista econômico quanto do social.

O aporte metodológico circunscrito para análise que ora pretendermos fundamenta-se em procedimentos estreitamente relacionados.

Primeiramente, os interrogantes selecionados nos apontam diretrizes a serem seguidas, como o rastreamento de rastros e vestígios depreendidos em mapas, fotografias e notícias. Sendo assim, focalizamos esse material no sentido de caracterizar as diferentes configurações do bairro, em uma cobertura que remete a diferentes épocas da história da cidade. Eis nosso ponto de partida na busca de aspectos acerca de um *modus vivendi* referente às condições geográficas, sociais e econômicas do bairro.

Essa tipologia de restos (DEBARY, 2017) uma vez diretamente articulada em suas diferentes nuances, nos faz entender, que o processo de revitalização (XAVIER, et al, 2012), de uma região urbana, ao ser efetivado, traz no seu âmago questões de naturezas distintas, nem sempre sendo explicitados os verdadeiros interesses pelos seus executores. Essa experiência de proximidade ao material, condicionada, sobretudo, pelo encaminhado extraído do *corpus* teórico escolhido, nos possibilita realizar um olhar acurado com vistas a deslindar certas obscuridades próprias da revitalização decorrentes, principalmente, do processo de gentrificação, de acordo com Smith (2007). Desse modo, estamos considerando as mudanças arquitetônicas e igualmente as inúmeras vozes silenciadas, mas que não foram eliminadas, tornando-se, metaforicamente, tipos de assombrações que, a qualquer movimento, podem irromper e tirar a tranquilidade do sono de pessoas de considerável poder aquisitivo.

Os indícios (restos, vestígios, documentos, mapas, fotografias, grafites de denúncia social), que perscrutamos, em nossa abordagem, compõem uma escrita que se constitui como uma memória, a qual problematiza tanto a memória oficialmente constituída, quanto as formas que foram ou que ainda são impedidas de expressão.

Contudo, somos cônscios de que a cidade, como organismo vivo, requer um olhar de cuidado, porém essa circunstância não é, por si mesma, indicadora de que um processo de revitalização não considere a conjuntura de atores de uma determinada região: seus patrimônios arquitetônicos, os legados de sua história, as pessoas que nela habitam, bem como aquelas que nela transitam. Quer dizer: o encaminhamento ético que somos levados a adotar pressupõe uma valorização equânime dos agentes físicos e humanos da região, de modo que, as edificações e os monumentos são tão importantes quanto às pessoas, independente de suas condições sociais.

A par do exposto até então, salientamos que o conjunto de procedimentos selecionados para a nossa reflexão consiste em estabelecer parâmetros de compreensão que elucidem a complexidade de um processo de revitalização, sobretudo considerado o caráter interpretativo a partir de argumentos extraídos do esquema de apoio teórico. Contudo, trata-se de um caminho a ser aberto e construído gradativamente, razão pela qual, não adotaremos a perspectiva generalizante, ou seja, nossas considerações representam uma das múltiplas possibilidades de sentido.

Por esse prisma, o contexto que serve de suporte à abordagem da questão que norteia nossa reflexão pode ser apresentado em duas vertentes.

Em primeiro lugar, adotaremos a posição de construir argumentos para servir como ferramenta no processo de análise do material organizado. Assim, conformamos uma espécie de narrativa que concerne às reformas do bairro da Lapa, mas em termos de incluir as variações próprias da paisagem arquitetônica, sem relegar a segundo plano, a dinâmica das relações sociais, especialmente no tocante às pessoas que tiveram suas vidas drasticamente mudadas.

Chegaremos a esse núcleo de leitura pelos traçados das reformas realizadas e igualmente das vidas, as quais, mesmo silenciadas deixaram restos que sinalizam as suas passagens. Algumas dessas vidas se ergueram em verdadeiros movimentos de resistência, denotando não só as consequências segregativas do processo à revitalização, como também os danos subjetivos causados: essas pessoas foram obrigadas a acondicionarem seu cotidiano em outros lugares tendo que que se adaptarem às condições não habituais. Trata-se de uma modalidade de resistência que não ser

interpretada somente como movimento de oposição e também como tentativas de reafirmação de identidades visando à construção de um novo *modus vivendi* diante das pressões sofridas.

Em segundo lugar, enveredaremos na análise dos espaços de rugosidade, segundo Santos (2006), indagando-se em relação a possível convivência daquilo que atravessa temporalidades com aquilo que emerge, em uma espécie de convivência harmonizada pela imposição dos aparatos estatais. Outrossim, estamos considerando mudanças que afetam a vida da cidade, mesmo que sejam restritas a uma região como o bairro da Lapa. Pretendemos, seguindo essa linha de raciocínio, sinalizar, que a revitalização do bairro da Lapa se capilarizou por, praticamente, toda a cidade do Rio de Janeiro, principalmente em função do deslocamento e concentração da vida noturna para um segmento social de alto poder de consumo.

Enfim, a análise que realizaremos considera as produções da reforma, em termos da importância, tanto para refletir sobre o cenário arquitetônico enobrecido; quanto para as medidas de segregação que se mantém pelas políticas de vigilância e controle social. Por esse motivo, consideramos também que as novas edificações retratam ruínas encobertas, porém pulsantes. É de fundamental importância, que não releguemos esse aspecto em nossa empreitada.

Eis o escopo da nossa tarefa: as pessoas que compunham um cenário anterior à reforma; bem como as edificações que foram demolidas representam, na atualidade, ruínas e vozes que têm o mesmo valor dos atuais circulantes e das monumentalidades presentes. São, por esses ínfimos traçados, por vezes ocultos ou escamoteados, que nos aventuramos a pensar uma nuance do processo de revitalização que é a segregação, pouco importante para quem se encontra em condições de tomar as decisões para a realização de projetos dessa natureza.

Como advertência para nosso encaminhamento reflexivo queremos sinalizar que a revitalização é um processo bastante contraditório: restaura, enobrece, porém igualmente promove o desaparecimento de ruas, prédios e outras referências como também emudece para sempre a voz de muitas pessoas.

A porta de entrada que consideramos para a nossa reflexão assenta-se na interpretação de dados concernentes a questões de natureza demográfica, tendo como foco a região da Lapa em aproximadamente cinco décadas. Para a sequência de nosso encaminhamento organizamos duas tabelas que servirão também de guia na apreciação do material imagético.

Tabela 01 – População da Cidade do Rio de Janeiro e do Centro/Lapa Carioca por década e relação percentual

Década	Total de habitantes da cidade do Rio de Janeiro	Total de habitantes do Centro/ Lapa Carioca	Representação percentual
1970	4.315.746	Dado não localizado	
1980	5.183.992	61.088	1,18
1990	5.473.909	49.095	0,90
2000	5.851.914	39.135	0,67
2010	6.320.446	41.142	0,65

Fonte: IBGE, 2019.

Com base nos dados dispostos na tabela conclui-se que a população da região, que atualmente compreende a Lapa, apresentou um considerável decréscimo de aproximadamente, cinquenta por cento, em um período de cinquenta anos. É curioso observar a relação inversa entre o aumento da população da cidade do Rio de Janeiro e a diminuição de habitantes na região do Centro.

Como explicar essas evidências? Provavelmente uma conjunção de circunstâncias variadas do ponto de vista social, econômico e político devem ser consideradas em um cenário que conheceu o seu apogeu de degradação. Ao invés de a região ser reconhecida pela fama e prestigio, difundiu-se, no imaginário social, a ideia de um local maldito a ser cuidadosamente evitado em função, principalmente, da violência caracterizada pelos pequenos furtos e a instalação de pontos de distribuição de substâncias entorpecentes que se intensificaram após a transferência do Circo Voador,

da Zona Sul, para a Lapa; o funcionamento da Fundição Progresso como casa de divertimento e a própria transformação das Lapa em um bairro de entretenimento para frequentadores de alto poder aquisitivo.

Porém se lançarmos um olhar comparativo constatamos uma variação habitacional bastante curiosa como expressa a tabela 2.

Tabela 02 - Variação habitacional por década na cidade e na região

	Década	Aumento na variação habitacional da cidade	Variação habitacional no bairro
1	De 1970 a 1980	867.724	Dado não disponível
2	De 1980 a 1990	289.917	11.993 (diminuição)
3	De 1990 a 2000	378.005	9.960 (diminuição)
4	De 2000 a 2010	460.532	2.007 (aumento)

Fonte: Elaboração do autor. 2019.

No entanto, destaca-se a crescente diminuição de pessoas, principalmente nas três últimas décadas do século XX, no centro da cidade. Na primeira do século XXI registrou-se um tímido aumento que pode ser considerado como o resultado do aumento de meio milhão de pessoas nessa década. Podemos apresentar várias justificativas para essa ocorrência:

a. os aparatos de vigilância e controle, de inciativa pública e privada, instalados na região impediram o retorno das pessoas removidas, contribuindo, de certo modo para garantir o bem-estar de consumidores e a segurança de comerciantes;

b. a restauração dos sobrados do bairro onde moravam muitas pessoas encareceu o preço dos alugueis, sendo esta uma medida escamoteada para decretar a extinção dos cortiços e pensões;

c. a demolição de imóveis considerados impróprios para a preservação com a finalidade de construção de prédios sofisticados, edifícios comerciais, praças entre outros, representou uma mudança radical em termos de proprietários;

d. a elevação de tributos pelo enobrecimento da região.

É necessário observar que os fatores elencados refletem o resultado direto do processo de gentrificação aliado às práticas de higienização de caráter eugênico. Da mesma forma que a região recebeu uma nova roupagem estética, o poder público impôs, de forma indireta, essa mesma roupagem aos habitantes em uma espécie de processo seletivo calcado na segregação social.

Em certo sentido, prosseguindo nessa mesma linha de raciocínio, podemos dizer que, da mesma forma que os gestores se ocuparam em embutir certos aspectos, considerados feios e desagradáveis como redes elétricas e de comunicação, procederam também a expulsão de determinados grupos sociais que, foram mantidos na periferia da cidade, de certa forma escondidos, sem qualquer poder de retorno, a não ser na condição de andarilhos. Eis uma forma de aplicação sutil, porém calculada de modalidades de violência. Contudo, as pessoas expulsas, por continuarem vivas, são fontes de preocupação, exigindo do poder público mecanismos de intimidação e controle.

Continuaremos nossa incursão, movidos pela inquietação peculiar aos investigadores, percorrendo os inúmeros achados que nos são disponibilizados na modalidade de vestígios imagéticos, os quais serão agrupados em três categorias: 1. Cartões postais do bairro (Arcos da Lapa e a Escadaria Selarón), 2. Signos de enobrecimento (Condomínio Cores da Lapa), e 3. Remoções.

Essas três categorias representam as possibilidades de análise que abrange as direções apontadas em nosso esquema de apoio teórico. Certamente deixaremos de analisar muitas nuances do Bairro da Lapa, porém para os propósitos desse estudo julgamos adequado o recorte circunscrito para fins da nossa abordagem. Os diversos tópicos que não foram abordados, nesse momento, se constituirão em um fértil campo de investigação a ser realizada em outras circunstâncias.

O procedimento escolhido para apurar, aprofundar-se e trazer a lume o objeto recortado são as pesquisas bibliográficas em acervos e arquivos. A partir dos indícios

apontados no processo de construção do esquema de apoio teórico, fizemos uma retomada histórica mais aprofundada acerca da região, juntamente ao levantamento de dados sobre a população residente na região ao longo de praticamente cinquenta anos.

São essas as diretrizes que guiarão a nossa reflexão acerca do processo de revitalização do atual bairro da Lapa Carioca, considerando duas premissas: a construção de memórias em vestígios que indicam passagem de vida e a ação de agentes que, no intento, de reformar a região, planejaram a exclusão de um determinado grupo social a partir de medidas e estratégias que produziram os efeitos esperados.

Este estudo compõe-se de sessões subdivididas em partes. Na primeira parte intitulada: "A Lapa Carioca: sua história e seus entornos" apresentaremos, em linhas gerais, o bairro situando acontecimentos desde o século XVIII até os dias atuais. Em seguida focalizamos na segunda parte intitulada: "Cenários urbanos, violência e produção de subjetividade", considerando as consequências do processo de revitalização. Em uma terceira parte intitulada: "A cartografia da violência: memórias do percurso", lançamos um olhar analítico para algumas paisagens extraídas de sites, como mapas, fotografias, maquetes, no sentido de depreender quais mensagens são evidenciadas nesses documentos e quais apontamentos podemos traçar a partir das informações evidenciadas ou implícitas na qualidade de memórias subterrâneas.

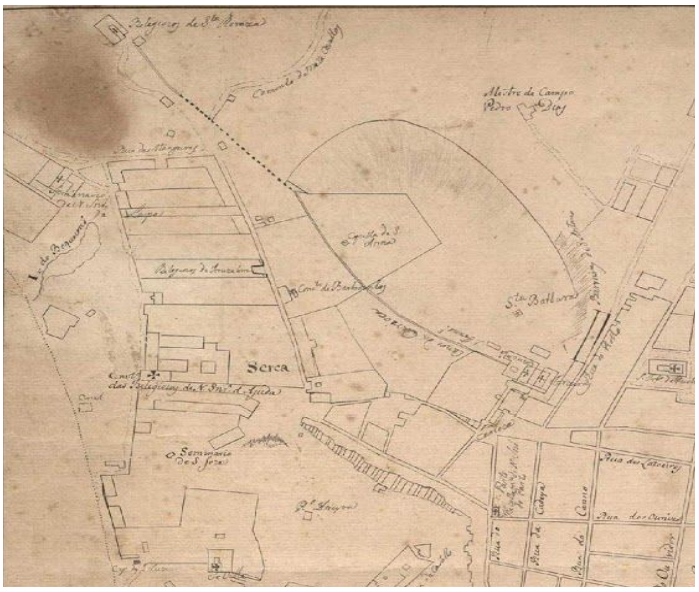
Por fim, propomos considerações em decorrência da análise realizada no percurso, considerando os três vetores suportes da reflexão: transformação urbana, violência e remoção de pessoas, sempre atentos às particularidades do embelezamento e enobrecimento de uma dada região, justificativas utilizadas pelo Poder Público para a realização de grandes obras, sem haver maiores ponderações sobre os custos subjetivos para pessoas de determinados segmentos sociais.

5 A Lapa Carioca: sua história e seus entornos

5.1. As reformas urbanas da cidade do Rio de Janeiro

O espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro foi palco de grandes reformas e transformações arquitetônicas, conforme podemos depreender nos recortes de mapas que ilustram, cabalmente, esse percurso. Selecionamos paisagens a partir de XVII, embora nossa reflexão se dirija às cinco últimas décadas, no sentido de possibilitar a compreensão, mediante o acompanhamento da trajetória de uma cidade que, durante aproximadamente, dois séculos foi a capital do Brasil.

Figura 03 - Mapa da Lapa em 1760



Fonte: Adaptado de:

http://literaturaeriodejaneiro.blogspot.com/20003/02/mapas-antigos-do-rio-de-janeiro.html. 2019

Quando o mapa acima foi produzido, o Rio de Janeiro ainda não era a capital do Brasil, mas já havia, segundo Macedo (2004) um projeto de transferência da cidade de Salvador, em função principalmente de uma questão econômica (escoamento de ouro e diamante) e por razões de cunho político. É conveniente observar que mesmo antes de a cidade se tornar a capital do Brasil, o Aqueduto da Carioca - construção de extrema importância para a cidade, visto que era responsável por levar a água da nascente do Rio Carioca, colhido no Silvestre junto à Santa Teresa, até o chafariz do Largo da Carioca, abastecendo assim a população da cidade - já se encontrava construído e em

funcionamento no processo de abastecimento de água, conforme afirma Carvalho (1990, p. 48):

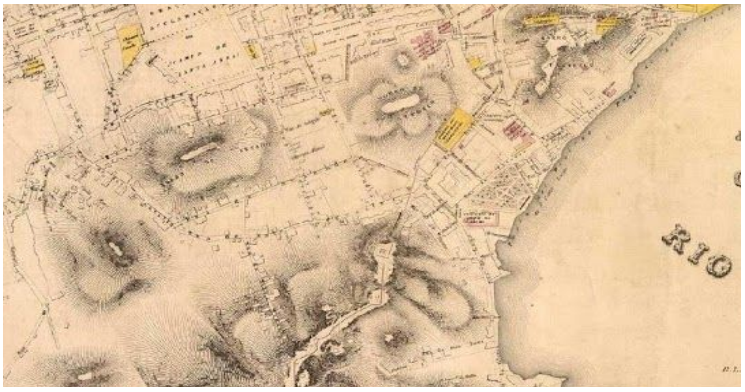
> Coube a Gomes Freire [último governador antes de a cidade ser a capital do país] dar o passo definitivo para a construção de 1744 a 1750 do Grande Aqueduto da Carioca que liga os morros de Santa Tereza e de Santo Antônio. A extensão percorrida pelas águas captadas é cerca de 12 quilômetros. São 42 os arcos construídos e medem 17 metros de altura. Essa obra de engenharia colonial é de tal solidez que, de aqueduto que era, pode passar a ser viaduto.

Atualmente o aqueduto, tendo passado por várias alterações, é utilizado como passagem para o bonde que liga o Centro da Cidade ao Bairro de Santa Tereza, sendo também um dos cartões postais da Lapa e da cidade.

Constata-se nessa representação imagética aspectos curiosos: a presença da Lagoa do Boqueirão da Ajuda que foi aterrada no século XVII com a destruição do Morro das Mangueiras, para dar lugar à construção de casas, abertura de ruas e jardins e a presença da Rua Mata Cavalos, atualmente a Rua do Riachuelo.

Quase um século depois de o Rio de Janeiro ser a capital do Brasil, o nosso percurso pelo século XIX, evidencia-se no seguinte recorte, no qual são observadas transformações significativas, em termos de urbanização e povoamento e de interesses do poder público, especialmente no que concerne à mineração e ao escoamento de riquezas naturais como pedras preciosas, ouro, madeiras de lei, entre outros.

Figura 04 - Mapa da Lapa em 1852



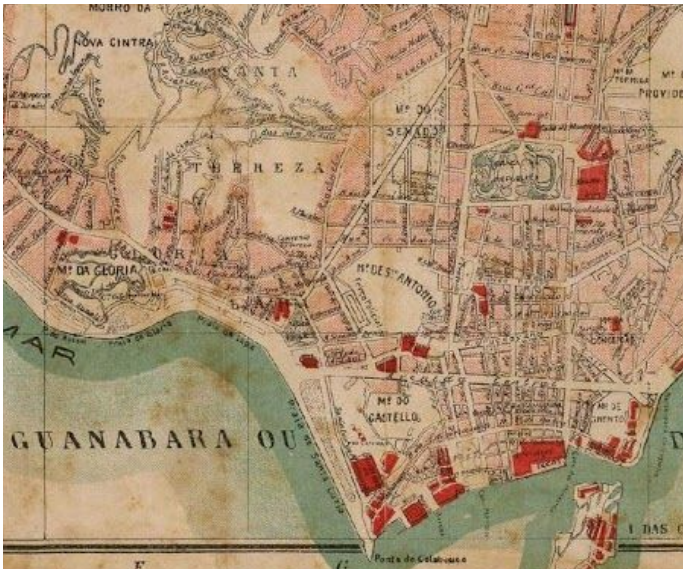
Fonte: Adaptado de:

http://literaturaeriodejaneiro.blogspot.com/20003/02/mapas-antigos-do-rio-de-janeiro.html. 2019

Uma observação importante consiste na apresentação do cenário já sem a presença da Lagoa do Boqueirão da Ajuda, áreas aplainadas pelo arrasamento de morros e com delineamento de novas vias urbanas. Como podemos depreender em quase um século a cidade se tornou bastante complexa, uma vez que nela pulsava a vida política e econômica do país. Cabe também salientar a transformação cultural, em termos de progresso cultural e desenvolvimento econômico com a vinda da Família Real para o Brasil. Nessa época foram criadas instituições consideradas de cunho progressivo como o Primeiro Hospital de Alienadas e a Primeira Prisão do Brasil, demolida recentemente para dar lugar à construção de um grande condomínio do Programa Minha Casa, Minha Vida. Essa instituição prisional situava-se bem próximo ao Centro da Cidade e do Bairro da Lapa.

Prosseguindo essa caminhada, comum a uma geógrafa interessada em deslindar os recônditos das transformações que podemos evidenciar nos traçados existentes, chegamos ao século XX, em um recorte que retrata o centro da cidade depois da primeira e grande reforma urbana, realizada pelo Prefeito Pereira Passos:

Figura 05 - Mapa da Lapa em 1911



Fonte: Adaptado de:

http://literaturaeriodejaneiro.blogspot.com/20003/02/mapas-antigos-do-rio-de-janeiro.html. 2019.

A novidade nesse recorte é a mudança do nome da Rua Mata Cavalos para Rua do Riachuelo existente até nossos dias. Havia uma demarcação da Praia da Lapa, atualmente aterrada e o Morro do Castelo que foi destruído. A complexidade da cidade se intensifica passados sessenta anos da tomada do mapa anterior. Essa época pode ser considerada o ponto de partida para as inúmeras transformações realizadas no Centro da Cidade e áreas circunvizinhas.

A reforma foi realizada pelo então engenheiro Francisco Pereira Passos que tinha concluído seus estudos na cidade de Paris, na época em que o Barão de Haussemann empreendeu a grande reforma da capital francesa. Cabe sinalizar que a justificativa para a realização desse audacioso projeto foi sobretudo de caráter higienista difundido como a erradicação e controle de epidemias responsáveis por grande mortandade na cidade do Rio de Janeiro, conforme propõe Damazio (1996).

Esta reforma visava a transformação do espaço físico em uma arquitetura definida pela beleza considerada aos olhos da elite, concorrendo para a demolição de habitações e remoção de grupos sociais considerados inadequados à região, em função do estigma de serem potencialmente difusores de doenças graves e incômodos sociais devido às suas condições étnicas, econômicas e culturais. Quer dizer, a elite entendia, ao seu modo, que a ausência de hábitos refinados nas pessoas pobres era um grande defeito.

O plano diretor dessa reforma, apresentado sob a alegação do embelezamento da cidade e da implementação de aspectos sanitários, trazia subjacente a política de silenciamento de uma classe social, a qual deveria ser mantida segregada e afastada dos locais de convívio da classe detentora do poder de consumo. A esse respeito, segundo Carvalho (1990, p. 98), é relevante observar que a justificativa para uma intervenção dessa envergadura consistiu em:

> Dar maior franqueza ao tráfego crescente das ruas das cidades, iniciar a substituição das nossas mais ignóbeis vielas por largas ruas urbanizadas, promover melhores condições estéticas e higiênicas para as construções urbanas, proporcionar aos grandes coletores das canalizações subterrâneas

> maior facilidade de colocação e visita, encurtar as distâncias a percorrer na cidade, substituir os infectos rios da parte baixa dos arrabaldes por galerias estanques, sanear, embelezar, melhorar, enfim a nossa mal tratada capital.

Um progresso considerável foi também realizado no calçamento das ruas que era péssimo ou

> não existente; foram asfaltadas as artérias principais. Muitas ruas foram retificadas no seu alinhamento, outras foram submetidas ao recuo progressivo, isto é, a medida das construções que nelas fossem necessárias.

Um olhar acurado no elenco das justificativas apresentadas expressa claramente os destinatários da reforma bem como os grupos sociais que foram diretamente atingidos, uma vez, que áreas escolhidas pelo Poder Público, eram em sua grande maioria habitadas por pessoas de mais baixo poder de consumo com nenhuma força para fazer valer suas vontades, ficando completamente a mercê das determinações estatais. Uma curiosidade acerca das reformas urbanas, nesse contexto, vale ser ressaltada: provavelmente inexiste ou são meramente protocolares audiências públicas destinadas a ouvir, previamente, as pessoas que foram removidas.

No início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro foi submetida a uma grande reforma urbana, ao encargo do então Prefeito Francisco Pereira Passos, que tinha em mente a reestruturação do seu centro, a fim de modernizá-lo. Esta modernização tinha como modelo a grande reforma realizada na cidade de Paris pelo Plano Haussmann, conforme aponta Benévolo (2009).

Este plano apresentava como meta implementar condições para uma maior fluidez no tráfego urbano, no sentido de facilitar manobras militares, por intermédio do alargamento das vias, sendo necessária a demolição de quaisquer construções consideradas impedimento à realização das determinações elencadas no Plano Diretor. No entender de Kok (2005) o pensamento haussemanniano acerca da arquitetura das cidades apresenta uma nuance bastante peculiar, visto que se trata do domínio administrativo e não meramente arquitetônico, ou seja, o urbanismo deve atender a princípios racionalistas enfatizando o aspecto técnico, deixando em segundo plano a dimensão histórica, visto ser fundamental a modernização para o fluxo de pessoas, bem como para o desenvolvimento de estratégias visando a melhoria da circulação. É

pertinente observar que as linhas norteadoras do Plano Haussmann foram praticamente todas assimiladas na Reforma Pereira Passos, excetuando-se a ideia da facilitação para manobras militares.

O Plano Haussmann apresentava como meta, segundo Benévolo (2009), implementar condições para uma maior fluidez no tráfego urbano no sentido de facilitar manobras militares. Por esse motivo, transforma-se um terço do tecido de expansão, sendo que a região escolhida foi Île de la Cité, completamente modificada para adequar-se a fins militares. Essa modificação implicou em demolições pois, de acordo com o pensamento de seu idealizador, a arquitetura das cidades deve ser considerada um problema de cunho administrativo.

No âmbito da Reforma Pereira Passos, e no intuito de atender ao projeto de modernidade, além da justificativa de que se fazia urgente soluções para questões de insalubridade, fez-se necessário a eliminação de lugares considerados degradados, por diferentes razões, especialmente, as habitações condenadas pelas autoridades sanitárias com focos difusores de doenças contagiosas. É interessante salientar que essas habitações eram prontamente demolidas e seus habitantes eram relegados à própria sorte no sentido de reconstruírem as suas vidas, na medida do possível, em lugares periféricos da cidade ou no alto dos morros. De uma maneira ou de outra estariam, assim, segregados do convívio com a elite. Além dessa medida, planejou-se uma reforma com introdução de aspectos estéticos inspirados nas ruas de Paris, como arborização, postes de iluminação, estilos arquitetônicos para prédios residenciais e governamentais, casas de cultura.

Do ponto de vista do embelezamento e do controle das epidemias (diminuição gradativa do número de pessoas que morriam de febre amarela, tifo, tuberculose), os traçados recém-criados no centro da cidade do Rio de Janeiro, devido a essa reforma, tiveram um impacto positivo do ponto de vista técnico. Em decorrência dessa intervenção o sistema sanitário foi modernizado, o que resultou a diminuição do lamaçal em algumas ruas; houve mudanças significativas na iluminação; abertura de corredores para circulação de pessoas; ampliação e facilitação de percursos após o arrasamento de morros e aterramento de lagoas. Contudo apesar desses aspectos positivos, a reforma

deixou de considerar a configuração arquitetônica existente de modo a produzir uma verdadeira transfiguração da cidade, para ajustá-la ao ideal europeu.

Nesse sentido, não se aplicaram políticas de preservação e conservação de monumentos e edifícios históricos. Aliás, esse espírito de demolição se fez presente também em outras épocas, como nas obras para a construção do metrô. De certo modo, toda empreitada é justificada em nome de embelezamento estético, para que, com isso, a cidade figurasse no rol das cidades modernas. Essa aspiração conheceu seu ápice na tentativa de equiparação do Rio de Janeiro à cidade de Paris. Essa analogia foi tão proclamada que, não por acaso, a cidade foi, por muito tempo, nacional e internacionalmente divulgada, segunda Lessa (2001), como a Paris dos Trópicos.

Essa imagem idealizada foi responsável, durante muitas décadas, por uma espécie de apreciação positiva para a cidade que, sequer, correspondia à realidade, visto que, por trás de determinadas fachadas escondiam-se bolsões de miséria e violência. Na verdade, a imprensa divulgava a imagem de uma cidade maquiada, a qual visava atrair turistas e investidores.

A maquete proposta para representar a cidade do Rio de Janeiro, embora copiada *ipses litteres* da capital francesa guardava diferenças radicais; não somente em função do patrimônio arquitetônico de uma cidade de mais de dois mil anos, como também devemos considerar a condição da França como país colonizador. A par dessas circunstâncias, a intenção de fazer do Rio de Janeiro uma Paris dos Trópicos fracassou em vários sentidos: o necessário acondicionamento para os ex-escravos, o plano habitacional para migrantes que representavam a força de trabalho na construção civil e abertura de estradas, os imigrantes estrangeiros que, acostumados ao modo de vida europeu, faziam certas reinvindicações mesmo na ânsia de garantir a sobrevivência, as situações climáticas que favoreciam a expansão de certas epidemias, entre outros. Por essa razão, o plano Haussemann teve que ser completamente adequado a uma cidade com as singularidades do Rio de Janeiro.

Contudo, é pertinente observar que as linhas norteadoras do Plano Haussmann foram quase todas assimiladas na Reforma Pereira Passos, excetuando-se, como já dito, a ideia da facilitação para manobras militares. O projeto de transformação do centro da

cidade do Rio de Janeiro buscava embelezá-lo, a fim de agradar a elite e a cidade ser bem avaliada aos olhos de ricos industriais estrangeiros, bem como fazer do centro o seu espaço administrativo, capaz de abrigar sedes de bancos e empresas, além de destacado polo de lazer, com teatros, cinemas, restaurantes, passeios públicos, praças, bosques, museus, bibliotecas. Ademais, o centro funcionaria como a região de transição e integração entre os bairros da periferia e os da zona nobre da cidade (com instalação de terminais ferroviários e rodoviários e hidroviários).

As incursões imagéticas que serão apresentadas ao longo deste trabalho, são recursos importantes na circunscrição de nosso recorte para análise, considerando que essas mudanças refletiram indiretamente no *modus vivendi* das pessoas que habitavam e circulavam nesses espaços urbanos. Consequentemente, seja na etapa do processo de transformação, época em que um contingente de operários convivia diariamente na região; seja nos arranjos resultantes grupos sociais se organizaram e deixaram rastros das marcas de suas vidas.

Certamente as demolições, os aterramentos, o arrasamento de morro, as destruições de imóveis, a abertura de avenidas e ruas, a construção de praças, a utilização de terrenos esvaziados para dar lugar a projetos de grandes edifícios exigiam a presença de um grande contingente de pessoas que exercessem trabalho braçal para executar essas tarefas. Mesmo fazendo parte do contexto da região, apenas nas horas de labuta, essas pessoas deixaram indícios que podem considerados signos de vida: grande parte das obras eram executadas por escravos e detentos, especialmente no século XIX, conforme assinala Lessa (2001, p. 295):

> A distribuição socioespacial da população do Rio atravessou uma grande transformação no final do século XIX. Os ricos deslocaram-se dos altos para a orla marítima. As frações de pobreza ligadas à logística da cidade permaneceram naqueles prédios degradados do Centro. O povo prestador de serviço procurou sempre a proximidade dos bairros abastados que concentravam os demandantes de seu trabalho. Havia ocupado várzeas próximas às chácaras dos altos e posteriormente situou-se nas encostas dos morros, à retaguarda das praias.

Os diversos planos e projetos de reforma da cidade com aterramento, arrasamento e destruição de morros, demolições, desapropriações, remoções de pessoas, podem ser consideradas como a característica que atravessa o século XX na cidade do Rio de Janeiro, cujos marcos mais expressivos são o Aterro Aeroportuário, o Aterro do Parque do Flamengo e a transformação da Praia de Copacabana. São projetos de reforma com especificações próprias, conforme se observa no Quadro Sinótico 01, a seguir:

Quadro Sinótico 01- Planos Urbanísticos da cidade do Rio de Janeiro no século XX

Planos	Execução	Finalidade
Agache	1929	Primeira proposta de intervenção urbanística na cidade em face da crescente industrialização.
Doxiadis	1965	Proposta destina à ênfase nas vias de integração das cidades.
PuBRIO	1977	Proposta voltada para instituir políticas setoriais para o desenvolvimento econômico e social dos bairros.
PITMetro	1979	Elaboração de um sistema integrado de transportes com vistas à melhoria do fluxo urbano.
Corredor Cultural	1985	Proposta de proteção do ambiente construído e ambiente cultural.
Diretor Decenal	1992	Estabelecimento de normas para políticas da cidade.
Estratégico	2009	Estabelecimento de um projeto voltado para o futuro da cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: Elaboração do autor, 2019.

Não apenas o século XX foi objeto de vários planos, como também a execução de muitos deles teve repercussão no contexto das relações sociais. A realização dos planos exigia a demolição de cortiços e a remoção de pessoas. A estratégia funcional para este fim foi o aumento das taxas de impostos obrigando pessoas a abandonarem

seus locais de vida, como também a retirada de grupos pela gentrificação (SMITH, 2007). Decorre disso que os moradores originais dessa região, bem como de outras, em razão principalmente das 'transformações arquitetônicas, acabam por se tornarem seres desprovidos de lugar; se analisarmos a questão pela lente do fator econômico. Assim sendo, o poder público, de certo modo, planeja e executa um projeto de cidade excludente, mas que incide particularmente na massa de pessoas pobres e demais categorias marcadas pela vulnerabilidade social que são presas fáceis do deslocamento para favelas e regiões de periferias. Esse movimento de segregação é a contrapartida dos interesses econômicos, ou seja, segundo Faulhaber e Azevedo (2015, p. 19), "gentrificar ou ser gentrificado não é uma escolha como nos tentam colocar. Faz parte de uma política".

O termo gentrificação foi cunhado, inicialmente, pela socióloga marxista britânica Ruth Glass, em 1964. A autora discutia a substituição da população pobre pela nova classe média nos bairros de Londres, e sua discussão se limitava mais a questão da especulação imobiliária, apontando um aburguesamento da região central de Londres. O neologismo proposto pela autora se dá a partir do termo "gentry" que, em português, pode ser traduzido como "bem-nascido". Desse modo, a gentrificação seria, então, em seu cerne, a tomada de bairros historicamente ocupados por operários, pela classe média, em detrimento da população pobre.

A discussão de gentrificação que utilizaremos neste trabalho, no entanto, será a proposta por Neil Smith. Este autor, fortemente influenciado pelo geógrafo americano David Harvey, aprofundou os estudos sobre gentrificação. Smith trata a gentrificação como um processo rebuscado, no qual a região a ser gentrificada sofre com o descaso do poder público quase que intencionalmente, até que o cenário passe a ser visto de forma negativa. Desta maneira, acontecem intervenções a fim de "melhorar" aquele lugar, buscando, assim, a ocupação do mesmo por classes "melhores". O autor constatou que a gentrificação acontece em três etapas, as quais ele chama de "ondas". É possível enxergar perfeitamente o processo de revitalização da Lapa Carioca nas etapas da gentrificação propostas por Smith.

A revitalização da região central consistiu na abertura de largas avenidas, com destruição de cortiços, albergues, pensões, justificada pela erradicação de doenças,

controle de focos transmissores, ordenamento urbano e, sobretudo, remoção da população pobre e negra. É importante ressaltar que esta reforma urbana se fez necessária sob a alegação de que a industrialização do Brasil e do Rio de Janeiro, à época, capital do país, já era tardia e precisava de condições favoráveis para ocorrer (ABREU, 2008). Contudo, era preciso revelar para o mundo uma metrópole modernizada, no mesmo patamar de cidades europeias e estadunidenses, reconhecidas em nome do progresso. Era imperativo que a cidade do Rio de Janeiro participasse de um eixo internacional no âmbito das negociações econômicas. A esse respeito, assinalam Faulhaber e Azevedo (2015, p. 9) que:

> [...] o que estava por trás daquela miragem da cidade maravilhosa, de um Rio de Janeiro recuperado em sua autoestima e em sua capacidade de promover qualidade urbanística, por detrás da mágica paisagem do consenso, sem favelas nem mazelas, que os meios de comunicação insistem em promover.

Todavia para atingir a esses propósitos, muitas ações dos aparatos estatais foram responsáveis pelo escamoteamento de várias nuances subjetivas, sob alegações, as mais diversas, de segurança, saúde e bem-estar.

Retomando a questão das modificações das metrópoles propomos um quadro ilustrativo sobre as transformações urbanas que incidiram no centro da cidade como pode ser depreendido no quadro seguinte:

Quadro Sinótico 02 - Intervenções na área urbana central no século XX

Data	Evento
1901-1910	Arrasamento do Morro do Senado: Aterro portuário e bairro da Cruz Vermelha
1903-1906	Reforma Urbana
1922-1935	Arrasamento do Morro do Castelo: Aterro aeroportuário e Esplanada do Castelo
1940-1944	Abertura da Avenida Presidente Vargas
1952-1960	Arrasamento do Morro de Santo Antônio:

1958-1965	Aterro do Parque do Flamengo e Esplanada de Santo Antônio
1979	Implantação do sistema metroviário
1984/1988	Corredor Cultural/Projeto Sagas

Fonte: Borde. 2006, p. 27.

Apresentamos essas ocorrências em função da repercussão na configuração arquitetônica da Lapa e seus entornos. É pertinente observar que a região da cidade do Rio de Janeiro perpetua-se com um grande canteiro de obras, dadas às inúmeras intervenções já realizadas e aquelas que certamente acontecerão.

Desta forma, pode-se constatar que a iniciativa pública, por trás de um movimento de reorganização e melhoramento do espaço urbano, assumiu lugar de destaque no sentido de adequar a cidade ao novo cenário iminente: o da industrialização ante a necessidade de figurar no rol cidades desenvolvidas. Por esse motivo, é preciso relacionar as mudanças ocorridas na região central da cidade do Rio de Janeiro, trazendo como recorte especificamente o bairro da Lapa, outrora Freguesia da Glória, onde se concentravam os boêmios, sendo também o reduto, segundo o critério de compositores, do personagem malandro carioca. As reformas urbanas, desde o início de século XX, produziram mudanças dos grupos sociais que compuseram a região durante este período.

5.2 As transformações no bairro da Lapa

A Lapa Carioca é reconhecida como um símbolo da cidade do Rio de Janeiro que, como toda cidade de grandes proporções, "tem sido o *locus* de poder, cujos espaços tornaram-se coerentes e completos à imagem do próprio homem" (SENNETT, 2008, p. 24). Desde o século XIX, o bairro da região central da cidade tem sua importância geográfica evidenciada, devido ao Aqueduto da Carioca, que tem como símbolo os famosos arcos. Nas últimas décadas a Lapa vem passando por uma série de transformações e revitalizações de seu espaço, promovidos pelo poder público em parceria com os interesses da iniciativa privada. Essa reorganização do espaço urbano causou impactos diretos nos grupos sociais que nele habitam.

Apesar do grande número de trabalhos acadêmicos dedicados a estudar a reformulação de metrópoles urbanas, sobretudo, acerca da região central dessas cidades, não se encontram com facilidade pesquisas que apontem o efeito que essas reformulações causaram no perfil dos grupos sociais que compõem ou compunham esse lugar. Conforme aponta Lessa (2001, p. 14):

> O Rio das últimas décadas do século XX teria vivido um processo de decadência; com seu território intraurbano quebrado, seria uma cidade partida, e possivelmente sofreu um esvaziamento econômico e financeiro e a atrofia de seu peso político. Na década de 1990 a crise foi acentuada em relação ao Brasil. O produto regional contraiu-se 15% entre 1989 e 1992; em 1996 ainda não havia recuperado o nível absoluto de 1989. Houve uma modesta retomada de crescimento em 1988 e 1999. Entre 1991 e 1996 foram destruídos 180 mil empregos industriais no Rio de Janeiro – uma cidade não industrial. A mutilação do Estado brasileiro repercute sobre o Rio mais imensamente que em qualquer outra cidade.

A região que atualmente denomina-se Bairro da Lapa foi palco de grandes transformações nos dois últimos séculos, conforme podemos constatar na análise dos recortes de mapas escolhidos para nossa reflexão. Antes de prosseguir cabe salientar que não esgotamos todas as possibilidades de pesquisa para o escopo desse estudo, pois muitas particularidades podem também ser trazidas para reflexão por outros pesquisadores. Contudo nosso objetivo foi realizar um percurso a partir de certos indicadores que caracterizem a região focalizada.

A expansão do Rio de Janeiro, durante o século XX, causou um esvaziamento do centro da cidade, principalmente se considerarmos a cidade como o cenário de luta de classes em função da urbanização que repercute diretamente no processo de valorização econômica de imóveis e serviços, fatores esses que têm implicações diretas na vida das pessoas e também no contexto das relações sociais. Algumas funções centrais passaram a ser desempenhadas em bairros localizados nas zonas sul, norte e oeste da cidade. Além disso, a desapropriação de imóveis e a subsequente demolição, em alguns casos, são responsáveis pela instauração de vazios urbanos, os quais nem

sempre se integram à dinâmica da cidade. Por esse motivo, Borde (2006, p. 2) assinala que:

> [...] a dinâmica urbana das grandes cidades contemporâneas poderia ser considerada produtora de vazios urbanos e que a apreensão dos seus diferentes níveis de significação desse fenômeno é uma questão paradigmática para a compreensão da dinâmica urbana, da transformação dos vazios urbanos e do papel que estes pode desempenhar no desenvolvimento dessas cidades.

No final da década de 1970, quando o centro se encontrava no auge de decadência decorrida desse esvaziamento, a Prefeitura elaborou o primeiro projeto de preservação para a área central da cidade, que abrangeria os setores da Lapa, Cinelândia, Largo da Carioca, Largo do São Francisco e Saara, o Projeto Corredor Cultural, conforme aponta Macedo (2004).

O plano de transformação fundamentou a materialização arquitetural que representa um fragmento da história da cidade, evidenciando o poder público, tanto no sentido de apagar da memória as vozes desaparecidas no passado; quanto pelo silêncio imposto a outras modalidades de expressão de pessoas e grupos. Assim, a reforma urbana, em face de sua arquitetura, deve ser considerada como uma fonte de memória, visto que a obra arquitetônica é eminentemente ativa e projetada na intimidade da vida cotidiana que realiza um tipo de investimento econômico, político da cidade, refletindo diretamente no contexto das relações sociais. Posteriormente, na década de 1990, donos de antiquários da Rua do Lavradio começaram a promover feiras de antiguidades mensalmente, existentes até hoje. Os antiquários passaram a ser também restaurantes e casas de festa, alterando assim sua função. O restaurante Rio Scenarium é um exemplo dessa transformação.

A requalificação espacial promovida pela associação entre a iniciativa privada e o poder público culminou na revalorização imobiliária do bairro da Lapa. Concomitantemente, a população pobre que historicamente residia na região foi sendo removida, pois, além da reforma urbana exigir a demolição de prédios, muitos empresários adquiriram imóveis como investimento, a um baixo preço, uma vez que a região se encontrava em pronunciado estado de decadência. Disso resultou uma

modelação no âmbito dessas relações na cidade, fruto de mudanças arquitetônicas estruturais que incidiram diretamente sobre as pessoas em função de suas condições econômicas que foram determinantes para que se mantivessem ou não na região uma vez tendo ocorrido a reforma.

Nesse sentido, o triunfo da reforma urbana, ao propor e conseguir reformular aquele local para um novo modelo econômico, tendo como finalidade a ocupação por uma determinada classe social, representa a submissão da região à circulação de grupos, de outros bairros da cidade, atraídos pelos traçados produzidos em decorrência das transformações arquitetônicas, a ponto de favorecer a estimulação da sensorialidade, multiplicando os espaços de encontro de pessoas. Desse modo, as vias produzidas são uma tentativa de "restituir ao cidadão uma ampla expansão de sentidos e de circulação de veículos, restando, no centro das cidades uma dinâmica corporal reduzida pelo afluxo de carros e exiguidade das calçadas" (LE BRETON, 1990, p. 108).

Já na década de 2000, quando a rede de bens e serviços estava bem instalada na região central do Rio de Janeiro, um grande empreendimento imobiliário surge na Rua do Riachuelo: o Condomínio Cores da Lapa destinado à classe média. Os apartamentos também foram adquiridos por investidores que desejavam lucrar com os aluguéis de imóveis na região central da cidade.

Passadas quase duas décadas esse condomínio é uma espécie de oásis de qualidade de vida e de segregação social no bairro, uma vez que seus habitantes dificilmente interagem com aqueles que, nele, nasceram e cresceram. Certamente esse condomínio é a melhor ilustração para o processo de gentrificação, conforme apontam Gevehr e Berti (2017).

Apesar de haver muito material histórico documentado sobre os ciclos de renovação da região, não há um enfoque detalhado das transformações a partir da perspectiva dos grupos sociais que foram diretamente afetados nem um acompanhamento acerca das políticas públicas de reassentamento das pessoas removidas. Em muitos casos, a ação dos aparatos estatais findou com o processo de indenização, momento a partir do qual cada pessoa sem teto ficou entregue, praticamente, à própria sorte. A esse respeito, cabe salientar que podemos conceber o

advento de novas configurações sociais específicas, como consequência do poder transformador da urbanização.

Desse modo, a reforma urbana que consiste na produção de novos cenários, ou seja, no aparecimento de novos espaços de convivência, permite-nos focalizar dois aspectos:

1. A maneira como um dado grupo social habita e estabelece relações com pessoas e com o ambiente em uma dada região interagindo, sobretudo com os objetos arquitetônicos e,

2. A introdução de novos olhares, por vezes externos, do ponto de vista econômico com planos de transformação urbana para fins de valorização.

Sob esse prisma, a análise ora pretendida visa discutir e compreender o processo de revitalização da Lapa Carioca, ocorrido a partir da década de 1970, no que tange aos vestígios de memória e a violência intrínseca neste processo. Iniciamos nossa reflexão abordando as transformações pelas quais a cidade, sobretudo a região central, foi submetida ao longo do século XX, bem como os impactos que estas geraram na produção de memória do lugar e nos grupos sociais que o compõem.

Como guia para a elaboração das ideias acerca da revitalização da Lapa Carioca tentaremos fazer o acompanhamento em termos de um levantamento cartográfico da região ao longo dos anos, comparando os achados em termos de mapas, decretos, fotografias, notícias e índices oficiais que podem fornecer dados acerca da região.

Para compreender a resultante da revitalização, precisa-se considerar que houve apagamentos e, também, que há uma memória oficial posta. A compreensão dessas memórias rechaçadas e tidas como subterrâneas é possível a partir de Pollak (1989), cujo conceito nos permite depreender que há uma disputa entre o que legado oficial, posto como desejado na memória coletiva e aquilo que é subterrâneo, que se deseja esconder ou apagar.

Sob um olhar conceitual da geografia, pode-se analisar o espaço a partir de uma reflexão dialética do tempo, como um conjunto indissociável de sistemas de ações e objetos fixos e fluxos, contraditórios e solidários no qual a história acontece.

A alteração das funções, mantendo-se a forma é denominada por Santos (2006) de rugosidade, processo que consiste em considerar aquilo,

> [...] que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator.

Em certo sentido, a rugosidade pode ser comparada a uma forma de resistência imposta pelos rastros que não se apagam com as reformas urbanas. As rugosidades do espaço são instrumentos de entendimento da mudança ocorrida. Podemos então considerá-las, um ponto de partida privilegiado para pensarmos a construção de memória acerca das transformações urbanas, principalmente, se lançarmos nosso olhar para os vestígios que insistem em se constituir com marcos históricos de um passado que clama por ser lembrado.

De acordo com as resultantes dessa primeira incursão, analisamos os efeitos de um outro processo, a gentrificação e suas consequências em termos da elitização com a adoção de políticas para a apropriação do espaço. É de conhecimento público que essa apropriação não acontece, de forma pacífica, sendo geralmente imposta a determinados grupos sociais que serão forçados a se deslocarem, principalmente em virtude de não disporem de poder aquisitivo para continuar vivendo na região a ser reformada e também pelo fato de que o espaço de suas residências deixará de ter essa finalidade na cidade, dando lugar a construções com outras finalidades ou para outros grupos mais favorecidos economicamente.

Sendo assim é um processo repleto de tensões e conflitos com graves consequências sociais para os grupos que são remanejados para regiões menos valorizadas das cidades.

Até então as alterações realizadas consistiram na adequação dos espaços urbanos; tanto pelo arrasamentos de morros quanto pelo aterramento de pântanos e lagoas, com o objetivo principal de abertura e alargamento de ruas para propiciar uma melhor circulação de pessoas e veículos. Vale registrar que, nessa década, a região central passou por uma reforma radical para a construção do metrô. Contudo, mesmo colocando em primeiro plano a imagem seguinte (Figura 04), certas remissões a outras épocas são necessárias a título de remissão histórica, ilustração e esclarecimento.

Direcionemo-nos agora para o entendimento do Bairro da Lapa nos contornos e limites demarcados no século XXI, conforme podemos constatar na seguinte figura:

Figura 06 - Mapa de Delimitação Legal do Bairro da Lapa

Fonte:

https://vejario.abril.com.br/blog/as-ruas-do-rio/lapa-o-mais-novo-bairrro-do-rio /. 2019.

A demarcação dos limites do Bairro correspondeu à necessidade de elevar a região à categoria de bairro, uma vez que era referida como um espaço do centro da cidade, com seus diferenciais em termos dos valores de imóveis e taxação de impostos.

Ao se focalizar o processo histórico de ocupação da Lapa Carioca do fim do século XIX até meados do século XX, observa-se que, em um primeiro momento, a região era composta por profissionais das classes populares de açougueiros, vidraceiros,

barbeiros e demais pequenos comércios, cujas funções se confundiam com a de moradia, conforme explanado por Araújo (2009).

Ao mesmo tempo, a vida noturna do bairro era notada pela boemia, devido a presença de botequins e cabarés. Considerando esses aspectos remetemo-nos, a título de ilustração, à definição de Lefebvre (2013, p. 130) para quem "a cidade é um espaço criado, modelado e ocupado por atividades sociais ao longo de um tempo histórico". Desse modo, na região do centro da cidade do Rio de Janeiro não foi diferente: em sua época áurea quando ainda era capital federal conheceu o seu apogeu no setor hoteleiro, cassinos, clubes, cafés, cinemas, teatros e casa de cultura.

A mudança da capital federal para Brasília, na década de 1960, teve um grande impacto na região e seu entorno que acomodavam os setores da administração pública, provocando certo esvaziamento e desinteresse de investidores. Um ar de abandono começou a circular na região assomado à desvalorização dos imóveis e ao incremento da violência, sendo um chamariz para pessoas de baixo poder aquisitivo relacionadas à prostituição e pequenos delitos.

Conforme novos padrões de ocupação e as reformas urbanas começaram a acontecer, algumas formas presentes no bairro se mantiveram, mas passaram a desempenhar uma nova função. Alguns prédios residenciais foram reformulados a fim de funcionarem como edifícios comerciais, assim como pequenos comércios se desenvolveram e passaram a ser restaurantes.

Cabe observar que estas transformações, de forma indireta, são produtoras de violência se considerarmos os seguintes pontos de análise:

a) Os efeitos do deslocamento espacial de determinados grupos sociais que recebem indenizações de órgãos públicos, pelos seus imóveis, ou mesmo que vendem, mas que terão de viver, doravante, em regiões mais distantes dos postos de trabalho, como acontece em muitos processos de desapropriação;
b) Em função do deslocamento faz-se necessário a construção e assimilação, ou seja, obrigatoriamente, essas pessoas removidas terão que se adaptar, em função de tempo gasto em transporte de longas distâncias e,

c) A precariedade no processo de aplicação de determinadas políticas, no tocante à saúde e à educação, visto ser comum, nas grandes metrópoles, hospitais e instituições escolares de referência estarem localizados em regiões urbanas privilegiadas onde residem grupos sociais de alto poder aquisitivo. A cidade do Rio de Janeiro não foge a essa regra.

No caso da reflexão a que nos propomos, os conceitos de rugosidade (SANTOS, 2006) e gentrificação (SMITH, 2007) são peças-chave para entender como os grupos sociais do bairro da Lapa foram afetados pelo banir de alguns de seus habitantes e pelo convite a outros de expressivo poder aquisitivo. Esse processo decorreu da transformação marcante de uma região, em estado de decadência, identificada como local pouco recomendável para transeuntes em função da violência, para o seu novo cenário construído para ser polo de lazer e entretenimento.

Para tanto os aparatos de segurança entraram em ação no sentido de retirar, desse espaço, as pessoas consideradas inapropriadas de convívio e, por outro, a sofisticação gastronômica com preços elevados também contribuiu para essa finalidade. Esses aparatos que são de natureza oficial e também da inciativa privada funcionam como verdadeiros sistemas de controle e vigilância, sempre em estado de alerta para coibir qualquer retorno de pessoas indesejadas à região enobrecida, principalmente pela intimidação em função da presença diuturna, nos espaços revalorizados, cujos frequentadores são de um segmento social dotado de poder de consumo. Também é preciso garantir a segurança para não afugentar frequentadores e os novos habitantes dos condomínios sofisticados.

5.3 A Lapa Carioca: trajetórias e percursos

A dinâmica de desenvolvimento de uma cidade aponta complexidades em termos de movimentos humanos e, no caso da cidade do Rio de Janeiro, se acentua drasticamente em razão de sua geografia completamente acidentada, o que pode também ser pensado em relação a toda região do Centro, incluído a Lapa.

No âmbito da geografia da cidade do Rio de Janeiro, a Lapa era constituída, segundo Xavier et al. (2012, p. 7), “por terrenos alagadiços, situados entre morros,

lagoas e pântanos". A Lapa era uma região pacata até a chegada da Família Real ao Brasil, época em que passou a ser povoada pela elite carioca ávida por destaque e reconhecimento em razão da proximidade da Corte. Em decorrência da mudança desse cenário, o bairro teve no século XIX e no início do século XX o seu apogeu com a abertura de casas para diversão, cassinos, tabernas, hospedarias e prostíbulos. Desse modo, um novo cenário se constituiu devido à presença de estabelecimentos comerciais, a maioria associados à boemia, a ponto de a Lapa ser reconhecida como espaço de encontro e convivência de músicos, escritores, pintores e intelectuais.

De espaço boêmio a Lapa passou a ser temida e evitável em razão da marginalização, transformando-se em um bairro em ruínas: casarios abandonados, proliferação de cortiços, ausência de bens e serviços públicos, entre outros. Essas nuances históricas são importantes para entendermos o bairro da Lapa no contexto de uma morfologia irregular, seja do ponto vista ocupacional, seja do ponto de vista físico, que exigiu:

> [...] intervenções em diferentes momentos de sua história, entre as quais destacamos: o aterramento da Lagoa do Boqueirão, no século XVIII, com o desmonte do Morro das Mangueiras, a abertura do eixo formado pela Avenida Mem de Sá e Salvador de Sá, o Morro do Senado, durante a administração Pereira Passos (1902-1906); o arrasamento do Morro de Santo Antônio, com a abertura de grandes avenidas, como a Avenida Chile e a República do Paraguai, entre as décadas de 1950 e 1970; o projeto de renovação do Largo da Lapa, na década de 1990 (XAVIER, et al. 2012, p. 7).

Afora essas alterações estruturais, há de se considerar as influências desse processo no âmbito da subjetividade. O convívio de pessoas com os relevos da cidade além das edificações que são construídas constitui um aspecto que deve ser considerado pela complexidade; grande desafio para o gerenciamento das cidades, especialmente, se considerarmos a dinâmica de uma cidade que nasceu em uma região plana, sem grandes rios e uma cidade incrustada nas montanhas, tendo ao sopé lagoas, rios, pântanos, além de uma extensa floresta. São essas últimas características que conferem à cidade do Rio de Janeiro uma singularidade, sendo também um dos seus maiores problemas.

Contudo, queremos salientar que, raramente, existem planejamentos e estudos prévios acerca do local onde uma cidade será fundada. Ao que tudo indica as cidades são fundadas em decorrências de circunstâncias próprias relacionadas a vários fatores como migração de povos, prosperidade econômica de determinadas regiões, condições climáticas, entre outras. Existe ainda um aspecto que deve ser considerado: muitas cidades são fundadas em regiões, as quais, com o passar dos tempos submergem ou resistem sob forte ameaça de estarem situadas abaixo do nível do mar. Eis mais uma fonte de preocupação para gestores que devem estar atentos para situações de enchentes e alagamentos, sendo imperioso encarregar-se, sobretudo, de reformas urbanas estruturais, além das reformas para fins de embelezamento atendendo a interesses econômicos.

Essas circunstâncias da configuração geográfica interferem nos cenários arquitetônicos, os quais, por sua vez, influenciam o cotidiano da vida das pessoas. Sendo assim, o modo de ser, de agir e de sentir das pessoas de uma cidade são diretamente condicionados pela conformação espacial. Por outro, as pessoas que habitam uma cidade deixam vestígios que, uma vez significados, compõem uma história, tanto da cidade, como dos grupos humanos que nela realizaram seus percursos de vida. Desse modo, sinalizamos que cada região de uma cidade em função de suas particularidades geográficas, entre outras, produz construções subjetivas em relação à visão de mundo.

Uma vez considerando essas nuances e tantas outras, afunilamos as nossas reflexões e concentramo-nos no bairro da Lapa, advertindo que os cenários de cada região influenciam subjetivamente os seus habitantes, a ponto de produzir modos de ser próprios, por vezes, bastante estereotipados no âmbito da difusão de informações que acirram, em grande escala, os mecanismos de segregação.

A Lapa tem em sua história fases marcantes de apogeu e períodos de declínio. Quer dizer, dentre os diferentes bairros da cidade, deve ser analisada a partir de dois fatores: 1. A relação da região com as demais da cidade do Rio de Janeiro, principalmente na época de glamour, pela sua proximidade ao polo administrativo do Brasil; pela presença de instituições financeiras e polo de entretenimento; e, 2. A sua complexidade enquanto uma região diferenciada da cidade pela variabilidade dos

diferentes cenários humanos, considerando a vida que acontece à luz do dia e a que transcorre nas noites.

Seguindo essa linha de raciocínio podemos admitir que a complexidade da região da Lapa decorre, em primeiro lugar, da maneira pela qual se acondicionam e se arranjam seus diversos componentes humanos e físicos. Em segundo lugar, a dinâmica da região é determinada por uma multiplicidade de critérios, os quais, podem não fazer parte do cotidiano de outras regiões, como por exemplo, a interferência decorrente da proximidade com a agitação contínua do centro da cidade, seja em relação às pessoas; seja pela presença constante de veículos.

Desse modo, conforme assinalam Moroni e Cozzolino (2019, p. 42) "uma série de componentes, os agentes urbanos, tornam a cidade um sistema complexo". Isso nos leva a pensar na cidade e particularmente no bairro da Lapa como um complexo organismo em virtude das ações humanas, mediante o constante atravessamento das injunções arquitetônicas. Sendo assim, as pessoas que habitam, bem como aquelas que circulam na região, concorrem para transformá-la em um sistema complexo, uma vez considerando o processo de interação entre pessoas e o arsenal de edificações, praças, monumentos, objetos comemorativos, entre outros fatores que também marcam presença no lugar.

Estamos assim sinalizando que a interação humana entre si e com os espaços arquitetônicos são aspectos relevantes da vida de uma região, não devendo ser colocada em segundo plano em qualquer processo de reforma urbana que, quase sempre, privilegia o enobrecimento e os interesses econômicos em detrimento das marcas de vida de pessoas despossuídas de poder de consumo, em razão das políticas que fomentam e asseguram a permanência da desigualdade social. Que valorizemos as atividades produtivas organizadas pela parceria do poder público com a inciativa privada, não quer dizer que as relações sociais e culturais de determinados grupos tenham menos importância.

Há de se considerar também o caráter movediço do fluxo de pessoas, dependendo de deslocamentos para postos de trabalho ou para entretenimento, além de pessoas que vivem precariamente em calçadas, becos, marquises de edifícios. Em razão dessa

dinâmica, o espaço urbano é constantemente reorganizado e reconfigurado pelos aparatos estatais, no sentido da produção de novos cenários físicos e humanos. No entanto, esses mesmos aparelhos, para alcançar essa finalidade, muitas vezes, causam apagamentos e outras formas de ocultamento, mesmo em relação àquilo que permanece preservado pelos processos de tombamento. Contudo, qualquer que seja a modalidade desse processo, estaremos diante de vestígios que devem ser tomados como indícios de vida, elementos importantes para a construção da memória desse lugar.

Acerca especificamente da cidade do Rio de Janeiro vale lembrar que sua existência é marcada por diversas reformas urbanas, mesmo antes de ser a capital federal. Se, até o final do século XIX, a cidade estava principalmente preocupada em produzir soluções para questões de natureza geográfica como aterramento de lagoas e pântanos, arrasamento de morros e mudanças de cursos de rios; com a Abolição da Escravidão problemas de outra natureza emergiram: formaram-se grandes conglomerados humanos no centro da cidade vivendo em condições habitacionais e sanitárias bastante insalubres.

Os recém-libertos pela Abolição enfrentaram inúmeras dificuldades no tocante a ocupação de postos de trabalhos, além de serem encarregados da produção de condições de habitação. Essas conjunturas foram determinantes para o aparecimento de grandes convulsões sociais. Além disso, uma ocorrência em região longínqua da cidade teve uma repercussão direta no agravamento dessa situação.

Referimo-nos à grande estiagem que assolou a região nordeste do Brasil, em praticamente todos os seus estados nas últimas décadas do século XIX, motivo pelo qual um grande número de pessoas, para fugir da miséria, migrou para a capital do país na esperança de sobreviver. Mesmo frequentes as secas no Nordeste, essa longa estiagem massacrou praticamente toda região, acentuando a miséria e causando a morte de pessoas e animais. Como consequência desse infortúnio muitas pessoas foram dizimadas também por doenças. Conforme assinalam Farias e Dupret (2019, p. 19):

> Nesta época sobreviviam apenas poucas pessoas que moravam nas capitais dos Estados, situadas em regiões costeiras à margem do Oceano Atlântico. Porém o número de pessoas que morriam de fome e doenças nas cidades era bem menor. No sertão nordestino a mortalidade e, especial a mortalidade

> infantil, conheceu cifras alarmantes, em razão das epidemias de varíola, febre amarela, tuberculose, entre outras mazelas, sem controle pelos órgãos estatais.

Essas pessoas que fugiram do infortúnio da seca aspirando a uma vida melhor, ao chagarem às grandes cidades enfrentaram graves problemas de habitações e competição por ocupações com a população que até então habitava a cidade. Esse fator aliado ao grande número de ex-escravos que perambulavam a esmo na cidade concorreu para acentuar uma crise social em relação a qual o Estado prontamente reagiu com a expulsão de pessoas, contribuindo para o processo de favelização conforme assinala Lessa (2001). Mesmo no regime republicano, ainda perdurava, nas primeiras décadas do século XX, hábitos e costumes do período monárquico, como também a cidade trazia, em seus traçados, a marca da tradição colonial, além da má fama de ser uma capital suja que exalava mau cheiro. Era preciso mudar urgentemente esse visual. Conforme assinala Bento Filho (2017, p. 130) "para manter a retidão do traçado pretendido, retiram-se partes dos morros do Castelo e de São Bento. Puseram abaixo 641 edificações, desalojando-se quase 3.900 pessoas".

Como esses conflitos aconteceram no coração da cidade, as autoridades entenderam ser preciso produzir outra imagem para a região, principalmente pela proximidade aos palácios governamentais e também motivados pelos modelos de metrópoles europeias, modelo que irradiava modos de bem viver e sofisticação para praticamente todo ocidente colonizado, a exemplo da capital francesa.

Assim teve lugar a expressiva reforma realizada pelo então engenheiro Francisco Pereira Passos que tinha concluído seus estudos na cidade Paris, na época em que o Barão de Haussemann empreendeu a grande reforma da capital francesa. Cabe sinalizar que a justificativa para a realização desse audacioso projeto foi sobretudo de caráter higienista difundido como a erradicação e controle de epidemias responsáveis por grande mortandade na cidade do Rio de Janeiro, conforme propõe Damazio (1996).

Esta reforma visava a transformação do espaço físico em uma arquitetura definida pela beleza considerada aos olhos da elite, concorrendo para a demolição de habitações e remoção de grupos sociais considerados inadequados à região, em função do estigma

de serem potencialmente difusores de doenças graves e incômodos sociais devido às suas condições étnicas, econômicas e culturais. Quer dizer, a elite entendia, ao seu modo, que a ausência de hábitos refinados nas pessoas pobres era um grande defeito.

O plano diretor dessa reforma, apresentado sob a alegação do embelezamento da cidade e da implementação de aspectos sanitários, trazia subjacente a política de silenciamento de uma classe social, a qual deveria ser mantida segregada e afastada dos locais de convívio da classe detentora do poder de consumo. A esse respeito é relevante observar que a justificativa para uma intervenção dessa envergadura consistiu, segundo Carvalho (1990, p. 98):

> Dar maior franqueza ao tráfego crescente das ruas das cidades, iniciar a substituição das nossas mais ignóbeis vielas por largas ruas urbanizadas, promover melhores condições estéticas e higiênicas para as construções urbanas, proporcionar aos grandes coletores das canalizações subterrâneas maior facilidade de colocação e visita, encurtar as distâncias a percorrer na cidade, substituir os infectos rios da parte baixa dos arrabaldes por galerias estanques, sanear, embelezar, melhorar, enfim a nossa mal tratada capital.
>
> Um progresso considerável foi também realizado no calçamento das ruas que era péssimo ou não existentes; foram asfaltadas as artérias principais. Muitas ruas foram retificadas no seu alinhamento, outras foram submetidas ao recuo progressivo, isto é, a medida das construções que nelas fossem necessárias.

Um olhar acurado no elenco das justificativas apresentadas expressa claramente os destinatários da reforma bem como os grupos sociais que foram diretamente atingidos, uma vez, que áreas escolhidas pelo Poder Público, eram em sua grande maioria habitadas por pessoas de mais baixo poder de consumo com nenhuma força para fazer valer suas vontades, ficando completamente a mercê das determinações estatais. Uma curiosidade acerca das reformas urbanas, nesse contexto, vale ser ressaltada: provavelmente inexiste ou são meramente protocolares audiências públicas destinadas a ouvir, previamente, as pessoas que foram removidas.

Uma peculiaridade, a essa altura da nossa reflexão, deve ser sinalizada: as transformações do espaço físico exigiram uma grande mobilização de pessoas, que violentamente foram obrigadas a abandonarem seus locais de convívio social e de lazer,

sendo praticamente impedidas de circularem nesses espaços exceto para trabalho, muitas vezes tendo que realizar o trajeto de suas residências ao trabalho a pé, seja pela precariedade do transporte público, seja por dificuldades econômicas. Em certo sentido, as ideias do início do século se reafirmam, pelo menos parcialmente, no projeto de Revitalização da Lapa, na década de 1970. Obviamente as ideias foram retomadas, porém em consonância com os critérios vigentes, em cada época, solidários a execução de determinadas políticas públicas.

As demolições das habitações consideradas insalubres, bem como as remoções realizadas consideradas invejáveis, sob a égide do progresso que carreou a revitalização produziram fraturas e estranhamento com dificuldades marcantes para as pessoas expulsas de suas habitações, no sentido de construírem hábitos para se integrarem ao novo *modus vivendi*, em relação ao tempo gasto em transportes coletivos para irem e retornarem aos postos de trabalho. Nesse sentido, cabe evidenciar a inexistência de programas governamentais para resgatar os significados das perdas objetivas e subjetivas, no tocante às mudanças e ao processo de reassentamento das pessoas removidas.

Todavia convém salientar uma diferença significativa: as grandes obras de transformações da cidade causaram impacto corrosivo apenas para a parcela mais pobre da população. Contudo, os transtornos temporários, como engarrafamentos, fechamento de ruas, mudanças de sentido do trânsito para a execução de obras, para a classe detentora de poder são toleráveis mediante a argumentação de que o estado de caos é temporário e produziria melhorias desejáveis. De resto, no destino das pessoas removidas não tem lugar para a condição de temporário, caso alimentem a pretensão de um dia refazerem os passos de suas vidas em seus antigos nichos.

Considerando as cidades sob o aspecto de sua marcante heterogeneidade, temos pessoas instaladas em habitações seguras e confortáveis e pessoas adultas em situação de abandono social que vivem nas ruas, à deriva. Os habitantes de uma cidade e por extensão de determinada região estão sempre em fluxo constante de deslocamento e de mudança, tanto de espaços residenciais quanto de hábitos. A esse respeito vale lembram com Virilio (1993, p. 107) que:

> Apesar da grande questão antropológica do nomadismo e do sedentarismo que esclarece o nascimento da cidade como força política maior da História, não há nenhuma reflexão sobre a característica vetorial da espécie transumante que nós somos, de sua coreografia... Entre o subjetivo e o objetivo parece não haver lugar para o "trajetivo", este ser do movimento do aqui até o além, de um até o outro, sem o qual jamais teremos acesso a uma compreensão profunda dos diversos regimes de percepção de mundo que se sucedem ao longo dos séculos, regimes de visibilidade das aparências ligados à história das técnicas e das modalidades de deslocamento, das comunicações à distância, com a natureza da velocidade dos movimentos de transporte e da transmissão engendrando uma transmutação da profundidade do campo e, consequentemente, da espessura ótica do meio ambiente humano, e não apenas uma evolução dos sistemas migratórios ou do povoamento de determinada região do planeta.

Essas particularidades inerentes à condição humana não devem ser ignoradas, nem descartadas nos planos diretores de recuperação ou revitalização, pois o sucesso decorrente da demolição de um prédio, de um viaduto ou de um conjunto de casas residenciais, jamais pode ser considerado equivalente ao processo de remoção de pessoas. Nos casos, os vestígios são bem distintos: no plano arquitetônico os rastros são facilmente apagáveis ao passo que, no contexto de grupos sociais marginalizados dificilmente os agentes do poder conseguirão eliminar as suas vozes. Essa conjuntura de aspectos físicos e humanos confere à cidade uma espécie de singularidade com contornos e fronteiras, nem sempre de fácil demarcação, visto que não se pode definir o horizonte de ação de uma pessoa da mesma forma que são estabelecidas as fronteiras de uma dada região. Depreende-se, assim, que as cidades são produtoras de situações caóticas, não somente pelo seu complexo dinamismo, mas principalmente pela oferta de serviços seletivos para dados segmentos da população. Além disso, após a II Guerra Mundial, as grandes metrópoles:

> [...] enfrentaram um processo de decadência caracterizado pela precarização das condições de moradia nas áreas centrais, pelo escapismo das elites urbanas e pelo recuo do espaço público, esvaziado de sua dimensão política. Ao mesmo tempo, a popularização dos bens de consumo, especialmente das tecnologias de comunicação, ligadas ao lazer privado, parece ter levado as pessoas a saírem menos de casa e adotado outras formas de interação social (GOIS, 2014, p. 223).

Além desse fator concernente à oferta de oportunidades para lazer, no âmbito doméstico, a concentração de massas de pessoas desempregadas e, em muitas cidades vivendo praticamente na miséria, teve um reflexo direto na remodelação da vida nas metrópoles, resultado em zonas bem heterogêneas; focos de tensão e convulsões sociais que vão marcar a segunda metade do século XX. A cidade do Rio de Janeiro não escapou desse destino: o centro, nas últimas décadas do século, passou a ser ocupado por grupos considerados marginais. É nessa perspectiva que adentraremos, em nossa reflexão, no espaço revitalizado da Lapa, considerando a trajetória histórica de uma cidade que enfrentou e enfrenta vários percalços.

A metropolização da cidade do Rio de Janeiro teve seu marco na Reforma Pereira Passos, no contexto da degradação desde os fins do século XIX, pois como afirma Lessa (2001, p. 12), "a cidade brasileira do século XIX foi alterada por parâmetros substanciais pela primeira revolução industrial. Apesar de não ter sido sede de industrialização, ela conheceu a máquina a vapor, o navio de ferro, a ferrovia e o barateamento do aço". O advento dessas melhorias encontra-se no bojo da modernização da cidade do Rio de Janeiro com a tentativa de aproximação do estilo de vida europeu, escamoteando as vertentes que reafirmavam e afirmam a desigualdade social. Essa complexa transformação do cenário das cidades teve como consequência a necessidade de pessoas para a mão de obra e assim aconteceu a incorporação, em grande escala, de pessoas livres (anteriormente vivendo em regime de escravidão) e pobres para a execução de serviços, principalmente os chamados serviços pesados e arriscados.

A multiplicação de pessoas pobres e livres na cidade do Rio de Janeiro, à época capital do país (centro em que pulsava a vida cultural, econômica e política; referência obrigatória para todo território nacional), causou inúmeros transtornos, principalmente pelo fato de que essas pessoas e seus hábitos eram interpretados, pela elite, como um tipo de afronta. Vale, a esse respeito, fazer remissão ao pensamento de Mbembe (2017, p. 131) para quem:

> [...] a cidade do colonizado, a cidade indígena, a cidade negra, o bairro árabe, é um lugar de má fama, povoado por homens também de má fama. Ali, nasce-se em qualquer lado, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer parte e não

> se sabe nunca de quê. É um mundo sem intervalos, os homens estão uns sobre os outros, as cabanas dispõem-se do mesmo modo. A cidade do colonizado é uma cidade esfomeada, por falta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade de cócoras, de joelhos, a chafurdar. É uma cidade de negros, uma cidade de ruminantes. O olhar que o colonizado lança sobre a cidade do colono é um olhar de luxuria, um olhar de desejo. Nesse caso, a soberania representa a capacidade de definir quem interessa e quem não interessa, quem é prescindível e quem não é.

Podemos refletir sobre a retratação acima e considerar a dinâmica da cidade do Rio de Janeiro em suas diferentes temporalidades, cada qual com seus mecanismos repressores de controle, vigilância e também de extermínio. Desse modo, a cidade, ao invés de ser considerada uma totalidade, representa vários nichos diferenciados e inacessíveis uns aos outros, configurando uma cidade verdadeiramente partida, conforme aponta Ventura (1994). Certamente, além de partida apresenta regiões heterogêneas do ponto geográfico, econômico social e estético.

5.4 O processo de revitalização e suas contradições

O bairro da Lapa localizado na região central da cidade, ainda na década de 1970, era marcado principalmente por ser uma zona residencial que abrigava pequenos comércios, além de espaços de entretenimento e casas noturnas, muitas delas consideradas de má reputação, salvo a Sala Cecília Meireles destinada à música erudita. Em certo sentido, essa região, desde a década da severa repressão do governo varguista e mesmo antes, constituía-se em um espaço de convivência entre pessoas que buscavam maior privacidade, no âmbito das práticas sexuais (heterossexuais e homossexuais), que aconteciam nas pensões, hospedarias, bordeis e outros estabelecimentos que alugavam quartos por pequenos períodos de horas. De modo não muito explícito, havia na região uma atmosfera de ser um lugar livre para quem buscava modalidades de prazer na prostituição, sendo frequentada por diferentes tipos de pessoas: homens casados, profissionais liberais, intelectuais, boêmios. Eram pessoas jovens e amantes esporádicos que se misturavam livremente com ladrões, apostadores, proxenetas, homossexuais e prostitutas. Essas categoriais sociais são, principalmente, o reflexo do processo de

modernização, por um lado e das restrições dirigidas a certas camadas da população, por outro. Todavia, não estamos afirmando que anteriormente a essa época a desigualdade social não figurasse entre as pessoas.

Com a grave crise que se acentuava no país, nas décadas de 1920 e 1930, o Estado, na busca de uma solução, adotou a medida de punir o desempregado, sem preocupações reais com o desemprego, acionando sua máquina disciplinar de forma a institucionalizar a violência imposta aos cidadãos. Havia a violência do Estado proporcionada pelas condições que geram desigualdade social e a violência de certos grupos que delinquiam sob a alegação de que assim o faziam para garantir a sobrevivência. Em consequência dessas práticas de violência estabeleceu-se uma divisão entre homens de bem (aqueles que apresentavam poder de consumo) e homens infames (aqueles despossuídos de bens). Assim, o Estado isentou-se do encargo de resolver a desigualdade social pela difusão da necessidade de combate aos malfeitores.

Eis o efeito direto de ações estatais, fracassando em propor mecanismos de proteção social, o que contribui para que, conforme assinala Bursztyn (2000, p. 37) "a exclusão se manifeste não apenas na dimensão social, mas também na esfera da sobrevivência. Nessa categoria se enquadram vários tipos de atores sociais, alguns com certas capacidades de reação, outros não".

É neste complexo contexto que o bairro da Lapa se encaixa: localizado nas imediações de bairros nobres, porém caracterizando pela fachada de ser uma região pobre e violenta, notadamente reconhecida pela figura do malandro que, na acepção de DaMatta (1986) representa um personagem que tem a fama de ser oportunista, audacioso e inteligente para manipular regras sociais em benefício próprio. Quer dizer, seria o homem que pretende vencer na vida sem fazer força.

Cabe salientar que esse personagem apresenta certa ambiguidade, pois, por um lado, conseguiu projetar a região para além de seus entornos, mas, por outro, sua figura associou-se à pobreza e à violência, contribuindo de certo modo para a decadência do bairro. Este cenário decadente, difundido como zona perigosa, não era interessante aos objetivos econômicos a que a cidade se propunha, como também era responsável pelo afastamento gradativo das pessoas em frequentarem restaurantes, casas noturnas, sendo

também considerado como a grande causa do desinteresse de grandes firmas em manterem seus escritórios em locais circunvizinhos. Nessa mesma lógica explicou-se o esvaziamento dos teatros e cinemas próximos.

Pelo fato da região ser localizada no centro da cidade, sede administrativa e financeira, a credibilidade, o prestígio e segurança são postos em xeque, afugentando grandes investidores, que escolheram a cidade de São Paulo e outras da região sul, como Curitiba e Florianópolis, para sede de suas empresas, representando assim, uma perda significativa para o Estado. Em face dessas circunstâncias, o poder público interviu, atento aos seus interesses e transformou radicalmente o bairro. Uma particularidade digna de observação deve ser referida: à época, no Brasil, vigorava o regime da ditadura civil-militar, a quem não interessava a manutenção deste cenário, pois as sedes de grandes corporações militares eram localizadas em proximidades da região. Devido a essas e outras circunstâncias, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro empreendeu um processo de revitalização do bairro da Lapa e áreas circunvizinhas.

Antes de prosseguir, cabe apresentar algumas peculiaridades acerca do que entendemos como revitalização (GOIS, 2014). O cerne do processo de revitalização consiste em transformar um cenário arquitetônico habitado por pessoas, visando a atribuir vitalidade ou tornar este cenário propício para a movimentação de pessoas, sem reações negativas, com a disposição estética dos espaços físicos. O intuito desse processo é a promoção do bem-estar e a possível recuperação de espaços degradados, esquecidos ou abandonados pelo poder público em termos de investimentos em infraestrutura e rede de serviços.

Contudo, é praticamente impossível executar um plano diretor de revitalização sem que seus efeitos não incidam diretamente na gentrificação (SMITH, 2007), bem como na disseminação da especulação imobiliária e na elevação de preços. E, esse contexto aconteceu, de forma significativa, na revitalização da Lapa, atualmente um bairro que, devido aos preços de seus imóveis, faz uma seleção das pessoas que nele habitam, bem como dos proprietários de casas comerciais e de entretenimento.

A finalidade principal da revitalização, pelo menos em termos expressos, consiste em uma política implementada em nome da recuperação de uma dada região, outrora

concebida como agradável e acolhedora. Trata-se de uma política que promete, em nome de uma certa nostalgia, recuperar uma perda, o que, de certa forma, justifica um conjunto de ações, muitas das quais, de caráter impopular e violento. Depreende-se disso a ideia de progresso, conforme se constata na corrida imobiliária, a qual tem como contrapartida a elevação dos valores de impostos cobrados pelos órgãos governamentais. Geralmente, as motivações alegadas para uma transformação de tal natureza são apresentadas em nome da recuperação da prosperidade de uma região que entrou em decadência ou tornou-se pouco recomendável para a circulação de pessoas, principalmente pela presença de um contingente de andarilhos ou de quem ocupava habitações coletivas (conhecidas como cortiços) e de outras naturezas.

A revitalização, neste caso, consistiria na criação de novos postos de ocupação para pessoas, geralmente qualificadas, no sentido de atrair novos frequentadores e investidores para a abertura de casas comerciais, espaços de lazer e outros. Não obstante, cabe sinalizar que, para revitalizar, um determinado órgão público tem que decretar um estado de condições negativas na região, as quais justificam a mudança apresentada em sentido de melhoria e progresso.

Trata-se de um processo planejado e minimamente calculado em seus resultados que, segundo Irias (2007, p. 3) seria:

> [...] marcado pela intervenção pública, no sentido de planejar a cidade e seus respectivos espaços. Estendeu-se até a década de 90 deste século, quando se desencadearam, então, novas e importantes medidas ligadas às novas conjunturas, nacional e internacional. A partir deste momento conhecemos uma nova forma de planejamento, denominada pela literatura atual como planejamento estratégico, e que resumidamente falando, atende aos anseios do capital e as suas novas perspectivas de reprodução nos diferentes espaços do globo terrestre.

Em relação à Lapa, a revitalização propôs reformas, inicialmente, em prédios do bairro, para um melhor aproveitamento dos mesmos, pretendendo reconfigurar sua função a fim de estimular o comércio, atrair novas empresas públicas para entretenimento e, principalmente, provocar o interesse em novos moradores para viverem na região. No entanto, a revitalização dos prédios acarretou uma profunda

transformação nos grupos sociais, por um processo de substituição dos grupos que haviam por outros que passaram a conviver e frequentar no local. Em face dessas constatações, indagamos se as autoridades do poder público estão cientes de que, concomitante as melhorias, muitos cenários de violência aconteceram? Explicando melhor, questionamos se as políticas públicas, nesse processo de revitalização, tiveram como foco o destino das pessoas que, forçosamente, foram retiradas desses locais para outras regiões da cidade, bem como aquelas que foram impossibilitadas de permanecerem após, em decorrência das dificuldades de produzir condições econômicas para se manterem no local, devido à elevação das taxas de impostos e à adaptação ao aumento dos preços de serviços que foram instalados.

Por esse prisma, somos levados a concluir que estamos diante de um processo de segregação de pessoas que deixaram vestígios e rastros, os quais, conforme aponta Debary (2017) insistem em se fazerem presentes. Desse modo, a revitalização deve ser considerada uma zona de conflito: de um lado, temos as sensações dos novos habitantes e, do outro, as lembranças das pessoas que, como indícios de vida, jamais são silenciadas. Essas particularidades, aparentemente contraditórias, são as pegadas que nos valemos para construir resquícios de lembranças da região dotados de memória, pois de acordo com Assmann (2011, p. 317) "grande é a força da memória que reside no interior dos locais". Por isso, acreditamos ser possível edificar, da Lapa, memórias de tamanha envergadura e importância comparável aos seus suntuosos e ricos condomínios. Queremos esclarecer que esse *air de noblesse* não apaga jamais as marcas da remoção de pessoas, nem abafa, por completo, as suas vozes. Sendo assim, as lembranças dos cenários que foram transformados tornam-se ativas, ultrapassando os ambientes e infiltrando-se nos novos grupos sociais, de modo a apontarem um além silenciado ou impedido de expressão que deve ser considerado como uma voz que ecoa na busca de um sentido ou mesmo de reconhecimento. Aqui aludimos ao conceito de memória subterrânea e ao processo que a traz a lume, conforme nos ensinou Pollak (1989).

O projeto de revitalização da Lapa apresenta uma faceta positiva em termos da transformação estética da região e criação de postos de serviço. Além disso, há, o lado negativo que consiste na remoção de pessoas, explicitando-se assim uma nuance de

violência sutil e escamoteada. De uma maneira ou de outra, os novos arranjos estruturais e cenários são presenças vivas de restos e vestígios; seja das demolições; seja das remoções: os indícios físicos e as vozes são presenças, em termos de memória, impossíveis de serem erradicadas, razão pelas quais são considerados o ponto de partida para a retratação das vidas que circularam no lugar. Com isso, queremos sinalizar que, as plantas do plano diretor apontam uma direção, da mesma forma que os relatos de grupos sociais, inseridos na rubrica da gentrificação (SMITH, 2007), apontam outra. No entender Gohn (2011, p. 335) esses indícios são "ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas". Todavia queremos enfatizar que dificilmente a área revitalizada se encarrega de fazer menção às vozes impedidas de expressão.

Na final da década de 1970, quando o centro da cidade se encontrava no auge de decadência decorrida do esvaziamento devido a criação de novos polos regionais para determinados serviços, a Prefeitura da Cidade elaborou o primeiro projeto de preservação, no sentido de transformação estética, para a área central da cidade, que abrangeria os setores da Lapa, Cinelândia, Largo da Carioca, Largo do São Francisco e Saara: o Projeto Corredor Cultural, conforme aponta Macedo (1990). Como efeito secundário, esse plano de transformação produziu indiretamente a mudança de perfil dos habitantes e consumidores dessa região (SMP, 1984).

Em se tratando da revitalização da Lapa, situamos uma história que, conforme afirma Rossi (2010, p. 28), "sufoca e mata as vivazes memórias particulares e locais". Paradoxalmente, o novo cenário expressa repulsa a pessoas que foram obrigadas a abandonar a região, tendo que viver em localidades distantes do centro.

Em face dessa nova conjuntura, na década de 1990, donos de antiquários, da Rua do Lavradio, sensíveis às novas transformações e vislumbrando atrair um novo nicho econômico, começaram a promover uma feira mensal de antiguidades, existente até hoje, como possibilidade de lazer e promoção do lugar para pessoas de um segmento social, com evidências de expressivo poder econômico. Os antiquários, a fim de se expandirem economicamente, passaram a ter também, em suas dependências, restaurantes e casas de festa, ampliando assim suas funções.

Como ilustração, mencionemos o restaurante Rio Scenarium, o qual é um exemplo de rugosidade, conforme afirma Santos (2006), sendo considerada em decorrência da transformação funcional de um mesmo espaço: o casarão de três andares funcionou como moradia, até que, na década de 1990 transformado em antiquário e, posteriormente, em 2001, em restaurante, bar e casa noturna.

A requalificação espacial promovida pela associação entre a iniciativa privada e o poder público culminaram na revalorização imobiliária da Lapa. Concomitantemente, a população pobre que, historicamente, residia na região foi sendo removida, devido a demolição de imóveis antigos nos quais viviam várias famílias, para a construção de novos prédios. Deste processo resultou uma modelação no âmbito dessas relações na cidade, fruto de mudanças arquitetônicas estruturais que incidiram diretamente sobre as pessoas em função de suas condições econômicas, as quais foram determinantes para que estas se mantivessem ou não na região, uma vez tendo ocorrido a reforma. Dito em outras palavras: o local uma vez transformado impunha condições para permanência, de modo a selecionar grupos sociais específicos, bem como alijar outros por não terem condições de atender às novas exigências.

Já na década de 2000, quando a rede de bens e serviços estava bem instalada na região central do Rio de Janeiro, um grande empreendimento imobiliário surge na Rua do Riachuelo, o Condomínio Cores da Lapa. Amplamente apoiado pela Prefeitura, o condomínio era destinado à classe média, mas os apartamentos também foram adquiridos por investidores que, na expectativa da especulação imobiliária, realizaram grande investimento, uma vez que desejavam lucrar com os aluguéis e venda de imóveis na região central da cidade. O empreendimento imobiliário utiliza nomenclaturas que buscam associá-lo ao bairro, como o nome dos prédios: Seresta, Aquarela, Batuque, Toada, Melodia e Ritmo. Esta caracterização identitária é um mecanismo utilizado, não só pelo Cores da Lapa, como também por hotéis, bares e restaurante da região, para promover o potencial turístico do bairro, evidenciando apenas o lado boêmio.

Certamente tanto a violência quanto a miséria que convivem lado a lado, não somente foram constantemente ignoradas, além de serem também objeto de repressão e negação, especialmente em práticas dos meios midiáticos, as quais no intuito de serem solidárias à ideia de progresso e ante o temor de difundir a má fama da região,

minimizaram o teor de suas informações. Esse modo de agir do aparato midiático foi certamente motivado, por um lado, pela ideia de que retratar a real situação causaria um grande desequilíbrio econômico pelo fato de afugentar os frequentadores de bares, restaurantes e casas noturnas e, por outro, a circulação de informações sobre miséria e violência poderia se constituir em um vetor que causaria a desvalorização dos preços de imóveis e queda no valor dos aluguéis. Há ainda que ressaltar a preocupação dos meios midiáticos em apresentar uma estética agradável para, com isso, fomentar a atração de turistas.

5.5 A transformação socioespacial da Lapa

A Lapa tem uma história que retrata a passagem de grupos sociais distintos, desde aqueles de alto poder aquisitivo até pessoas adultas em situação de abandono social. Devido a essa natureza observa-se, em seus habitantes circunstanciais certo caráter de impermanência. Com o agravamento do desemprego, o êxodo rural e a migração interna a situação nas cidades tornou-se bastante crítica: houve uma corrida de pessoas para os grandes centros urbanos na esperança de mudarem, para melhor, as suas condições de vida. Essas mudanças incidiram em vários setores, propiciando nas cidades a presença de tradições até então de caráter regional ou do meio rural. Se por um lado, essa inciativa ampliou o contexto da vida cultural das cidades com atividades destinadas a pessoas de baixo poder de consumo; por outro, foi um fator que colocou em xeque a manutenção de clubes e outros espaços destinados à elite que conheceram gradativa decadência ou mesmo fecharam as suas portas. Essa situação é bem caraterística da Lapa que passou a conviver com casas glamorosas, porém em franco declínio pelo afastamento de pessoas e diversões de cunho inclusivo, muitas vezes acontecendo em praças públicas.

Com o declínio de setores culturais no bairro, insurgiu-se uma nova categoria, reconhecida socialmente como um setor marginalizado, divulgado na mídia como os malandros. Assim a Lapa foi palco de muitas ações violentas, incluindo crimes de maiores e menores proporções, inclusive um deles, serviu de roteiro de dois filmes. Nesse cenário de crimes, um homem deixou traçados de uma história que tomou vulto

na mídia. Trata-se de João Francisco dos Santos, nordestino, negro, analfabeto, homossexual e capoeirista que passou, em função de suas proezas de enfrentamento aos policiais, ser conhecido como o protótipo de malandro. Segundo Rodrigues (2014) esse habitante da Lapa era, além de admirador de espetáculos conhecidos com Teatro de Revista, apaixonado pelo carnaval carioca, e "desfilou em 1942 no bloco Caçador de Veados, usando uma fantasia intitulada Madame Satã. Após ganhar um concurso com a indumentária ficou sendo chamado pelo nome da mesma" (BENTO FILHO, 2017, p. 151).

Vale lembrar que os Teatros de Revista, durante décadas, eram marginalizados, porém frequentados pela elite, principalmente, homens que se interessavam por prostitutas sofisticadas. No entanto esses espetáculos foram os principais difusores de uma cultura popular, posteriormente assimilada pela televisão. Uma particularidade desses espetáculos consiste no fato de que essa modalidade de diversão, era atrelada às representações de nacionalidade visto que, segundo Aguiar (2013, p. 33) "participando do processo de definição da identidade nacional, as revistas seriam apontadas, por alguns autores, inclusive modernistas, como as manifestações mais acabadas da alma brasileira".

O primeiro dos dois filmes, com fortes indícios de semelhanças à história de vida desse ícone da malandragem, denominado "Rainha Diaba", protagonizado pelo ator Milton Gonçalves, data do ano de 1974, dois anos antes de falecimento de Madame Satã que, em sua longa trajetória de vida, testemunhou o auge do glamour e decadência do bairro da Lapa. Trata-se um roteiro que faz ressonâncias às suas próprias memórias (DURST, 2005), embora o diretor afirme que as semelhanças são meras coincidências, na tentativa de preservar a originalidade do seu roteiro. Entretanto segundo Silva (2011, p. 151):

> O filme Rainha Diaba (1974), de Antonio Carlos Fontoura, com argumento de Plinio Marcos é frequentemente associado à figura de Madame Satã. O diretor, entretanto, em diversos depoimentos e entrevistas nega ter se inspirado no malandro. Plinio Marcos atribui o argumento à performance de marginais santistas. Mas é inegável que a adaptação para o universo carioca, acabou assimilando aspectos da malandragem carioca. O fato de se tratar de um protagonista negro (Milton Gonçalves) e homossexual da Lapa facilitou tal associação, assim como a

> atemporalidade do texto de Plinio Marcos e da ambientação do filme, mesclando elementos de décadas diversas. Se não inspirado diretamente, aspectos ligados à figura de Satã certamente foram incorporados de alguma forma.

O segundo, uma coprodução brasileira e francesa de grande sucesso, denominada Madame Satã, caracteriza-se por ser uma referência marginal urbana do bairro da Lapa no século XX. É um filme dirigido pelo diretor Karim Ainouz, cujo personagem foi protagonizado pelo ator Lazaro Ramos (MARIANO, 2010), tendo ganhado vários prêmios em diversos festivais. De certo modo, assinala Green (2003, p. 204) que:

> Mais recentemente, o diretor de cinema brasileiro Karim Ainouz, no seu longa-metragem de estreia, *Madame Satã,* recuperou Madame Satã como uma personalidade gay ambígua, uma figura brasileira mítica, merecedora de projeção na tela internacional em uma nova reencarnação. Um exame de sua vida e das múltiplas imagens de Madame Satã, bem como das for- mas pelas quais sua personalidade tem sido abarcada por certos intelectuais, pode esclarecer as múltiplas maneiras pelas quais as noções de gênero e identidade sexual são desempenhadas e entendidas no Brasil.

O brasileiro que serviu de inspiração aos diretores na construção do referido personagem ilustra cabalmente o *modus vivendi* no bairro da Lapa, principalmente se rastrearmos aspectos de sua história, conforme se depreende das entrevistas ao jornalista Sylvan Paezzo (1972) nas quais se evidencia a trama de sua vida. Filho de escravos, segue, de certo modo a trajetória de seus ancestrais, tornando-se uma espécie de escravo particular, ainda quando viveu na cidade do Recife, realizando trabalhos pesados sem remuneração. Ao se mudar para a cidade do Rio de Janeiro, passou a viver na Lapa, exercendo as funções de entregador de marmitas, cozinheiro e segurança de casas noturnas, o que lhe facilitou o encargo de protetor de prostitutas contra roubos, agressões e estupros. A proximidade com o meio artístico, foi responsável pela ideia de se apresentar em espetáculos, nos quais se vestia de pomposos trajes femininos, o que, para a época, era um verdadeiro afronte aos costumes. Foi preso várias vezes pelos mais diferentes motivos, embora sua ficha se destaque pelo enfrentamento a policiais dada

sua reconhecida capacidade de capoeirista. Sem dúvida, o universo do qual fazia parte Madame Satã era bem amplo em termos ações proibidas à época e socialmente condenadas que aconteciam no bairro da Lapa, contribuindo, de certo modo, para a difusão de uma má reputação.

Curiosamente, o plano diretor de revitalização, pensado para solucionar os conflitos e problemas da região, data de uma época em que esse personagem tinha uma marcante atuação, embora só tenha sido reconhecido a partir do impacto decorrente das entrevistas dadas ao Jornal Pasquim, à época, um canal de exposição de ideias críticas à Ditadura Civil Militar[1]. De acordo com Green (2003, p. 204):

> Madame Satã poderia ter entrado na obscuridade histórica se não tivesse sido ressuscitado por outra geração de cariocas boêmios, nos anos 1960, que promoveram sua imagem no jornal semanal ligado à contracultura, *O Pasquim*. O diálogo entre os intelectuais boêmios dos anos 1960 e a auto-identidade ambígua e fluida de Madame Satã revela uma intrigante remodelação dialética de sua narrativa de vida.

Madame Satã era bastante temido, além de marginalizado por ser nordestino, analfabeto, pobre, negro, homossexual assumido e, sobretudo, criminoso. Esta era apenas uma nuance. Sua figura fazia-se reconhecer como pessoa boa, a medida em que defendia da violência policial prostitutas e travestis. Além dessas características era também reconhecido como atuante no meio artístico. Não obstante, a imprensa, em uma espécie de clamor por segurança, esmerava-se em difundir apenas os episódios de violência praticados por ele em situação de liberdade, antes e depois de suas várias detenções e condenações. A vida desse personagem simboliza grande parte dos acontecimentos da Lapa, fazendo com que as autoridades se dedicassem a promover melhorias e recuperar a região pretensamente abandonada.

Um novo olhar do poder público, forçado pelas condições de alarme da região propaladas pelos meios de imprensa em termos da difusão de violência e da decadência, com uma perspectiva econômica, planejou a transformação radical do bairro, constituído atualmente por espaços que marcam a vida noturna da cidade, como casas de shows, bares, restaurantes, boates, casas de jogos, capazes de atrair os mais diversos tipos de pessoas, com significativo poder de consumo, de faixas etárias e de renda

diferentes. Além de abrigar um polo voltado ao entretenimento, a Lapa continuou como um bairro residencial, porém com feições estéticas e econômicas completamente novas, marcada pela coexistência de imóveis de alto padrão, com altíssimos preços de aluguéis e ocupações populares temporárias de prédios públicos esvaziados, onde ainda resistem grupos sociais que foram marginalizados pelas diferentes reconfigurações urbanas que ali aconteceram. Cabe assinalar que os grupos de baixo poder de consumo tendo permanecido, certamente, não desfrutam de todos os serviços no bairro, sendo muitas das vezes passageiros contemplativos, sempre na mira dos poderosos aparatos de segurança e controle social que, em estado de alerta, inibem a presença e expressão desses grupos na medida do possível.

A presença de pessoas de diferentes nacionalidades na região da Lapa e entornos com a Praça Mauá possibilita um tipo de movimentação que colabora para a produção de uma noite muito agitada onde, em épocas passadas, se desenvolvia a prostituição, mas que, nos dias atuais, essa prática está bastante arrefecida em decorrência da concentração de turistas no bairro de Copacabana. As medidas repressoras contra a prostituição, especialmente no Estado Novo tiveram um peso significativo no bairro da Lapa em comparação com outras regiões, provavelmente em função de sua geografia constituir-se uma região de intermediação entre bairros nobres e pobres; como também pela fama de ser um lugar violento e pouco recomendável para entretenimento. Foi esse cenário que a revitalização propunha a mudar radicalmente.

Após um longo período de degradação posterior a reforma urbana do início do século XX promovida por Pereira Passos, o processo de revitalização do centro da cidade do Rio de Janeiro foi retomado com maior intensidade nas últimas quatro décadas. Incialmente, a criação do Projeto Corredor Cultural, em 1979, abrangeu os bairros da região central da cidade: Praça Quinze, Saara, Largo de São Francisco e Cinelândia, estipulando medidas para a preservação e renovação dos imóveis históricos.

Com esse Projeto que dura até 1983 inicia-se uma série de intervenções com o objetivo reconfigurar aquele espaço, iniciado com o tombamento e a restauração de imóveis históricos, a fim de incentivar a reocupação dos mesmos ou atribuir-lhes outras destinações. A aplicação de recursos do poder público na revitalização desses bairros visou a retomada de investimentos nesses locais, movimentando, desta forma, a rede de

comércio e serviços na região e o fortalecimento da economia local que, posteriormente, requalificou a região (ARAUJO, 2009). Depois da realização desse Projeto as autoridades estatais se referiam ao bairro como a Nova Lapa, deixando explícita a ideia de uma transformação radical, cujo cartão de visita símbolo do embelezamento e sofisticação pode muito bem ser expresso pelo Rio Scenarium, espaço de múltiplas funções.

Para pôr em prática a realização da revitalização, fez-se necessário, da parte do poder público, a remoção de pessoas pobres que não dispunham mais de condições para viverem no local. Vale salientar que não se conhece um projeto dos órgãos públicos para a acomodação das pessoas removidas em novos espaços, bem como políticas de acompanhamento, pois o projeto de remoção trazia no seu bojo apenas a indenização em valores prefixados. Eis uma nuance de violência que sequer é aventada. Porém, como bem nos alertou Morin (2009, p. 16), trata-se de "uma barbárie que toma forma e se desencadeia com a civilização". Isto nos faz pensar que o processo de remoção teve efeitos devastadores em nome do progresso, visto que a consequência mais imediata consistiu na modificação radical da vida dessas pessoas, que tiveram que construir novos hábitos para se adaptarem as exigências em face do novo padrão de vida. Essas pessoas tiveram que reprogramar o seu cotidiano, reajustando seus ritmos em função de deslocamento para o trabalho e, possivelmente, lazer. É interessante observar, conforme assinala Bento Filho (2017, p. 186) que:

> Nos últimos anos surgiram conjuntos imobiliários que fizeram muitas pessoas morarem perto de seus trabalhos no Centro. Exemplos do fenômeno foram Viva Lapa e Cores da Lapa, completamente vendidos em pleno lançamento. Vultuosos empreendimentos comerciais afloram nos arredores. Referimo-nos em especial às edificações relacionadas à Petrobrás, Eletrobrás e Centro Empresarial Passeio Corporate. Para servir de moradia aos funcionários das empresas, alguns imóveis foram reformados na Lapa e cremos que aí surgirão novos prédios residenciais, o que pode trazer para a localidade a presença da classe média alta, além da possibilidade de maior segurança.

Depreende-se que o progresso sinalizado na passagem tem, como contrapartida, um destino pouco explorado, nos meios midiáticos: o reassentamento e as condições de vida das pessoas removidas ou simplesmente expulsas da região. Porém salientamos que a produção do espaço urbano sofreu diversas alterações em sua dinâmica a partir dos

eventos da revitalização, gerando impactos que são muito presentes ainda hoje, como a gentrificação. Este conceito foi desenvolvido por Smith (2007) para explicar a segregação de populações de zonas centrais de cidades dos Estados Unidos, ocasionada justamente por reformulações urbanas, produzidas pela iniciativa privada, estimulada e auxiliada pelo poder público.

A nova modelação da região da Lapa, visando a transformação do bairro em polo de entretenimento e especulação imobiliária, atraiu interesse de empresas e, concomitantemente, de uma classe de considerável poder aquisitivo, resultando no aumento significativo do preço dos aluguéis e do custo de vida local. A resultante deste movimento foi a remoção de uma parte dos grupos sociais pobres, historicamente inseridos nesse contexto - a partir da gentrificação ou da remoção de fato pelo Estado.

É interessante observar que os grupos se comportaram de forma heterogênea: uma parte dos moradores, sem maiores questionamentos receberam indenizações e reconstituíram precariamente suas vidas em espaços distantes, expressando sensação de impotência e conformismo, completamente alheia às intenções de determinados setores. Outra parcela, que não se dispunha à negociação com o Estado, insistiu em permanecer no lugar, marcando, assim, uma forma de resistência, o que entendemos, conforme assinala Gondar (2003) como uma produção de memória na formação de uma dobra pela resistência. Sabe-se que esses grupos não obtiveram êxito, pois na condição de populações vulneráveis foram prejudicados, conforme afirmam Rogers e Ballantyne (2008, p. 32), "quando são negados, injustamente, direitos sociais e políticos. (...) A discriminação institucionalizada pode empurrar os grupos afetados para uma posição subalterna dentro da hierarquia social". Contudo, mesmo diante de um Leviatã poderoso, esses grupos se mantiveram ativos na reivindicação de seus direitos clamando para que suas vozes fossem ouvidas.

A presença e vozes dessas pessoas são indicativas de uma espécie de mal-estar próprio do tempo em que vivemos em relação ao qual "deveríamos ter a coragem de desfazer os velhos nós, atados ao longo do século passado", conforme assinalou Finnazi-Agro (2012, p. 20). Essa advertência nos faz indagar de que maneira devemos considerar a ação dessas pessoas tratadas historicamente como marginais invisíveis? Eis uma via de abertura para considerarmos restos, resíduos e vestígios na construção de

uma memória que produza sentido para o processo, bem como, para o modo de vida das pessoas que se acomodam e daquelas que resistem.

5.6 A reforma da Lapa em quatro tempos

Antes de abordar a revitalização do Bairro da Lapa é importante caracterizar a natureza do plano estratégico que se fundamenta em quatro etapas, de certo modo, sequenciais e concatenadas; seja no tocante aos objetivos, seja no tocante aos resultados esperados do ponto de vista arquitetônico e humano.

Em primeiro lugar, um determinante para a elaboração de um plano de revitalização é o reconhecimento, pelo poder público, do abandono não intencional ou proposital de uma dada região que conhece níveis crescentes de degradação e decadência. Quer dizer, nem sempre o poder público intervém quando se evidenciam os primeiros sinais de deterioração de um espaço urbano. Faz-se necessário, portanto, a presença de sérias condições de degradação para que seja estabelecido um diagnóstico a fim de justificar a ação do Estado.

Tratando-se da Lapa, o diagnóstico produzido assentou-se em duas premissas: a ideia de desordem relacionada à presença de pessoas pertencentes a camadas sociais distintas e a violência que afugentava consumidores e praticamente obrigava os comerciantes fecharem as suas casas. O processo de diagnóstico considera a ocupação da região, os transeuntes diurnos e noturnos, as questões urbanísticas e sociais, mas sobretudo, a condição de habitação e polo de atividades culturais e turísticas, além da preservação do patrimônio histórico e arquitetônico. A difusão do diagnóstico de caos urbano vai ao encontro de uma população bastante receptiva e esperançosa de mudanças no que concerne ao bem-estar social e à produção de soluções para a questão do medo e da insegurança.

A segunda etapa considera as particularidades históricas e singulares da região que, conforme já mencionado, fizeram com que a Lapa seja constituída, atualmente, de pântanos e lagoas aterrados, demolição de morros e drenagem de águas. Talvez tenha sido esse passado histórico o fator responsável pela preservação dos Arcos da Lapa e sua difusão como símbolo icônico da região. Desse modo, de forma retrospectiva,

justifica-se o grande investimento do poder público, em várias reformas urbanas iniciado no século XVIII, segundo Xavier et al. (2012) pelo aterramento da Lagoa do Boqueirão e desmonte do Morro das Mangueiras. Nesse sentido, a região da Lapa constituiu-se em uma geografia bastante acidentada e disforme, muito diferente da paisagem atual.

O terceiro pilar de assentamento de um plano estratégico consiste em elencar argumentos que justifiquem a sua finalidade, demonstrando a imperiosa necessidade de realização. O grande motivador para um projeto dessa natureza dificilmente aparece em primeiro plano: trata-se dos interesses econômicos diretamente relacionados à especulação imobiliária produzida gradativamente pela gentrificação, quer dizer: "a origem do padrão de segregação social que ocorre nas cidades de qualquer economia de hoje é consequência de transformações econômicas e sociais que aconteceram no passado" (FURTADO, 2014, p. 344). Entende-se, assim, que a gentrificação é um processo que está relacionado, de certo modo, tanto às desigualdades sociais quanto à mobilidade de pessoas, a ponto de determinar-lhes novas modalidades e padrões de vida no que diz respeito ao consumo e as transformações produzidas no espaço e na sua utilização. Em certo sentido, a gentrificação, lentamente, mas de forma intensa, produz uma mudança drástica no *modus vivendi* de certos atores sociais, mediante expulsão daqueles que são considerados indesejáveis e à deriva.

Via de regra esse processo funciona a partir de três argumentos imbatíveis acerca da deterioração de uma região, como a Lapa: 1) a piora da qualidade de vida de seus usuários em termos de segurança, 2) o afugentamento das pessoas do espaço público de convivência com restrição dos horizontes de relacionamento e, 3) perda de valores tradicionais pela expressão da violência. Esses argumentos são apresentados pelo poder público e acordados pela população como uma solução para o estado de caos e desordem identificado no diagnóstico, em função do qual são propostas duas soluções:1) renovação de determinadas áreas com previsão de destruição para criação e construção de novos espaços e monumentos, mas a partir de uma ordenação do espaço e, 2) revitalização que consiste na incorporação dos espaços construídos, porém amplamente remodelados, no intuito de buscar uma vitalidade supostamente perdida (econômica, física, cultural) em decorrência do estado de caos social e desordem. Nesse

sentido, o processo de revitalização é uma aposta no resgate de memórias pela recuperação e reabilitação das áreas decadentes e degradadas.

A quarta etapa que fundamenta o plano estratégico de revitalização atrela-se aos seus resultados a curto, médio e longo prazo.

A curto prazo planeja-se a ordenação do espaço urbano com a abertura de casas comerciais, hotéis, construção de edifícios, residências, criação de espaços culturais e de entretenimento, expulsão de determinados atores sociais, mediante a implantação de ações de controle e disciplina. Geralmente nessa fase são instalados objetos ornamentais, mudanças de cenário pelo embutir de redes elétricas, telefônicas, entre outras, ampliação de espaços para facilitar a circulação dos agentes de vigilância e controle e de pessoas, como também de veículos com a criação de espaços reservados para as viaturas oficiais e determinação de pontos de taxis.

A médio prazo, são efetivadas políticas de vigilância para impedir o retorno desses atores sociais visando manter um funcionamento em termos de segurança para os novos atores que passam a circular na região e evitar o afugentamento dessas pessoas com medidas que garantam a manutenção do embelezamento e os altos valores de serviços e imóveis. Para essa fase, assoma-se ao controle e à vigilância ações coercitivas ao encargo de agentes estatais (guarda municipal) e pela iniciativa privada (pessoas que exercem função de Apoio de Segurança).

A longo prazo espera-se o grande retorno da especulação imobiliária com elevação considerável dos preços de locação e venda de imóveis, do que resulta o enobrecimento da região. É nessa fase que se evidencia, de forma cabal, a higienização pela limpeza e sofisticação da paisagem pela ocultação das redes e a expulsão de pessoas indesejáveis. Desse modo, firma-se a seletividade dos atores que podem circular no espaço revitalizado. Todavia, da mesma forma que as redes embutidas continuam em funcionamento, os atores sociais expulsos, na condição de memórias que insistem em fazer parte do lugar, podem reaparecer a qualquer momento. Por isso, o aparato de coerção deve estar sempre em estado de alerta, no sentido de garantir a sensação de ordem e também de limpeza, uma vez que os atores que retornam, foram expulsos por serem acusados terem de maus hábitos e serem causadores de desordem e incômodo,

como ambulantes informais, profissionais do sexo, traficantes, pessoas adultas em situação de abandono social.

6 Cenários urbanos, violência e produção de subjetividade

6.1 Vestígios e resistências

A Lapa é um espaço no qual podemos identificar diversos pontos de resistência. As ocupações de movimentos populares é apenas um exemplo prático, visível a qualquer hora do dia, fácil de ser reconhecido por qualquer pessoa que vague pelas suas ruas, já que é fácil confrontar o aspecto físico de prédios que funcionam como hotéis e restaurantes sofisticados com prédios popularmente ocupados ou invadidos.

No entanto, existem outras resistências ocorrendo no bairro que não são tão explícitas, como a presença de grupos de danças tradicionais – tais como Cirandas, Carimbós, Jongos, Cocos, e Maracatu do Grupo Zanzar; grupos de capoeiras remanescentes; espaços dedicados à promoção da cultura negra, como a Federação de Blocos Afros e Afoxés do Rio de Janeiro – FEBARJ; e até mesmo a Igreja Cristã Contemporânea, localizada na Avenida Mem de Sá, número183. Trata-se de uma igreja evangélica, fundada em 2006, reconhecida por aceitar todos os tipos de "diferentes" em seus cultos, inclusive o público LGBT.

A Lapa é o exemplo prático do que Foucault (2004) denominou heterotopia. Vale salientar que esse conceito refere-se à Geografia Humana. Nesse campo, o conceito indica a descrição de lugares e espaços que organizam em formas não hegemônicas. No pensamento foucaultiano, assume a acepção de espaços com múltiplas camadas de significação e de relações intrínsecas com outros lugares. Contudo, trata-se do espaço no qual ocorrem as diferenças que escapam a qualquer segmentação identitária ou de definição. Na heterotopia, são considerados as diversas matizes que existem entre dois pontos, levando em consideração qualquer diferença que escape a uma definição pré-estabelecida. A convergência e convivência de elementos heterógenos e contraditórios na Lapa podem ter sido ocasionadas justamente pelo processo de revitalização ao qual o bairro foi submetido. Como já afirmado, nos processos de transformação e reorganização da forma urbana, existem inúmeras

tentativas de se destruir ou omitir qualquer aspecto estranho à nova forma. No entanto, as formas de resistência observáveis no bairro da Lapa e seus entornos demonstram, nitidamente, que, ainda que se tente apagar, os vestígios deixam rastros que enunciam enredos a serem escritos ou contados. Estes vestígios podem ser físicos, tais como as ocupações de prédios esvaziados; podem ser culturais, tais como a presença de atividades tradicionais; e podem ser também a própria memória. Com isso, estamos assinalando que as estratégias destinadas à manutenção do que deve ser lembrado, bem como do que deve ser esquecido, nem sempre são exitosas, pois a maneira como os cidadãos expressam e manifestam suas insatisfações são, até certo ponto, controladas pelo poder público que, com seus aparatos eficazes, determina uma direção a ser seguida com relação aos fatos que devem ter significados para serem lembrados, mesmo que seja de forma distorcida, bem como para aqueles que geralmente são omitidos.

A revitalização, decerto, foi um processo violento a grupos sociais que estavam historicamente inseridos naquela localidade. A reconfiguração urbana, em busca de "melhoramento" do lugar, pela especulação imobiliária propiciou a mudança da função de diversos espaços, além de ter sido responsável direta pela gentrificação. Para as interpretações dos órgãos oficiais, melhoria estética e progresso devem ser considerados consequências naturais visando à adequação ao novo cenário, justificado como um processo que ocorre de maneira espontânea e pacífica. No entanto, uma atenção mais acurada para ouvir as pessoas removidas e expulsas sobre o modo como ocorreu o processo, certamente haverá relatos de violência. Quer dizer, as duas vertentes discursivas não evidenciam os mesmos fatos, tampouco a mesma interpretação para eles. Desta forma, deve-se questionar como a mesma história pode ter relatos opostos, ou seja, trata-se dois tipos de memória que, no entender de Pollak (1989) são as memórias oficiais e as memórias subterrâneas. Essas últimas, por diferentes motivos, são impedidas de se expressarem ou mesmo ganharem sentido, permanecendo em uma zona sombria até o momento em que sejam trazidas para reflexão e assim significadas e reconhecidas.

As memórias oficiais, como é possível prever pelo nome, são as memórias que constam em documentos oficiais, em arquivos, bibliotecas, na mídia. A história presente nos arquivos é contada a partir das memórias oficiais que serão, facilmente aceitas e

perpetuadas. Já as memórias subterrâneas são obtidas a partir do resgate de registros de grupos rechaçados, em detrimento de resíduos que são insinuados pela memória oficial, ou por outras modalidades de apontamento, à medida em que se questiona os cenários atuais e se reflete sobre o que outrora existiu naqueles lugares. As memórias subterrâneas, quando emergem, causam uma subversão no contexto histórico, pois põem sob questionamento tudo que já está naturalizado, indicando um processo de omissão ou ocultamento de determinadas nuances subjetivas que foram aplainadas e controladas pela violência. Certamente enquanto perdurarem os mecanismos de violência, essas memórias são impedidas de expressão que, segundo Pollak (1989, p. 4) "como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à memória oficial, no caso, a memória nacional".

Contudo, é importante salientar que as memórias subterrâneas acentuam o caráter destruidor, homogeneizador e repressivo da memória dita oficial. Geralmente, mesmo permanecendo em silêncio essas memórias afloram em momentos de crise, sendo sinais de resistência e, ao mesmo tempo entram em disputa com as memórias eleitas para serem lembradas e transmitidas às gerações. Quando ocorre de as memórias subterrâneas se fazerem presentes, no espaço público, reivindicações têm lugar, deixando transparecer zonas de tensão com movimentos dos dominados que são de difícil de controle pelos agentes dominadores, quando tentam mais uma vez apagá-las ou mesmo negá-las. Notadamente, mesmo considerando a insistência dos grupos dominados, nem sempre contam com êxito, visto que, por vezes, pouco têm a fazer diante de poderosas forças repressoras.

Cabe ainda destacar que a contraposição entre memória oficial e memória subterrânea não significa oposição entre o Estado e a Sociedade. A construção dessas memórias está diretamente ligada aos jogos de poder que estão em vigência no momento, naquele lugar, determinando, sobretudo, o que é passível de ser lembrado e o que é forçado ao esquecimento (GAGNEBIN, 2009). Isso significa que, na maioria das vezes, as memórias subterrâneas estão relacionadas a grupos de minorias, e as memórias oficiais, à sociedade, de maneira geral, ao Estado.

Em relação à memória, pode-se dizer que a memória oficial tem função unificadora, estabilizadora, para a constituição de um ideal de nação, por exemplo. Já as

memórias subterrâneas podem ser utilizadas como um instrumento horizontalizador para o entendimento da história. Os arquivos são os instrumentos utilizados pelas memórias oficiais para que esta seja conservada, denotando, sobretudo uma relação de poder, que, segundo Assmann (2011) se articula com o projeto de armazenamento, pois, a necessidade de se conservar e dar acessibilidade ao arquivo, está intrinsicamente ligada a manutenção das memórias desejáveis. Até porque, para que seja constituído um arquivo, é necessário, além de conservar, selecionar o que deve ser guardado. Desta maneira, pode-se entender que o arquivo é um dos principais, se não o mais importante, instrumento para a manutenção das memórias oficiais. É nesse contexto que tratamos os arquivos referentes ao projeto do plano diretor de revitalização da Lapa, sem, contudo, deixar de considerar as vozes das pessoas que contundentemente expressam suas insatisfações, seja pela ocupação de determinados espaços, seja pelas reivindicações constantemente apresentadas. Vale destacar que as vozes dessas pessoas, direta ou indiretamente, pela utilização dos aparatos midiáticos e redes sociais, conformam uma trama relacional, no entender de Castells (2017), pois configuram estruturas de conexão horizontal e propostas de adesão e pertencimento.

Ainda no entender de Assmann (2011), uma sociedade pode ser interpretada a partir também do que ela rejeita no arquivo. Esse rejeito seriam os vestígios, o que se tenta esquecer, de maneira mais objetiva, o lixo. Relacionando essa perspectiva com a revitalização da Lapa carioca, pode-se constatar que a necessidade de apagamento de certos aspectos, durante o processo de reformas, também aponta a sua intencionalidade.

Quer dizer, tanto os restos quanto as novas produções são sinalizadores de vidas atuantes no momento e de vidas que deixaram somente os seus rastros na condição de vozes. É nesse sentido que podemos afirmar que o plano diretor se apoiou em uma política pública cuja finalidade consistiu em silenciar vozes e apagar vestígios de vida quando decretou a destruição de antigas moradias para instalar casas comerciais, casas noturnas, bem como a construção de arranha-céus. Ainda propiciou a circulação de pessoas de um segmento social de poder de consumo, sendo responsável pelo alijamento forçado de pessoas que escreveram suas trajetórias de vida no bairro e que foram sentenciadas a se adaptarem em outras regiões completamente diferentes, em face da precariedade em termos de condições econômicas.

Podemos iniciar nossas observações argumentando que a revitalização é um processo complexo e bastante contraditório. Curiosamente, mesmo sendo conhecedor dessa dinâmica, nem sempre o poder público volta a devida atenção para a preservação e manutenção de uma área, dando a entender que o programa de revitalização tem maiores desdobramentos por envolver cifras altíssimas em termos de orçamento, momento em que, na mesa de negociações, são preconizados interesses de vários setores. Eis o que nos aponta Guterman (2012, p. 13):

> Os critérios e os princípios utilizados para a eleição dos locais a serem modificados e o tratamento adequado a áreas a serem renovadas, revitalizadas ou requalificadas podem partir de um juízo de valor e, com isso, atender prioridades pontuais dentro da lógica do marketing urbano. A partir das análises dos diversos projetos de intervenção em centros urbanos, nota-se uma "prática recorrente": um diagnóstico de "áreas degradadas", que precisam ser "salvas" e novamente inseridas no roteiro internacional das cidades. Diante deste "cenário de crise" (econômica, social e urbana) aplica-se a metodologia de análise e intervenção do planejamento estratégico, onde as "potencialidades" e "vocações" locais são "(re)valorizadas" e "(re)inseridas". Assim, intervenções em locais com *waterfronts*, centros históricos tradicionais, áreas industrializadas, dentre outros, passam a ser reconhecidos como futuras "áreas luminosas" da cidade. Diante dessa dinâmica de reestruturação urbana, algumas motivações, por meio de discursos, conduzem essas intervenções em áreas centrais.

No intuito de justificar as reformas urbanas pela argumentação de seus benefícios, geralmente, a mídia se encarrega de produzir apelo para a região em termos de valores culturais com marcas de traços identitários que são enaltecidos como o *slogan*: Eu sou da Lapa. Esse forte apelo tem por finalidade atrair visitantes e provocar o interesse de pessoas pela região, em um franco processo de aceitação e adesão. Outro aspecto a ser considerado nessa empreitada de valorização e convencimento é a utilização do prestígio, importância e aspectos positivos da região de épocas passadas, tentando reavivar uma espécie de memória de atração pelo lugar prometido, considerado adequado para convivência e habitação em decorrência das melhorias alinhadas à ideia de progresso e modernização. Geralmente argumenta Guterman (2012) que a revitalização deve-se sobretudo ao fato de que, a área pretendida para reforma e recuperação, tem relevância histórica para a cidade, além de uma consolidada infraestrutura. A título de ilustração, sabe-se que a região da Lapa passou por inúmeras

reformas de remodelação e adequação, o que se traduz em altos investimentos pelo Poder Público.

Essas circunstâncias são apresentadas em uma espécie de catálogo que elenca vantagens em consolidar a recuperação da área degradada para fazê-la se inserir novamente no contexto da vida urbana, porém obviamente de um seleto grupo de habitantes. Para tanto, as planilhas orçamentárias para a recuperação ou revitalização da área se traduz pela combinação de investimentos públicos e do setor privados em parcerias celebradas em função do interesse de ambas, cujo resultado esperado é a construção de novos artefatos culturais; a implantação de bens e serviços; ampliação e sofisticação de empreendimentos para fins habitacionais e criação de áreas de lazer, principalmente em regiões próximas da costa marítima.

Diante desse conjunto de evidências dificilmente as pessoas não demonstram interesse, especialmente aquelas com poder de consumo, uma vez que o processo de revitalização tem destinatários certos e previamente selecionados pela prática da gentrificação. Nesse sentido, quarteirões são eliminados como aconteceu com as habitações em frente aos Arcos da Lapa para valorizar o lugar, não em termos habitacionais, pois no lugar foi construído uma grande praça, mas de um embelezamento na expectativa de atender o refinado gosto dos novos habitantes que passarão a ser consumidores da região, mesmo que se saiba que pessoas, em decorrência do projeto de intervenção, estão, segundo Faulhaber e Azevedo (2015, p. 40), na iminência de "perder a identidade socioterritorial", seja em razão do valor da indenização não ser o suficiente na reconstrução de condições mínimas de vida; seja pelo fato de que terá que reconstruir a identidade com atores sociais até então desconhecidos.

Resta salientar que esse aspecto não entra na pauta de discussão dos planejadores da reforma, nem na prancheta dos arquitetos, pelo menos em termos das políticas de reassentamento, salvo raríssimas exceções. Importa, aos gestores, apresentar um conceito da região que tenha eficácia, no tocante à circulação de capital pela grande mobilidade de pessoas em atividades de lazer e ocupação dos postos de trabalho que são produzidos a partir da revitalização com a chegada de grandes investidores e a instauração de casas comerciais sofisticadas seletivamente dirigidas a

um público alvo com características potenciais de consumo. A nova roupagem da região acontece em diferentes níveis: arquitetônico pela construção de sofisticados prédios residenciais e comerciais, bem como a restauração de monumentos e prédios antigos; humano pela substituição de grupos de um segmento social sem claro poder de consumo por outros declaradamente consumidores; cultural pela abertura e reabertura de espaços como livrarias, teatros, cafés, bistrôs, centros culturais, antiquários com restaurantes e feiras de antiguidades, casas noturnas, entre outros.

Enveredando por esse prisma podemos seguramente admitir que o novo conceito da região prometido pela revitalização estava assentado em interesses econômicos, como também à expectativa de afastar dos olhos das elites grupos sociais considerados inadequados, violentos, marginais. Nesse rol obviamente incluía-se uma grande massa de população pobre que foi obrigada a se reorganizar em regiões periféricas da cidade, não por vontade própria, mas pela possibilidade de lucros com a revitalização. Houve ainda uma justificativa de que a reforma visava também minimizar ou eliminar focos de violência atribuídos a pessoas que viviam em cortiços e outras formas de habitações coletivas. É conveniente, a esse respeito cotejar as intenções da construtora uma vez que conforme assinala Guterman (2012, p. 47):

> Para abrigar novas funções (no caso a de moradia) e atender as demandas de um novo público, o movimento *Eu sou a Lapa* veio estrategicamente "reanimar" a "identidade local", apostando em uma abordagem cívica, onde a noção de pertencimento seria associada a um novo consumo do lugar (ou também pode ser visto como um lugar do consumo). O movimento buscou mostrar que a Lapa nada mais é que a "carteira de identidade" do carioca, começando a se promover a ideia de que a Lapa se transformaria no "mais carioca dos bairros", uma vitrine da cidade. O sucesso dessa ação publicitária (e do processo anterior, cuja potencialidade não havia sido percebida) pode ser comprovado no dia 10 de novembro de 2005, quando os 668 apartamentos do condomínio Cores da Lapa foram vendidos em duas horas.

A espera do período de construção não foi um problema para os proprietários, como também não tiveram que conviver com tapumes, barulho de máquinas e poeira. Certamente não se inquietaram uma vez que sabiam que seriam devidamente recompensados, por estarem adquirindo não apenas um espaço residencial, mas a

promessa de uma boa qualidade de vida. Os especuladores imobiliários também dormiram tranquilos, certos de terem feito um grande negócio com retorno financeiro esperado, o que efetivamente aconteceu pela venda, em valores bem mais altos, comparados aos valores de compra.

Os novos habitantes, com ares de pessoas que chegaram a região na condição de detentores de poder de consumo, com claras facilitações do poder público, encarregam-se de transformar os espaços segundo critérios outros se comparados ao *modus vivendi* dos antigos habitantes. Fazia-se necessário a criação de uma rede de serviços para fazer jus as exigências dos novos consumidores, como também criar locais sofisticados de diversão que segregam pelas chamadas taxas de consumação. Os habitantes que foram removidos são forçados a escrever suas histórias em outras páginas, quer dizer em outros lugares, uma vez que suas condições de vida não os permitem usufruir da região reformada que passa a contar com uma série de serviços que até então não figuravam, em especial, segurança.

Em certo sentido, as pessoas que nasceram e cresceram em uma dada região que passa pelo processo de gentrificação são violentamente marginalizadas, razão pela qual devem ser reorganizar em outros espaços urbanos e com outros atores sociais reconstruir seus arranjos subjetivos, mantendo apenas as lembranças de uma época e de um lugar.

A mobilização forçada de pessoas e o destino geralmente para regiões periféricas das cidades nas quais muitas das assistências públicas são precárias ou mesmo inexistentes demonstram o grande fosso que pode ser configurado entre os planos de urbanização orientados por interesses econômicos e critérios higiênicos, de um lado, e o destino de pessoas com baixo poder de consumo, de outro.

Sem dúvida, o planejamento da reforma de uma região, como a Lapa passa por etapas que se concatenam em uma engrenagem bem dinâmica com a participação de diferentes setores, cujos objetivos enquadram-se na lógica capitalista de exploração e lucro. Por esse motivo, as diretrizes de intervenção são cuidadosamente calculadas a partir do momento em que o poder público diagnostica condições insatisfatórias, seja pelo desgaste das construções de um espaço, seja pela expressão da violência, explicada

como decorrente da presença e ou invasão de grupos sociais indesejáveis no processo de valorização e interesse pelos investidores na região.

Em face do dinamismo necessário a sobrevivência e conservação, as cidades tiveram gestores para cuidar da sua condição de vida mediante a manutenção e preservação de regiões, as quais, por motivos diversos, deterioram-se ou que são legadas ao descaso. A política de gerenciamento, em épocas passadas, destinada à construção de fortalezas, decorria principalmente do fortalecimento das cidades em razão das possíveis invasões e saques. Essa forma de entendimento muda radicalmente com o capitalismo, momento em que a administração das cidades seguiu o critério econômico, cujo apogeu acontece, no século XX, com a força empresarial e seus interesses na consecução das reformas urbanas. Essa modalidade de determinação empresarial no âmbito das cidades tem como característica principal, no entender de Harvey (1996, p. 52):

> [...] a noção de parceria público-privada na qual as tradicionais reivindicações locais estão integradas com a utilização dos poderes públicos locais para tentar atrair fontes externas de financiamento, novos investimentos diretos ou novas fontes geradoras de emprego.

Esses determinantes, em certo sentido, foram os principais acionadores do processo de revitalização da Lapa, na década de 1970, época em que se acentuou, em função das injunções do regime militar com interdições ao setor de entretenimento, o estado de degradação, visto que muitos espaços de diversão, considerados também casas de tolerância precisamente conhecidas como casas da luz vermelha, foram obrigadas a fecharem as suas portas. Os casarios fechados, sem conservação, deterioram-se em pouco tempo ou foram invadidos. Esses acontecimentos e tantos outros colaboravam para transformar uma área de franco comércio e de lazer em uma região temida ante a ameaça de violência.

Não obstante, vale recordar um detalhe acerca da região: a Lapa tornou-se mundialmente reconhecida como símbolo da Cidade do Rio de Janeiro, aos moldes da capital francesa no final do século XIX, sendo núcleo central da pretensa Paris dos Trópicos, que segundo Lessa (2001, p. 13), “como cartão de visitas do país e certidão de

brasilidade, era o único lugar que combinava a natureza tropical com a modernidade urbana". Contudo, a alusão à modernidade deve ser compreendida em seus múltiplos aspectos: progresso, qualidade de vida, catástrofes, miséria, superpopulação mediante a promessa de uma vida confortável, e até mesmo a violência pela competição de espaços e meios de sobrevivência, enfim, todo tipo de mazelas próprias do viver em grandes conglomerados urbanos.

Em pleno período de decadência grupos sociais escolheram a Lapa para habitar, muitos deles morando de forma clandestina em habitações abandonadas, as quais, em razão da falta de pagamentos de serviços básicos, eram alvo do corte de luz, água, telefone. Esse fato não passava despercebido pelos agentes do Poder Público. Porém havia uma prática não oficial de transferência de responsabilidade: os donos dos casarios abandonados alegavam não terem recursos para manter seus imóveis enquanto que os agentes do Estado aguardavam soluções dos proprietários, mesmo sabendo que eles não dispunham de condições. Em face dessa morosidade e descaso a situação se agravou e o número de pessoas de rua aumentou consideravelmente causando tensões e transtornos na região pela disputa de alimento, pontos de venda de substâncias entorpecentes, agenciamento de prostitutas, entre outras atividades que, frequentemente, culminavam em violência.

Com a intervenção do Poder Público mobilizado por interesses econômicos ficou evidente a necessidade de solucionar a situação de tensão decorrente de os habitantes de outras regiões e de outros municípios se aglomerarem na Lapa, incluindo artistas, andarilhos ocasionais, pessoas em situação de abandono social, alcoolistas, bem como outras categorias que, em função de suas presenças, marcaram significativamente a história da região. Desse modo, o primeiro grande confronto aconteceu entre os agentes do poder público e a população que não dispunha de habitação fixa ou que, em muitas circunstâncias, moravam em cortiços sem pagar aluguel, especialmente nos casarios abandonados, administrados por um também morador nas mesmas condições. Os interesses dessas pessoas conflitavam com os interesses econômicos de determinados setores da cidade.

De certo modo, duas correntes de interesses se fazem presentes na região porém em direção oposta, pois existem os habitantes que desejaram dar continuidade

em suas histórias em um espaço onde se encontram ambientados e os gestores, em parceria com investidores da iniciativa privada, que anseiam pela intervenção da região, mas no âmbito de um negócio lucrativo, mesmo que para isso, sejam apagados vestígios de memória das edificações com as quais as pessoas interagem; bem como sejam eliminados rastros de vida que se enunciam, quando possível, em vozes abafadas e por vezes, sem serem ouvidas.

Cabe salientar que a Lapa, geograficamente, foi, durante muito tempo, um elo de ligação entre os poderes da República: as sedes máximas dos poderes judiciário e legislativo localizados no Centro da Cidade e do poder executivo localizada no bairro do Catete. Talvez essa evidência justifique o motivo da Lapa ter sido preservada, visto que a transferência da capital federal para Brasília acentuou a situação de declínio e abandono. Quer dizer, ao se projetar a luminosidade em uma região, corre-se o riso de deixar outras tantas na penumbra ou mesmo na escuridão. As sombras que recaíram na Lapa produziram danos indeléveis com mazelas, utilizadas eficazmente pelo poder econômico em aliança com o poder público na especulação imobiliária. Aliam-se a esse fator as várias etapas do processo de gentrificação. Sem dúvida o planejamento para revitalização leva em conta os interesses econômicos, deixando em segundo plano, quando acontece, questões de cunho subjetivo relacionadas às pessoas removidas, que foram desapropriadas de seus locais de habitação. Nesse sentido, a reforma urbana fatalmente produzirá gentrificação, não como uma consequência impensada, pois faz parte integrante do plano diretor.

Eis um processo que geralmente considera apenas uma vertente, em função das alegações para justificar as reformas, desapropriações e remoções. Como a lógica dos interessados do ponto de vista da especulação imobiliária, a sofisticação de serviços e elevação de impostos acaba se impondo e prevalecendo, restam àqueles que se encontram fora desse nicho o destino da segregação. Contudo, mesmo após um processo de intervenção urbana, é interessante observar que as edificações demolidas e as vozes silenciadas ou afastadas, por muito tempo, insistirão em fazer parte do local, muitas vezes em imagens, visto que, conforme assinala Jeudy (1990, p. 126):

> A apreensão dos lugares e dos objetos fica dividida entre o sentimento de abandono e a petrificação da lembrança. Os edifícios industriais, a arquitetura nacional, os objetos da vida cotidiana constituem um conjunto relativamente opaco de símbolos, e a interpretação sensível que eles suscitam, se furta frequentemente ao trabalho de um conhecimento etnográfico, no esforço de traçar o horizonte de uma estética social contemporânea. Esta se articula em torno de diferentes polos, frequentemente contraditórios, de organização das memórias intersubjetivas.

Em certo sentido podemos admitir que um processo de reforma urbana, mesmo depois de concluído, deixa muitos rastros de ruínas, não somente em acervos de museus ou de centros culturais, mas nas lembranças e ações que expressam, quando existem condições propícias, um possível destino dos resíduos, os quais podem configurar o estado de ruínas subjacente ao cenário enobrecido e esteticamente apresentado como aprazível. Muitas são as evidências de indícios que se decompuseram com o passar do tempo, sem que houvesse medida de conservação para interromper o processo de desgaste. Podemos admitir que essa é uma consequência das políticas que escolhem o que deve ser preservado e o que é destinado à degradação progressiva.

Contudo, não devemos esquecer que, mesmo esses indícios destinados ao desaparecimento pela demolição, bem como pela corrosão do tempo, sinalizam aspectos subjetivos que não podem simplesmente serem descartados ou colecionados para servir de relatos de uma história com meros fins de ilustração. Quer dizer, uma imagem ou um relato conservado deve ser encarado, antes de tudo, como a presença de uma vida que, por diferentes razões, não se encontra mais naquele lugar em decorrência da segregação social. Por esse motivo, podemos retratar o processo de revitalização em termos da produção de rastros e restos que, por mais que se tente eliminá-los, estão sempre prontos, a espera de uma ínfima brecha para emergir, ou então serem significados, como nos lembra Jeudy (1990, p. 127):

> Nesse vasto depósito do mundo, tudo é símbolo ao menos um instante. A preocupação com as marcas da história se esvai diante do movimento das projeções subjetivas que nenhuma ordem do relato pode deter. Não é uma visão da morte ou da catástrofe que engendra da terra esses objetos e lugares de fratura do tempo, é uma alucinação do espectro das coisas tidas como desaparecidas que persegue, no êxtase, de uma evocação imaginária, a realidade petrificante da preservação. Pois são gloriosas

> essas ruínas do futuro. Elas não têm o que fazer do esquecimento porque são também a memória.

Estamos assim admitindo que o cenário de ruínas objetivas produzidas em um processo de revitalização têm uma função estética, mas também estrutural e simbólica, de modo que as suas presenças de restos ou de lembranças evocam os passos construídos na difícil tarefa concernente à arte de viver. Disso não podemos jamais esquecer: os lugares e objetos pessoais que são deixados para trás nas demolições e nas remoções evocam memórias de vida que aludem a um passado, mas que precisa ser construído no tempo presente em negociações diante de tensões. Eis a nuance do processo que dificilmente tem lugar nas pranchetas dos arquitetos, bem como nas maquetes do plano diretor para a realização de reformas, mas são tão importantes quanto a construção de um imponente edifício, a abertura de uma avenida, as soluções sanitárias, entre outras.

Sendo assim os resíduos das demolições, por mais inaparentes que pareçam, do mesmo modo que as vozes distantes que, às vezes, chegam em discretos ecos, revelam que, na opinião de Jeudy (1990, p. 126) "sua atração persiste e os resíduos ainda sabem evocar uma dose de nostalgia, como se os eventos que haviam anunciado seu fim se tornassem os signos de sua transmutação em símbolos". Em outros termos, a beleza decorrente dos novos arranjos das reformas deve ser referida como um aspecto que encobre e nega uma estética considerada indesejada de grupos sem poder econômico, muitas vezes, identificados com classes perigosas e acusados de sê-lo como se a condição econômica e social em que se encontram fosse uma escolha e uma característica dessas pessoas.

Não temos a menor dúvida, salvo raríssimas exceções, que a miséria na qual vivem as pessoas removidas, é uma produção do capital no processo da acentuada desigualdade social, marcada sobretudo pela dificuldade de acesso a bens vitais, pois como assinala Coimbra (2001, p. 80):

> Os modelos econômicos vigentes para que funcionem necessitam excluir vastos setores da população. O capital produz miséria e para existir precisa dela, pois sua lógica de funcionamento é imprescindível a existência da pobreza.

Todavia, podemos, a esse respeito, levantar um questionamento acerca dos interesses que produzem e garantem a permanência da miséria, ou seja, quem lucra com a existência da miséria?

Em primeiro lugar, os projetos de urbanização, aliados às ideias de progresso, que foram implantados na remodelação das cidades brasileiras, a fim de transformá-las em metrópoles revela, por um lado que, paralelamente ao crescimento industrial e econômico, aconteceu também a grande expansão da pobreza. De certo modo, essas duas modalidades de crescimento estão intimamente associadas, especialmente nas grandes cidades que se constituem como espaços atraentes de massas de pessoas pobres que vislumbram melhorarem suas condições de vida pelo trabalho nas indústrias. Essas pessoas se aglomeram em regiões metropolitanas, geralmente desvalorizadas, até o momento em que o Poder Público enxergue a possibilidade de um negócio bastante lucrativo na reforma, o que exige a desapropriação das precárias habitações onde vivem essas pessoas, muitas vezes, em condições subumanas e a subsequente remoção.

Em segundo lugar, ao que tudo indica, não faz parte do planejamento dos órgãos estatais, salvo raras exceções, empreender projetos para minimizar a desigualdade social, incidindo diretamente na eliminação dos bolsões de pobreza. Paradoxalmente, alguns grupos sociais são mantidos em estado de carência como estratégia utilizada por candidatos em eleições que conseguem se eleger na promessa de melhoria de condições. Certamente, se as pessoas não vivessem em condições precárias essas promessas não teriam qualquer eficácia. Então nesse caso, a produção e a manutenção da miséria podem ser vistas como estratégias bastante lucrativas, pelo menos de forma indireta do ponto de vista econômico, visto que, conforme assinala Santos (1994, p. 30) “algumas atividades continuam a crescer ao passo que a população se empobrece e observa a degradação de suas condições de existência”.

Desse modo, a cidade do Rio de Janeiro, e em particular o bairro da Lapa, sofre as consequências da intervenção para reforma, tanto no contexto das relações sociais; como em termos de sua materialidade. De um modo ou de outro, quer dizer, pelo esgarçamento das condições de vidas de determinadas pessoas e pelo embelezamento produzido decorrente da presença da implantação de serviços especializados, abertura de casas comerciais destinados a um segmento social, construção de suntuosos

condomínios residenciais, entre outros, a região revitalizada torna-se, direta e indiretamente produtora e criadora da pobreza de duas maneiras: a) pela proposta de um padrão de vida restrito às pessoas de poder de consumo, afugentando determinadas pessoas do processo de convivência e circularidade e, b) como consequência imediata dessa primeira condição, as pessoas pobres ingressarão em um caminho sem volta, tornando ainda mais pobres, pois dificilmente uma vez removidas e acondicionadas distantes de seus postos de trabalho e opções de lazer, terão expressivo aumento em seus salários que subsidiem os custos de vida.

Vendo a questão por esse prisma estamos diante de um processo de violência cujo resultado incide simultaneamente na perda de poder de consumo e distanciamento espacial dos centros urbanos para os grupos sociais que são removidos no processo de reforma. Em certo sentido, o processo de revitalização de uma área urbana, como a Lapa, funciona de duas maneiras interconectadas. Por um lado, cria ilhas de excelência em termos de habitação como os condomínios existentes para um segmento da população que dispõe de condições econômicas para usufruí-los, bem como dos serviços recém-implantados. Por outro, acentuam os territórios de pobreza nas áreas para as quais as pessoas desapropriadas são removidas, não apenas por se tratar de espaços desvalorizados no mercado imobiliário, mas pela completa ou precária assistência do poder público.

Assim, encaminhamo-nos para o nosso terceiro ponto de reflexão que consiste em considerar um aspecto bastante peculiar, acerca dos bolsões de pobreza que se formam nas favelas e regiões da periferia das cidades. Com relação à revitalização da Lapa, as premissas de embelezamento estético e higienização foram seguidas cuidadosamente. Contudo, sabemos que o poder público, pela mídia, difunde a ideia de que as pessoas removidas são caracteristicamente de classes perigosas pela associação com a violência. Seguramente a criação desse mito tem desdobramentos bastante rentáveis pela difusão de uma onda de ameaça que serve de advertência para os consumidores em potencial produzirem condições de manutenção do bem estar pela adesão a determinados serviços, mas também cabe sinalizar que a massa de pessoas pobres que vive em condições subumanas é configurada como um possível indicador, para a elite, de um reflexo daquilo que não aspira e nem deseja ser. Por isso, medidas de

distanciamento e de manutenção dessas classes são empreendidas, em função da necessidade de sua existência para acionar esses mecanismos, ou seja, esses grupos sociais são considerados, conforme pontua Coimbra (2001, p. 81) "verdadeiros guetos que sempre amedrontam as camadas mais favorecidas".

Contudo mudanças radicais podem acontecer nessas regiões: basta que os órgãos públicos se interessem pela sua valorização econômica conforme ocorreu no bairro da Lapa. O resultado esperado desse processo é habitar a região com pessoas de outros nichos sociais e econômicos. No entanto essa medida, uma vez posta em prática, tem efeitos diretos no afastamento das populações de pouco poder de consumo para regiões de menor interesse e por vezes menos importantes na geografia das cidades, contribuindo para a formação de periferias em condições precárias que sobrevivem com condições mínimas de saneamento básico, de transportes, de habitação e de segurança. Para a elite esses espaços são lugares nos quais proliferam a violência e o banditismo. Claramente essa fórmula de interpretação oculta sobremaneira a violência do Estado em não se preocupar na solução da desigualdade social, bem como no desrespeito as pessoas que são obrigatoriamente removidas e terão que reconstruir, quando possível, suas vidas.

Obviamente esse é um capítulo significativamente construído, mas que nem sempre é evidenciado pelo poder público, da história do processo de produção de grupos sociais marginalizados pelas medidas de segregação, cujo efeito mais contundente recai nas condições de produção de mecanismos básicos para garantir a sobrevivência. Essas ações em grupos sociais que dispõem de pouco poder de luta frente aos grandes leviatãs acentuam-se, de forma marcante, no contexto das possibilidades laborais, as quais em função do afastamento dos grandes centros são cada vez mais difíceis, seja pelo tempo gasto de deslocamento, seja pelos encargos sociais de responsabilidade dos empregadores que os avaliam como onerosos. A esse respeito vale trazer para a nossa reflexão a advertência de Nascimento (2000, p. 51):

> Um lado perverso da exclusão do trabalho que conduz as pessoas no sentido do rebaixamento na hierarquia social, acabam perdendo vínculos que possam permitir uma reinserção. Perdem a proteção social, perdem a referência de lar, frequentemente perdem os vínculos familiares, perdem a autoestima.

Como podemos depreender, os grupos sociais segregados e excluídos de muitas condições de trabalho são ainda, responsabilizados, pelo poder público e a elite, pela produção de ocorrências violentas. Contudo esses setores, nas grandes cidades se esquecem propositalmente que, com bastante frequência, determinadas áreas das cidades foram relegadas ao abandono e ao descaso, para serem espaços de habitação de pessoas adultas em situação de abandono social, pois como afirma Coimbra (2001, p. 82)

> É importante salientar como o capital, produtor da miséria, dela se aproveita e goza benefícios, promovendo a reprodução desse mesmo sistema gerador de violência e garantidor de privilégios para as elites.
>
> [...] produz-se a existência de duas cidades, em qualquer centro urbano: as zonas nobres e os territórios da pobreza. Essa condição dicotômica das cidades escamoteia o fato de que ela é um conjunto articulado: uma não existe sem a outra, pois uma assegura a existência e a reprodução da outra.

Uma vez diante dessa situação, ou seja, que o setor econômico e as elites precisam das massas de miseráveis, as regiões que potencialmente são consideradas um bom investimento em termos de retorno financeiro são alvo de intervenção para reformas. Assim, os órgãos públicos enunciam medidas que decretam as áreas de interesse como locais de intervenção com a promessa de melhoria e valorização. Contudo resta saber a quem se destinam as benfeitorias e a implantação de serviços. Certamente as pessoas removidas não usufruem dessas melhorias, embora as suas histórias estejam encravadas na região que sofre intervenção, comparavelmente as fundações que dão suportes aos grandes edifícios que surgem onde antes eram residências simples nas quais viviam pessoas também simples, porém sem poder de consumo expressivo.

Na tentativa de mudar o cenário de degradação e decadência da Lapa foi empreendido um processo de revitalização apoiado em várias nuances, como a recuperação e revalorização da região visando os seguintes propósitos: 1) promover a integração do cidadão à cidade mediante sofisticação e conforto, às custas de um rígido processo de segurança, disciplina e controle social. Assim, produz-se uma ordenação do

espaço urbano, por meio de estratégias diferenciadas; 2) criar e propagar uma imagem de civilidade e bem-estar para as pessoas, prometendo-lhes retorno aos espaços temidos e esvaziados ante a ameaça da violência e; 3) legitimar a ordem elitista e excludente, de certo modo, reutilizando os princípios da Reforma Pereira Passos que primava por limpeza social com ordem e embelezamento.

No caso da revitalização da Lapa, esse processo contou com a ação da gentrificação, em um pacto do Poder Econômico com o Poder Público. A gentrificação corroborou para que as pessoas removidas jamais conseguissem retornar para viver onde nasceram e cresceram. Trata-se de um processo intimidativo, por vezes, bastante silencioso, mas que se realiza de forma contínua com agentes sempre vigilantes, para a sua manutenção, visto ter havido a reforma urbana e modificado o cenário humano e arquitetônico, porém com seletividade de pessoas. No entender de Ribeiro (2018, p. 1335) a gentrificação corresponde a:

> [...] um plexo de fenômenos diversos que vão desde as mudanças de frequentadores em determinada localidade até a remoção de moradores para intervenções de embelezamento urbano, sem maiores reflexões sobre os sentidos individuais destas referências e sua adequação à realidade fática a qual pretende-se subsumi-las. Mais que um conceito, a palavra "gentrificação" expressa um processo social, econômico e espacial que vai muito além da saída de moradores ocasionada pelas forças do capital, ou ainda da reforma de espaços físicos na cidade.

Provavelmente, o fator preponderante para efetivar a gentrificação foi a difusão do estigma acerca de que a condição social é um agravante para a violência e desse modo a pobreza foi frontalmente marginalizada e incriminada, sendo os pobres objetos de punição (WACQUANT, 2007). Na esteira dessa ação dos aparatos sociais, as populações marginalizadas foram alvo de três grandes operações para justificar a seletividade de pessoas, a segregação e a retirada de circulação, prática que faz ressonância a projetos estatais de outras épocas.

A primeira operação, realizada de forma escamoteada, consiste em disseminar um discurso ideológico de desqualificação de algumas pessoas que circulam na região, como pessoas adultas em situação de abandono social, ambulantes de pequeníssimo

porte, como também aquelas que não tem poder aquisitivo para se ambientar às novas condições do bairro decorrentes do processo de gentrificação. Esses grupos sociais são demonizados pela estreita associação a problemas de desordem, disseminação de doenças, aumento da criminalidade, tráfico de substâncias entorpecentes, para a partir deste ponto, justificar a ação dos aparatos estatais pela segregação dessas pessoas, além das que foram removidas durante as obras de transformação do bairro. Esses sobrantes sociais são considerados uma grande massa impura, ao mesmo tempo indesejáveis pelas razões anteriormente apontadas, uma vez que esta massa é interpretada como fonte de ameaça sendo, no entanto, extremamente necessária pelo fato de representar uma mão de obra de baixo custo para executar os serviços de casa comerciais e nas luxuosas habitações, sem que seus donos dispensem grandes valores de dinheiro. De forma paradoxal, esse contingente de pessoas deve ser segregado, mas não eliminado para não colocar em risco a prestação de serviços. Por serem pessoas necessitadas que prontamente aceitam qualquer oferta sem maiores negociações, eis a única possibilidade dessas pessoas circularem nas áreas nobres da cidade.

A segunda etapa, intrinsecamente ligada à primeira, consiste na potencialização de mecanismos regulatórios dessas pessoas, desvinculando-se dos processos produtivos em serviços especializados. Uma vez estigmatizados como pessoas desqualificadas são reconhecidas apenas para poucas atividades que geralmente exigem um grande esforço físico, que não demande especialização aprofundada para a elaboração e execução de determinadas tarefas, como diaristas, garçons, reparadores de móveis, bombeiros hidráulicos para pequenos reparos, porteiros de prédios, vigilantes e seguranças. Essas pessoas em função de um percurso de baixa qualificação profissional, ao executarem essas atividades, e sofrendo um processo de inferiorização pessoal e profissional, podem sofrer interferências que incidam, de forma negativa, em sua estima. Obviamente nessas circunstancias confirmam a condição de inferioridade que lhes é imputada quando admitem estar fora de cogitação, por exemplo, ocuparem cargos de níveis considerados diferenciados, em termos de outros segmentos sociais.

A terceira etapa, que se constitui uma cena de encerramento, radicaliza as duas precedentes quando realmente efetiva o fosso que separa a elite dominante da classe segregada, a ponto de ambas as categorias sociais não se reconhecerem uma na outra.

Contudo, existem pessoas que dispõem de mais chances de sobrevivência por fazerem parte do amplo mercado de consumo, pois são pessoas que, segundo Butler (2009), em função da representação têm mais probabilidades de reconhecimento em comparação com aquelas que não dispõem, minimamente de representações no contexto das relações sociais. Geralmente essas pessoas são desumanizadas como restos destinadas à segregação e à eliminação. O confronto e a conivência desses dois contingentes (pessoas da elite e pessoas consideradas passíveis de remoção) nem sempre acontece de maneira salutar, a não ser que essa segunda categoria seja assimilada, para fins ocasionais, em termos da força de trabalho, mas que devem, ao final de suas tarefas, tomarem o destino de outras regiões.

Nesse sentido, perdura então um tipo de estranhamento em função do qual esmaecem ou se rompem, por completo, os vínculos de solidariedade de tal maneira que, as determinadas regiões das grandes cidades, como a Lapa, mesmo depois de revitalizada apresentam, no seu cotidiano, um cenário bastante heterogêneo e igualmente disforme, em plena luz do dia: pessoas adultas em situação de abandono social dormindo embaixo de marquises, adros de igrejas, escadas de prédios; pessoas bem vestidas que circulam para chegarem a seus postos de trabalhos; estudantes que se destinam às suas escolas; turistas; pessoas que flanam em relação a possibilidade de realizar compras ou que esperam outras para se deliciarem nos suntuosos cafés e livrarias.

Cabe salientar que a primeira categoria de pessoas é o grande desafio das autoridades estatais que pretendem dar à região um ar de pureza mediante a remoção contínua das mesmas, geralmente às sextas feiras de cada semana, para abrigos. Só que essas pessoas reiteradamente deixam os abrigos e retornam, para mais uma vez, serem considerados não como seres humanos, mas como espécimes de dejetos sociais que exalam mau cheiro e devem ser descartados ou imediatamente segregados. Não são mais considerados homens ou mulheres, embora um dia tenham sido, mas sim espectros desumanizados que ainda se movem. Porém as pessoas que vão ao trabalho, às escolas ou às compras experimentam duas sensações paradoxais, em geral: são indiferentes ao cenário que tem diante de si, ou se sentem incomodados por julgarem que a presença e

existência dessas ainda quase pessoas (que se deslocam como fantoches humanos), atrapalham, do ponto de vista estético, a beleza de seus dias.

Analisando a questão por esse prisma, podemos começar a refletir que existe uma relação direta, porém não evidenciada pelo poder público, entre as desapropriações e remoções e os cenários que passam a ser erigidos em nome do progresso com a construção de empreendimentos habitacionais como o Condomínios Cores da Lapa e Viva Lapa, espaços que por si sinalizam um processo de segregação, não apenas pelas estratégias de segurança, muitas das quais custeadas pelo Estado; como também pelo fato de se destinarem a um nicho de proprietários catalogados no mercado como pessoas de alto poder de consumo. Além disso, há também no plano de reforma a promessa de polos esportivos, espaços de recreação e lazer igualmente pensados para determinados tipos de frequentadores.

O resultado desse processo é, por um lado, a valorização da região em decorrência da intervenção pública e, por outro, a eliminação de grupos sociais dessas localidades. Acrescente-se que esses grupos não são apenas eliminados, mas também estarão constantemente controlados vigiados quanto ao retorno. É interessante frisar que, em função do poder de consumo essas pessoas são estrategicamente excluídas dos novos estabelecimentos, bem como dos novos empreendimentos habitacionais por uma razão muito simples: mesmo que queiram não dispõem de capital para se fazerem presentes nesses espaços.

Se considerarmos que essas circunstâncias da gentrificação produzem efeitos em pessoas anteriormente integradas ao ambiente, um processo de desapropriação e subsequente remoção não deve desconhecer as consequências da imposição a determinados grupos sociais para reconstruírem suas vidas em regiões que não têm quaisquer marcas de suas histórias. Quer dizer, uma coisa é ter nascido e crescido no bairro da Lapa, bem diferente por exemplo de quem construiu sua história em Copacabana. Sabemos que os novos acondicionamentos de pessoas às novas regiões de uma cidade são possíveis, mas trata-se de um processo que requer um acompanhamento que nem sempre acontece após o período das intervenções para reforma, visto que, certamente, o poder público coloca, em primeiro plano, o projeto de reforma visualizando o desdobramento econômico que o mesmo reverterá para a cidade ou para

a região, conforme aconteceu no Bairro da Lapa com a demolição de uma antiga cervejaria para a construção do Condomínio Cores da Lapa, cujos apartamentos foram adquiridos por um preço e negociados com valores bem elevados comparados ao preço de aquisição, pois com a revitalização, a área estava, do ponto de vista imobiliário, bastante valorizada.

A época difundiu-se a ideia da diminuição gradativa dos índices de violência pela presença de vigilantes e seguranças além de um policiamento mais atuante. Da mesma forma que os imóveis subiram de preço, o mesmo aconteceu com os aluguéis residenciais e comerciais. Não resta dúvida que a região passou a apresentar uma estética de embelezamento que também atraiu moradores e frequentadores de segmentos sociais da elite. As casas de diversão a exemplo do Rio 40º, bem como o espaço *RioScenarium* são destinados, sem nenhuma reticência, a um segmento social que detém poder de consumo. Contudo é preciso lembrar que, conforme aponta que Abrahão (2018, p. 90):

> [...] a cidade transformada, a violência no processo de remoção e assentamento, os grandes eventos, as vozes silenciadas, os corpos impedidos de circular, as formas arquitetônicas que desapareceram definitivamente e a promessa de um legado.
>
> Esse conjunto de ocorrências deixou marcas tanto na cidade como nos seus habitantes e, em uma extensão, as marcas da cidade são também marcas da nossa história, de modo que, aquilo que deixa de existir e aquilo que surge têm relevância do ponto de vista subjetivo com suas imediatas afetações. Com relação às perdas, não lancemos nenhum lamento, pois não esperamos qualquer possibilidade de compensação ou reparação.

Assim, o novo cenário da Lapa deve ser visto em perspectivas distintas, cada qual tendo uma implicação lógica em termos da dinâmica econômica e social da região. Não podemos também deixar de considerar a perspectiva que nos remete ao processo de remoção relativo ao contingente de pessoas que, em razão do processo de gentrificação, foi obrigado a ocupar outros espaços da cidade, tendo que desenvolver condições de ambientação e adaptação às circunstâncias próprias de viver em uma localidade distantes da grande maioria dos serviços públicos, bem como dos postos de trabalho.

As pessoas removidas que acondicionam suas vidas em regiões periféricas das cidades, geralmente desvalorizadas economicamente, são obrigadas a produzir arranjos subjetivos mediante a construção de hábitos para se ambientarem às novas condições de vida, em um processo que tem, no mínimo, dois momentos: em um primeiro, essas pessoas são presas de um sentimento de estranhamento em face da adversidade relativa ao entorno arquitetônico; em um segundo, terão que se empreender em interações com novos atores sociais, os quais geralmente já fazem parte da região onde construíram suas histórias. Quase sempre essas interações são focos de tensão, pois para os habitantes que vivem na região há uma sensação de invasão e competição pelas parcas oportunidades de trabalho e de outras naturezas, enquanto para os recém-chegados há incerteza quanto à possibilidade de serem ou não aceitos, razão pela qual é preciso certa cautela.

Evidentemente a mudança de referenciais quando acontece uma remoção tem também o seu reflexo direto na vida das pessoas, principalmente, do ponto de vista negativo, pois os antigos moradores da Lapa tinham internalizado um trajeto de deslocamento com referência às barcas, a Central do Brasil, ao Metrô, aos terminais rodoviários. Essas referências terão de ser refeitas e em seus lugares, novos percursos deverão figurar. Situação semelhante pode ser pensada em relação aos serviços da administração pública, em sua grande maioria, concentrados no centro da cidade, bem como os espaços de entretenimento e lazer.

Em vista dos processos de adequação e expansão requeridos pela necessidade de modernização, a Lapa se transforma a fim de comportar e atender às novas demandas dessa aspiração. O processo de transformação e ressignificação de lugares ou paisagens está intrínseco ao processo de evolução urbana da cidade, visto que, conforme passa o tempo, as estruturas assumem novas funções neste cenário. Apesar de ser possível comparar a expansão da cidade como se esta fosse um organismo vivo, conforme proposto por Le Corbusier (2000), este modelo é um modo de comparação ultrapassado, pois limita o que é esse processo. A cidade passou a ser vista, após uma crítica ao urbanismo do século XX, como um espaço de permanência e vivência, de convívio humano. Desta forma, a morfologia urbana não pode ser explicada como um organismo que tem uma programação pré-definida ou como se seguisse um modelo, sua expansão

depende de diversos fatores internos, proporcionados por seus habitantes e também por outros fatores, como a atividade econômica predominante, seus interesses econômicos e até mesmo a mobilidade urbana.

Sendo o Rio de Janeiro uma cidade mundialmente famosa por suas características geográficas, belezas naturais e aspectos culturais, é fácil apontar, ao longo de sua história, processos de transformações urbanas que visaram adaptar a cidade às diversas demandas. As transformações são comumente chamadas de revitalização, no sentido de dar vida ou oxigenar o espaço em questão. Os processos de revitalização podem ser vistos como um conjunto de ações que visam proporcionar àquele espaço uma nova função e estão diretamente ligados ao processo da evolução urbana.

Tratando de revitalização na cidade do Rio de Janeiro logo vem à memória a reforma de Pereira Passos, ocorrida no início de século XX, que tinha como objetivo transformar a cidade numa Paris Tropical. Naquele momento, era necessário adequar a cidade para atender a demanda da tardia industrialização brasileira, que precisava de uma estrutura inexistente no Rio de Janeiro, necessária para receber o capital mundial. Considerando que, neste período, o modelo urbano adotado foi o das capitais europeias, buscou-se transformar a região central da cidade, que assumiria a característica de centro administrativo. Justamente pelo fato de o processo de constituição de uma cidade não seguir uma modelagem pré-definida, as significativas mudanças ocorridas na região central da cidade ficaram restritas ao centro.

Nas décadas posteriores, conforme a cidade ia se expandindo, a região central assumiu, de fato, o papel de região majoritariamente administrativa, cuja função era comportar as sedes de empresas e órgãos públicos. Ao mesmo tempo, acontecia a expansão dos bairros da zona sul e zona norte, que desempenhavam o papel de bairros residenciais. Apesar dessa reconfiguração, a região central permaneceu com pontos residenciais, ainda que de forma tímida. Os grupos sociais que continuaram a viver na região eram compostos por pequenos comerciantes, pessoas de baixa renda e grupos marginalizados da sociedade. Desta forma, esses espaços residenciais foram se tornando cada vez mais decadentes.

É possível identificar a ocorrência desse processo trazendo como recorte especificamente o bairro da Lapa. A região, até a década de 1930, era composta por prédios residenciais, sendo amplamente citada como cenário na obra machadiana, por exemplo. Com a mudança da função do centro da cidade, essas residências foram transferidas para a zona sul da cidade. A cidade deixou de ter como único e principal polo o centro, à medida que se constituíram centros regionais nos bairros. (ABREU, 2003). Com isso, o bairro da Lapa entrou em declínio. Os anos se passaram e o bairro foi sendo desvalorizado por não oferecer uma rede de bens e serviços necessária às pessoas, até que, na década de 1970, sob interferência do poder público, passou por um processo de revitalização.

O processo de revitalização pelo qual o bairro foi submetido a partir da década de 1970 tinha como objetivo valorizar a região, requalificando o espaço urbano, ou seja, atribuindo àquele lugar características desejáveis. A revitalização da Lapa carioca é concebida no período de intervenção urbana caracterizado pelo ideal de resgatar o que é histórico, reestruturar áreas centrais da cidade, privilegiando seu comércio. A ideia de revitalização não se limita a resgatar pontos históricos, mas surge quando determinada área passa a ser vista como degradada, subutilizada ou obsoleta. Essas intervenções se deram através do envolvimento da sociedade e com parcerias do setor público-privado, ao mesmo tempo preservando o patrimônio e construindo um novo lugar. O projeto de revitalização contava com três características: a construção da ideia a partir de um projeto arquitetônico, políticas públicas de incentivo a readequação do lugar e programa de gestão compartilhada.

É preciso apontar que a eleição da Lapa como um local a ser restaurado não foi ao acaso. A região próxima ao centro administrativo da cidade precisava deixar de ser um cenário decadente, a fim de atender às novas demandas de uma cidade moderna, que estava em eminência. Desta forma, a intervenção na região causou um fenômeno chamado de gentrificação (SMITH, 2007).

A primeira onda é chamada de gentrificação esporádica que consiste na ocupação de uma centralidade desvalorizada pelo mercado imobiliário. Geralmente esta busca se dá pela classe média, a fim de adotar um estilo de vida alternativo. No caso da Lapa, a busca não se deu pela classe média, mas sim pela Prefeitura da cidade, que

empreendeu estratégias para requalificar a região a fim de causar interesse a classe média. O início do processo de revitalização da Lapa carioca foi proposto pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que elaborou um projeto de preservação, no sentido de transformação estética, para a área central da cidade, que abrangeria os setores da Lapa, Cinelândia, Largo da Carioca, Largo do São Francisco e Saara: o Projeto Corredor Cultural, conforme aponta Macedo (2004). A produção desse projeto serve como estrutura primeira para o interesse do setor privado, principalmente o mercado imobiliário. Isto porque o projeto Corredor Cultural visava a reestruturação do bairro, através de demolições e reformas de prédios e casarões, bem como a padronização de ruas, calçamento e iluminação pública. Desta forma, seria garantido o mínimo de infraestrutura necessária para que o mercado imobiliário interviesse.

A intervenção do mercado imobiliário seria a segunda onda: o setor privado, em parceria com os órgãos públicos interferem no espaço, gerando especulação imobiliária. Com a intervenção do setor público, as redes de bens e serviços, associadas a compra de imóveis antigos, começam a se instalar, gerando aumento nos preços dos aluguéis e, consequentemente, a expulsão de pessoas de menor renda, que historicamente ocupam aquele espaço. A parceria público-privada inicial tinha como objetivo reativar a circulação econômica de grande porte na região, bem como substituir a população indesejada e embelezar a localidade. Essas ações ocorreram ao longo da década de 1980.

O surgimento desse novo nicho econômico numa região estratégica da cidade culminou no interesse de um setor especulativo do mercado imobiliário. Na primeira década dos anos 2000, quando a rede de bens e serviços estava bem instalada na região central do Rio de Janeiro, um grande empreendimento imobiliário surge na Rua do Riachuelo, o Condomínio Cores da Lapa. Amplamente apoiado pela Prefeitura, o condomínio era destinado à classe média, mas os apartamentos também foram adquiridos por investidores que, na expectativa da especulação imobiliária, realizaram grande investimento, uma vez que desejavam lucrar com os aluguéis e venda de imóveis na região central da cidade. O empreendimento imobiliário utiliza nomenclaturas que buscam associá-lo ao bairro, como o nome dos prédios: Seresta, Aquarela, Batuque, Toada, Melodia e Ritmo. Esta caracterização identitária é um mecanismo utilizado não

só pelo Cores da Lapa, como também por hotéis, bares e restaurante da região, para promover o potencial turístico do bairro, evidenciando o lado boêmio, mas ignorando a violência e miséria que convivem lado a lado, tanto objeto de repressão quanto de negação, especialmente em práticas dos meios midiáticos ante o temor de difundir a má fama da região, o que causaria um grande desequilíbrio econômico pelo fato de afugentar os frequentadores de bares, restaurantes e casas noturnas, além da provável desvalorização dos preços de imóveis e queda no valor dos aluguéis.

O surgimento do Condomínio Cores da Lapa configura a terceira onda da gentrificação: o interesse pelo lugar como *status* ultrapassa os limites da cidade, passa a ser uma referência mundial. Desta forma está consolidada a expulsão da população pobre ou indesejada naquele lugar. As formas de intervenção urbana, na prática, geram consequências que acabam por reconfigurar o espaço causando uma certa seletividade, articulado aos interesses imobiliários, do público que permanece nesse espaço. A gentrificação acontece como uma proposta de selecionar, de fato, principalmente, quem é desejado ou permitido permanecer.

O plano de transformação fundamentou a materialização arquitetural que representa um fragmento da história da cidade, evidenciando o poder público, tanto no sentido de recuperar vozes desaparecidas no passado quanto pelo silêncio imposto a outras modalidades de expressão de pessoas e grupos. Assim, a reforma urbana, em face de sua proposta arquitetônica e suas consequências na vida das pessoas, deve ser considerada como uma fonte de memória, visto que a obra arquitetônica é eminentemente ativa e projetada na intimidade da vida cotidiana que realiza um tipo de investimento econômico e político da cidade, refletindo diretamente no contexto das relações sociais. Desse modo, deve-se salientar que a arquitetura tem um peso considerável na produção de subjetividade das pessoas, ou seja, os espaços preservados, em seu novo cenário, interagem profundamente com as pessoas, podendo ter, tanto efeitos positivos quanto negativos.

O conjunto de transformações, em seus diversos aspectos, compõem um cenário de restos e vestígios propícios para a construção de uma cartografia que espelhe, em termos de memória, a evolução e trajetória da arquitetura de uma cidade, bem como as nuances subjetivas de pessoas que viveram neste local em diferentes épocas e tiveram

suas vidas marcadas pelas ocorrências cotidianas. Apesar das transformações ocorridas na região da Lapa terem reconfigurado quase que totalmente o lugar, ainda hoje é possível ver que existem focos de resistência no bairro.

Isto porque, mesmo quando existe a tentativa de apagamento de um lugar, ainda sobram vestígios, marcas. Por vezes, a ausência, o apagamento de um fato torna-se o principal vestígio deixado. Além disso, não se pode deixar de considerar que o esquecimento dessas pessoas, bem como o apagamento devido às destruições do antigo cenário, deve ser compreendido como assinala Rossi (2010, p. 20) em um processo de coexistência no qual "o esquecimento suscita a memória e permite voltar-se para o esquecido". Traçamos assim, uma linha de compreensão quando admitimos que a solução proposta pelo Poder Público em termos de desapropriação e remoções deveria ser objeto de uma política que considere a dinâmica de vidas das pessoas que não dispõem poder de consumo para continuar vivendo na região. Quer dizer, temos que considerar que os aspectos produtores do embelezamento e do enobrecimento se assentam em ruínas e escombros que, por serem de natureza subjetiva, dificilmente serão eliminados da história da cidade, bem como da região, visto que conforme afirma Abrahão (2018, p. 93-94);

> Sob os escombros desse novo cenário, há indícios que sinalizam a passagem de vidas, potencialmente capazes de produzir uma história bem diferente em comparação àquela que é extraída dos documentos oficiais. Sem sombra de dúvida tanto a violência dos grupos sociais quanto a violência dos aparatos estatais no processo de remoção de pessoas deixam bem evidentes as suas marcas e conformam historias bem diferentes como a retratada em fotografias e vídeos e que justifica a ação dos agentes de segurança e de órgãos encarregados da indenização de pessoas e demolição de imóveis ocupados pelos chamados sem-teto.

Nos estudos de memória, em termos da produção de arranjos subjetivos, quando se trata da diferença, leva-se em consideração o pensamento de Deleuze, cujo entendimento desse conceito aponta que a diferença se dá em relação a tudo que escapa do que seria, a priori, segmentado ou limitado por uma definição identitária. "(...) a diferença aparece entre duas repetições, ou seja, é a diferença que é repetida"

(DELEUZE, 2006, p. 51). Assim a diferença é, de certo modo, o lado substancial das coisas, expressando desta maneira o que há nelas de mais próprio e de mais comum. Desta forma, o conceito de diferença é o melhor instrumento para questionar as transformações, sejam econômicas, políticas ou sociais, do mundo contemporâneo. É neste sentido que este analisamos as relações entre os vestígios e transformações propiciados pelo processo de revitalização da Lapa Carioca com a produção de arranjos subjetivos e de violência, no âmbito da memória, do bairro e da cidade. Para tanto, desenvolvemos uma reflexão acerca do impacto e violência das reformas urbanas das últimas décadas nas populações da Lapa, pela perspectiva da manutenção de grupos de resistência à reorganização espacial desse espaço urbano. Também se pretende reconhecer e apontar os processos de subjetivação ali ocorridos.

Estaremos, nessa caminhada, atentos tantos aos restos conhecidos como escombros com os rastros e vestígios das vidas que deixaram sinais de suas passagens. Não estaremos propondo realocar essas vidas em seus lugares de origem, uma vez que essa empreitada seria, atualmente, no contexto da Lapa, não somente impossível, como também inviável, uma vez que as transformações decorrentes da gentrificação são irreversíveis. É preciso conviver com o novo cenário, mas sem esquecer do destino das pessoas e edificações que não mais no lugar. Necessariamente, não podemos dizer que se trata de uma nova região e sim de uma região remodelada com contornos e limites ativamente mantidos por agentes de vigilância, controle e repressão, mantidos pela parceria público-privado.

Contudo queremos assinalar que a possível harmonização da rugosidade, em termos de espaço, não ecoa no contexto das relações sociais, visto que, agentes da Lapa presente costumam afugentar andarilhos às sextas feiras como medida protetiva para o bairro, pois o final semana é de grande movimentação de pessoas, o que resulta em cifras econômicas para estabelecimentos comerciais e casas de diversão. Como as pessoas que frequentam dispõem de poder de consumo, a retirada dos andarilhos e sem-teto deve ao fato de não causar incômodo aos frequentadores que devem estar satisfeitos para retornarem e continuar alimentando o setor nobre, do ponto de vista econômico, ao mesmo tempo que colabora para a produção e manutenção da miséria.

O processo de higienização do espaço é bastante seletivo, visto que com a expulsão de alguns atores sociais, outros, com potencialidades de consumo, estão em condições de se acomodar às novas e reformadas instalações. Aliado ao processo de higienização, quase uma espécie de limpeza étnica do ponto de vista econômico, há ainda a promessa de devolução do espaço público para o cidadão em função da melhoria das condições de fluxo e da implantação de sistemas de segurança, mediante a presença de aparatos coercitivos. Em decorrência dessa ação, a região transforma-se em um território de uso seletivo, mas com tentáculos, no tocante a perpetuação de memórias, daqueles que foram desenraizados, pois mesmo forçosamente mantidos à distância ainda são parte do lugar onde viveram grande período de suas vidas.

O impedimento de retorno desses atores sobrantes dos interesses econômicos é garantido pela presença da Guarda Municipal, do Programa Lapa Presente e de agentes custeados pelos comerciantes que configuram, na verdade tropa de choque, seja pela intimidação (homens de porte físico considerável); seja pela relação próxima com os aparatos coercitivos do Estado facilitada pelo uso de aparelhos de comunicação. Esse conjunto de medidas concorre para a revalorização do comércio e para a elevação dos valores de imóveis. Enfim, é um projeto que atrela segurança, embelezamento e conforto a uma região, mas que se desdobra em cifras econômicas pelo maior dinamismo do comércio e também no âmbito da especulação imobiliária. Por isso, é preciso não somente expulsar os indesejáveis e sobrantes do consumo como também manter o controle contínuo e seletivo do espaço urbano. Certamente, em uma região que se transformou para a circulação de pessoas de alto poder aquisitivo, não caberia mais uma instituição como o Instituto Médico Legal naquele lugar. A transferência do Instituto Médico Legal para uma outra região da cidade retirou dos olhos dos moradores e circulantes a possibilidade de presenciar a contínua chegada de carros com cadáveres para necropsias em uma rua de grande comércio, hotéis e restaurantes.

Em face do exposto, depreende-se que houve, na região da Lapa, um expurgo que aconteceu, a grosso modo, de duas formas: pelo encaminhamento de pessoas para bairros mais afastados ou comunidades no entorno da cidade, visto que não conseguiram se manter em face ao substancial aumento do custo de vida no bairro ou pela remoção da população em situação de rua, política pública, sem efetividade,

utilizada para afastar essa população do bairro, em circunstâncias especiais. Desse modo, podemos considerar que o processo de remoção é contínuo e que continuará até o dia em que as autoridades planejem outras modalidades de ações para resolver o grande problema da desigualdade social, utilizando outro método que não seja a própria desigualdade.

É muito comum, devido à configuração do novo cenário pela chegada de pessoas, serem desencadeados enfrentamentos, seja pelo estranhamento às novas condições de vida, seja em função das decisões tomadas pelos órgãos estatais. Quer dizer, as pessoas que antigamente estavam integradas ao bairro mostram sinais de resistência em se adaptarem em outras regiões, tanto pela ruptura de vínculos anteriormente estabelecidos, quanto pela falta de assistências no sentido de construírem condições de vida para os novos ambientes, muitos dos quais extremamente precários.

É importante sinalizar que essas decorrências fazem parte do conhecimento de quem elabora planos diretores e também de autoridades que, em função de interesses econômicos, promovem políticas que visam apenas afastar essas pessoas das regiões turísticas da cidade, sem fornecer nenhum tipo real de assistência. A esse respeito podemos indagar: como o investimento nessas pessoas não representa nenhuma possibilidade de retorno aos cofres públicos será que a Prefeitura está mesmo preocupada com essa questão? Certamente pelo fato de serem consideradas apenas espectros vivos, sem qualquer expectativa de produção, são entregues à própria sorte muitas vezes vivendo da caridade de pessoas que por incômodo se mobilizam, mas não por amor ou reconhecimento.

A lente guiada pelos dispositivos legais, muitas vezes, se atém à visão acerca do progresso e da transformação estética. Todavia, não podemos deixar de evidenciar que a revitalização contém nuances que são verdadeiros afrontes à cidadania de pessoas de determinados segmentos sociais, principalmente as de baixo poder aquisitivo que, se não forem forçosamente removidos de seus nichos sociais, o serão em consequência da ausência de condições para permanecer no cenário modernizado.

Embora situemos um projeto que afetou profundamente o destino das pessoas, sabe-se que a Prefeitura se utilizou da revitalização para demover pessoas e memórias

em favor da especulação imobiliária, e que pouco ou nada fez para minimizar os conflitos e questões que atingiram diretamente a população do bairro. Certamente, a ênfase das transformações incidiu, em sua grande parte, em mudanças no setor econômico e no âmbito da estética. Já as pessoas obrigadas a se retirar da Lapa em razão de não conseguirem arcar com o custo de vida sofreram um alto revés subjetivo devido à sensação de estranhamento causado pela mudança de cenário, pois se ambientaram em novos espaços, sendo obrigadas a conviver com pessoas até então desconhecidas.

7 Viagem em imagens

7.1 Cartões postais da Lapa: os arcos e a escadaria

Como não seria diferente, é impossível fazer qualquer alusão ao Bairro da Lapa sem a remissão aos seus imponentes arcos, projeto arquitetônico que se sobressaiu e ainda se sobressai ao contexto do qual faz parte, pela sua funcionalidade e grandiosidade. A sua inauguração foi muito bem recebida em razão do abastecimento; fator esse que facilitou, de forma considerável, o acesso à água distribuída em chafarizes públicos, dos quais ainda podemos contemplar um exemplar localizado no Largo da Carioca. Desde que se fizeram presentes, a estrutura símbolo da Lapa, durante séculos, passaram por diferentes funções: aqueduto para distribuição de água e elo de ligação entre o Centro da Cidade e o Bairro de Santa Teresa por intermédio de bondes.

Com o passar do tempo foram criados outros dispositivos de abastecimento de água, motivo que levou a decretar o fim dessa finalidade nos arcos. Atualmente, os arcos ainda se mantém na função de passagem de bondes, sendo essa uma atribuição secundária, se comparada a dimensão monumental e referência da cidade, identidade expressiva e indubitável do Bairro da Lapa. Sem dúvida, os arcos se impõem pela presença marcante a qualquer pessoa que flane, trabalhe ou estude na região do centro.

Acompanhamos a trajetória dessa monumental obra arquitetônica, fruto do trabalho de escravos, pelo legado deixado, em uma pintura do século XVIII, bastante elucidativa aos nossos propósitos, conforme podemos depreender na figura seguinte.

Figura 07 - Arcos da Lapa no século XVIII

Fonte: http://www.flickr.com/photos/50112232@N06/4716018710/in/set-72157624314439734 . 2019

Depreende-se da retratação realizada, em formato pictórico, uma paisagem que remonta a existência da Lagoa do Boqueirão, com interação de pessoas em suas margens e animais provavelmente a sede.

A cena reporta-se a um universo praticamente rural, porém utilizado para lazer.

O contraste maior se evidencia entre os escravos e a casa grande aos fundos de onde se apresentam, com bastante destaque, o então Aqueduto da Carioca.

A grandiosidade e a permanência da estrutura parecem sinalizar para as pessoas quão pequenas e transitórias o são. Em certo sentido, apenas os morros não sucumbem à grandiosidade e imponência dos Arcos.

Esse cenário foi radicalmente alterado por obras realizadas para o desaparecimento da lagoa e das possíveis áreas de convívio e lazer que haviam a sua volta, no intuito da criação de terrenos para a construção de moradias.

Houve hábitos de socialização como o encontro de pescadores que conheceram seu final com o aterramento da lagoa.

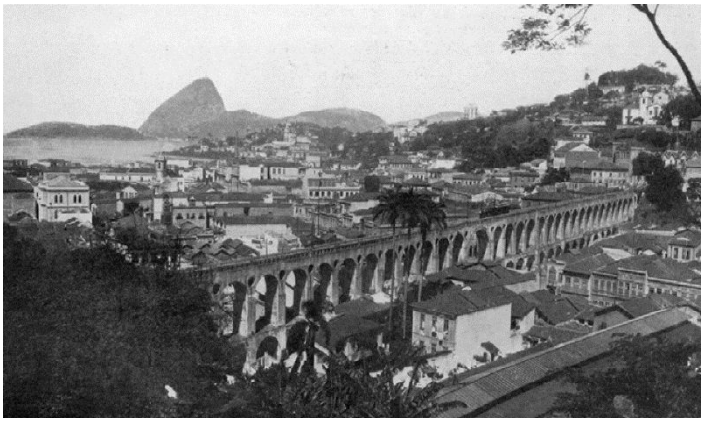
Doravante aqueles que quisessem dar continuidade as interações estabelecidas em função da pesca tiveram que organizar e se deslocar para outras regiões. Pode-se inferir que o aterramento da lagoa significou, além do desaparecimento de uma beleza

natural, a impossibilidade de pessoas trabalharem e se divertirem, contando com a referência que a mesma representava.

A partir dessa imagem, podemos imaginar que essa intervenção repercutiu diretamente na vida das pessoas e também na geografia da região, pois onde se encontrava a lagoa foram construídas, em uma primeira ocasião, residências, casas comerciais e possivelmente outros tipos de construção.

Se olharmos acuradamente a seguinte fotografia podemos depreender diferentes nuances das circunstâncias que enumeramos na reflexão que traçamos acerca dos processos de reformas urbanas:

Figura 08 - Arcos da Lapa no século XIX



Fonte: http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=404684&page=2. 2019

A imagem nos reporta a uma transformação resultado de um projeto de urbanização, evidenciando ares de cidade, com aspectos heterogêneos, provavelmente em função da presença da Família Real Portuguesa. Observa-se um traçado bem complexo com a presença pequenos prédios, fazendo uma composição com o Pão de Açúcar e a Baia de Guanabara. Por uma certa ironia podemos dizer que água da Lagoa do Boqueirão encontrou um novo destino: o mar.

A mudança drástica de cenário nos leva a pensar em uma espécie de transposição de uma paisagem rural para uma urbana, com desaparecimento de várias evidências como animais bebendo água e pessoas trabalhando a margem da lagoa. Contudo um marco permanece, porém com mais destaque, atualizado no contexto da época, sinalizando a passagem de uma rua do bairro com uma diferenciação na forma dos arcos: ao invés de duas fileiras de arcos, uma sobreposta a outra, verifica-se que o arco de passagem foge a essa configuração, sendo um grande arco único. Observa-se assim uma modificação da estrutura dos arcos provavelmente em decorrência do progresso e da necessidade de circulação de pessoas e carruagens para o transporte e carroças para o transporte de mercadorias

Desse modo, os Arcos da Lapa fazem a ligação de um século com outro, sugerindo sua permanência e seu valor arquitetônico de referência, impondo-se com um verdadeiro símbolo que atravessa séculos conforme podemos depreender na retratação seguinte, contextualizada em ambiente produzido pela modernização e progresso da cidade.

Figura 09 - Arcos da Lapa no século XX

Fonte:
http://www.riodejaneirohotel.com.br/site/br/ponto-turistico/572/Pontos%20Tur%C3%ADsticos/arcos-da-lapa. 2019

Nesta imagem chama-nos atenção, à primeira vista, a alteração que eliminou o arco único, dando a estrutura a ideia de continuidade. Também, constatamos a ausência do morro de Santo Antônio completamente arrasado para a abertura da Avenida Chile, com seus grandes e modernos edifícios, que contou também com a demolição de casas e provavelmente a remoção de pessoas. A esse respeito queremos chamar atenção para uma coincidência: o aterramento da lagoa interferiu na vida de pessoas da mesma forma que as desapropriações para abertura de grandes avenidas, a exemplo da Avenida Chile.

A grande área de lazer bem iluminada existente na atualidade, outrora era local de moradias. Sem sombra de dúvida, as pessoas que residiam no local foram igualmente removidas, não compondo o cenário da região. Vale salientar que a intervenção urbana, considerada em termos dos possíveis transtornos durante o período de reformas, tem alto custo subjetivo para as pessoas de camadas sociais mais desfavorecidas.

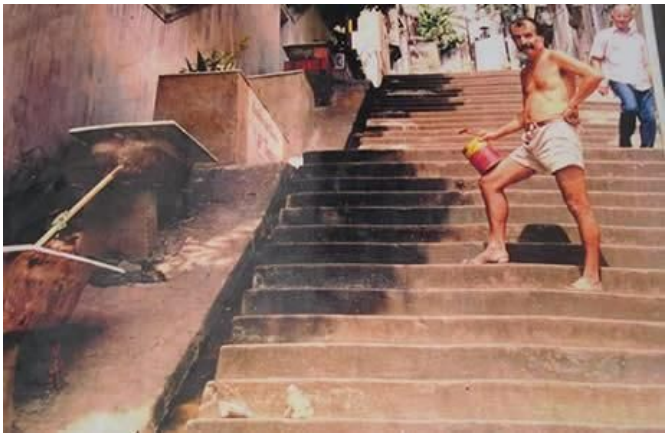
De resto, retratamos um percurso marcado pela modernização, porém não esquecer que, embora as diversas intervenções tenham produzido embelezamento estético, causaram, na contramão do embelezamento, a dispersão e possivelmente o desparecimento de vidas que, apesar de deixarem rastros não tiveram condições de resistir aos fortes aparatos de repressão e controle. Então, quando olharmos os Arcos da Lapa, devemos imaginar a vida das pessoas, provavelmente a maioria escravos, que viabilizaram a sua construção. Essas vidas nos chegam em ecos que são frequentemente lançados pelos Arcos.

Após essa breve incursão pelos Arcos da Lapa, nos deslocamos para um de seus monumentos que também foi transformado, artesanalmente, ao longo de décadas, em um processo sistemática de colocação de peças em uma espécie de grande mosaico que atualmente é considerado uma obra de arte incorporada ao património do bairro e também da cidade do Rio de Janeiro. Referimo-nos à escadaria Selarón, situada na Rua Joaquim Silva, completamente transformada pelas mãos de um artista plástico que tornou-se, mundialmente conhecido pela divulgação de seu feito. Este artista transformou os escombros da escadaria, até então relegada ao ostracismo, em um espaço incluído no circuito turístico da cidade. A título de observação, vale salientar que até sua radical transformação essa escadaria sequer tinha um nome que figurasse nos guias

turísticos como ponto de atração e consequentemente representasse uma possibilidade de interesse econômico.

Apresentaremos dois momentos desse marco que atualmente atrai grande número de turistas, especialmente em função de sua estetização e da importância como um espaço de conexão entre os bairros da Lapa e de Santa Tereza, conforme constatamos nas seguintes imagens:

Figura 10 - Escadaria Selarón na década de 1990



Fonte:
http://sourio450.blogspot.com/2014/11/escadaria-selaron-obra-de-arte-aos-seus.html.
2019

Depreende-se dessa configuração um espaço que anteriormente era utilizado apenas para o acesso ao Bairro de Santa Teresa: uma estrutura de mais de cem degraus, completamente monocromáticos, enfileiradas por residências. Os degraus são uniformes, bem diferentes das escadas que dão acesso a favelas, provavelmente em função da tradição do bairro de Santa Teresa, local de residência de artistas, intelectuais, escritores, bailarinos personificados na pessoa em Laurinda Santos Lobo, cuja residência atualmente é um centro cultural, nos acessos da Lapa. Essa escadaria centenária cumpria apenas a função de passagem de transeuntes.

Até essa década a escada cumpria a finalidade de acesso de pessoas que se deslocavam entre os dois bairros, quando um artista chileno, de nome Jorge Selarón, por

iniciativa própria, no intuito de homenagear a seleção brasileira de futebol, por ocasião do Copa do Mundo de 1994, encarregou-se, de forma criativa, em um projeto audacioso, de sua estetização, produzindo um cenário de beleza e fama impares, conforme podemos constatar na seguinte figura:

Figura 11 - Escadaria Selarón no século XXI

Fonte:
http://sourio450.blogspot.com/2014/11/escadaria-selaron-obra-de-arte-aos-seus.html. 2019

A obra teve tamanho impacto artístico, cultural e turístico que atualmente é visitada por centenas de turistas por dia, rivalizando em fama e projeção internacional com os famosos Arcos da Lapa. Contudo ao invés de um cartão postal, a Lapa agora dispõe de dois expoentes que são marcos identitários do bairro.

Além disso, a transformação da escadaria em obra de arte teve inúmeras consequências: **a**. criou um polo de atração turística repercutindo economicamente para setores prestadores de serviços e comerciantes; **b**. possibilitou a transformação de residências em pequenos hotéis e albergues incrementando o setor hoteleiro da região;

e, **c.** requalificou a rotina do bairro pela presença constante de pessoas durante o dia, visto que o Poder Público não se ocupa da manutenção e preservação durante a noite.

Enfim podemos considerar que essa obra teve desdobramentos socioculturais, mas fundamentalmente financeiros, uma vez consumidores frequentemente marcam a sua presença, dando suporte a hotéis, restaurantes, comércio popular, aumentando a oferta de produtos turísticos. Não obstante, esse embelezamento estético, de inciativa pessoal, apropriado pelo Poder Público, em princípio, não estava no bojo do processo de revitalização, nem exigiu a retirada de moradores locais, muito embora tenha sido responsável pela valorização da região e, nesse sentido, alinha-se ao processo de gentrificação completamente alheio à vontade e à intenção de seu criador.

7.2 Signos de enobrecimento: o Condomínio Cores da Lapa

No âmbito das medidas de modernização do Bairro, os gestores tinham conhecimento de que precisavam criar um ambiente que atraísse o interesse de pessoas em termos e gastronomia como para moradia. O repovoamento da região, com um segmento social de considerável poder de consumo, constitui-se em uma meta prioritária pelos seguintes motivos:

a) viabilizou a circulação de pessoas da suposta elite econômica, o que representa um chamariz para a instalação de serviços claramente sofisticados e especializados;

b) impôs ao Estado a continuidade do processo de segregação de pessoas sem visível potencial de consumo. Essa medida é justificada como melhoria na qualidade de vida e mecanismo de circulação de capital; e,

c) o acionamento de aparatos de vigilância e controle pelo poder público, com a finalidade de uma suposta segurança para determinadas pessoas apenas.

Nessa proposta de segurança pelo Estado escamoteia-se diferentes intenções. Em primeiro lugar, quando o Estado dispõe de agente para garantir a segurança há nisso um endereçamento certo: pessoas com poder de consumo. Desse modo, ao bem-estar dessas pessoas, que interessam ao Estado devido suas condições financeiras,

corresponde à ruina de outras que passaram a viver, em decorrência das remoções, em circunstâncias ainda mais vulneráveis e precárias. De resto, da mesma forma que o Estado favoreceu certo modo de vida aos novos habitantes da Lapa, criou, em consequência, dificuldades para outros que tiveram de deslocar, de grandes distâncias, passando muitas horas em conduções para chegarem aos seus postos de trabalhos.

Essa breve incurso teve por objetivo circunscrever o escopo de nossa análise quando focalizamos uma região revitalizada e enobrecida, destinada apenas a um nicho social com potencialidades claras de consumo conforme podemos ilustrar com o Condomínio Cores da Lapa, pioneiro e exemplo paradigmático do processo de gentrificação, não apenas pelo fato de congregar novos atores sociais, como também a sua presença deve considerada em duas vertentes: houve um local de trabalho, há muito tempo sem função, que foi demolido e pessoas que viviam na região foram drasticamente expulsas. Para uma melhor compreensão, convocamos o leitor para uma viagem em dois tempos evidenciados nas seguintes imagens:

Figura 12 - Área de construção do Condomínio Cores da Lapa

Fonte: Irias, 2007.

Como podemos observar foi demolida uma área para a construção do megaempreendimento, praticamente um quarteirão da Rua do Riachuelo e das Rua dos Inválidos com extensões à Rua Mem de Sá. Fica também evidente, a ausência de cortiços e sobrados, visto que se destacam grandes edifícios no entorno. Certamente a

localidade para edificação das sofisticadas torres de prédios foi calculadamente escolhida e cuidadosamente planejada pela construtora encarregada.

Essas evidências podem ser depreendidas da divulgação do empreendimento imobiliário, pois estratégia publicitária da Construtora Klabin Segall para o seu lançamento não poupou esforços para incentivar compradores, não apenas para a aquisição de um imóvel, mas sim da promessa de um *modus vivendi* apresentado em termos de qualidade de vida e bem-estar. Quer dizer, as pessoas que adquiriram os apartamentos passaram a ter "posse" de um estilo de vida preconizado para o Bairro revitalizado. Fazia-se importante a necessário provocar nos compradores uma sensação de satisfação, além evidentemente da conscientização de que estariam tendo uma oportunidade ímpar do ponto de vista econômico.

Dos escombros da antiga cervejaria que identificamos pela grande chaminé e pelo vasto terrenos que restou da demolição da fábrica e possivelmente de vários prédios, chegamos ao requintado condomínio, com vários blocos residenciais, piscinas, áreas de lazer, quadras poliesportivas, saunas, jardins com belas palmeiras, salões de dança e outros serviços, como podemos constatar na seguinte fotografia:

Figura 13 - Condomínio Cores da Lapa

Fonte: http://www.sincoengenharia.com.br/cores-da-lapa/. 2019.

É bastante surpreendente se deparar com uma monumentalidade dessa em pleno bairro da Lapa, tradicionalmente conhecido pelos seus majestosos casarios e sobrados, muitos dos quais são apenas objetos de lembranças. Tudo nos levar a crer que, esse grande empreendimento significa uma ilha de excelência em um bairro onde circulam pessoas de vários segmentos sociais. Não é de se surpreender que esse empreendimento foi planejado, em mínimos detalhes de sofisticação e, ao mesmo tempo, de segregação social. Em termos ilustrativos, basta situar a sua forma de acesso: altamente controlada por câmeras e identificação mediante o uso de cartões magnéticos no acesso pela Rua Mem de Sá, uma vez que a portaria principal localiza-se à Rua do Riachuelo.

Esses mecanismos de controle são um dos prováveis filtros para seleção de pessoas que podem habitar e desfrutar dos serviços oferecidos. Muito mais do que um símbolo de ostentação, esse condomínio representa um forte vetor de gentrificação que se reafirma pela abertura de casas noturnas como o Lapa 40º e a transformação de trecho da Rua do Lavradio em Polo Gastronômico, onde se localiza o Espaço Rio Scenarium.

Uma vez transcorridas duas etapas do nosso percurso pela retratação de símbolos-ícones do bairro e a revitalização referida ao Condomínio Cores da Lapa prosseguimos nossa caminhada para um terceiro tema que, apesar de intrinsecamente relacionado aos outros dois, apresenta uma singularidade: iremos abordar a situação de pessoas que, diferentemente do Arcos, Escadaria e Condomínio não fazem presença no bairro, a não ser esporadicamente em situações de passagem. Referimo-nos a vidas que foram violentamente expulsas dos locais onde viviam e conviviam.

7.3 Remoções e segregação social

Nessa seção da nossa análise situamos, de maneira proposital, um contraponto ao Condomínio referido na secção anterior, apresentado em suas modernas linhas arquitetônicas, seus interiores com presença de plantas ornamentais entre outras, um estilo de vida que remete ao *modus vivendi* de uma classe com condições de adquirir e

manter seus imóveis, espaços de convivência cuidadosamente planejado ao gosto de um segmento social específico e, enfim, um símbolo de enobrecimento da região.

A partir do conceito geográfico de paisagem que, segundo Santos (1988, p. 61) quer dizer "tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança [...]. Não apenas formada de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc." Trata-se daquilo que conseguimos apreender no espaço geográfico, conforme explicitam e transmitem as imagens a seguir, elucidando, ao que nos parece, o lado produzido pela prática de segregação no contexto das relações sociais.

Figura 14 - Expectativa em relação à remoção

Fonte: Jornal O Globo 30.08.2010

A paisagem retratada em diferentes planos marcos de posicionamentos opostos: de um lado, policiais munidos de instrumentais de intimidação posicionam-se à frente da entrada do prédio, possivelmente para impedir o retorno das sessenta famílias que ocupavam as dependências do prédio de propriedade do INSS, abandonado há mais de duas décadas. Essas famílias sem o recurso de serviços essenciais como água e luz.

A proposta dos órgãos governamentais em princípio não foi aceita como espelha o cartaz no alto da fachada, aqui transcrito: Sr. Eduardo Paes. A ocupação

Carlos Mariguela diz: abrigo não, auxílio-aluguel é a solução. Essa reação decorreu provavelmente da proposta da Prefeitura em deslocar os moradores para abrigos mantidos precariamente pelas instâncias municipais.

A essa altura indagamos como o poder público deixou um imóvel dessa envergadura chegar a esse estado de degradação, sem utilidade funcional desde a última década do século XX. Momento em que passou a ter utilidade social para os moradores que o ocuparam. Diante dessa evidência, o Estado, depois de acionar o aparato judicial contou com a ação de agentes repressores para solucionar, de forma brutal, a situação dessas pessoas, impondo-lhes a desocupação imediata, conforme podemos observar nas estratégias, pouco cordiais, dos policiais e guardas municipais.

Figura 15 - A força dos aparatos estatais e o horror das remoções

Fonte: Irias, 2007.

Queremos dar destaque aos quadros dessa fotografia que parece apontar a ação despreparada e truculenta de policiais e outros agentes do Estado. No primeiro quadro observamos a presença de dois guardas municipais que apenas presenciam as ocorrências, e de dois policiais que imobilizam um homem negro, o qual é dominado por esses policiais, igualmente negros. No segundo, a cena, mesmo que seja de contenção, comove: um guarda municipal remove uma criança que aparenta ter por volta de cinco anos. No terceiro, um guarda municipal parece arrastar brutalmente duas crianças, uma delas ainda de fraldas pendurada em seus braços, sem o menor cuidado dos danos que podem ser causados, na suposição dela cair no chão. No quarto quadro, um guarda municipal sufoca um jovem que chora, intimidando-o com o cassetete. Esta

cena é cena assistida por pessoas que parecem se comportar como se estivessem diante de uma produção cinematográfica, provavelmente pelo temor às consequências, caso viessem a interferir.

A esse respeito acerca da provável passividade dessas pessoas: será que demonstram a impotência provocada pelo medo ante o poderoso aparato de intimidação e repressão do Estado? Ou, acreditam que essa representa uma esperança de melhoria para o bairro, por processo de higienização social, pois curiosamente as pessoas afetadas são pertencem a um grupo étnico. Causam-nos ainda mais perplexidade que os agentes encarregados da tarefa, a qual cumpre com esmero, são também pertencentes a esse mesmo grupo étnico. Será que agem movidos pela convicção de que estão prestando um serviço à sociedade ou são vítimas do racismo estrutural que fomenta o ódio contra pessoas negras, pessoas pobres e pessoas que vivem nas periferias das cidades.

Enfim, vemos se reproduzir mais uma das estratégias sutis do Estado para controle e segregação da massa populacional, sem aparente poder de consumo, por intermédio do mecanismos que produzem resultados eficazes: a classe dominante consegue a proeza de dividir a classe dominada em vários em duas vertentes mantidas em situação de confronto permanente, como por exemplo, ditos cidadãos de bem e malfeitores que nutrem uns contra os outros uma espécie de ódio mortal, apesar de apresentarem, praticamente os mesmos traços identitários em termos de origem.

8 Considerações

As cidades são conglomerados de regiões, cada uma com caraterísticas arquitetônicas e sociais próprias. Essa situação torna-se mais evidente na cidade do Rio de Janeiro, se considerarmos a sua acidentada geografia marcada por inúmeros contrastes como morros, lagoas, pântanos, floretas, entre outros. De certo modo, os contornos geográficos conferem uma particularidade para uma dada região e não seria diferente com relação ao bairro da Lapa encrustado entre morros, erguido no aterramento de lagoas e pântanos e no projeto de canalização de rios e córregos. Essas intervenções, dentre outras, fazem parte da história da cidade desde a sua função às margens da baia de Guanabara, no sentido de melhorar o panorama arquitetônico, quase sempre, às custas da desapropriação de imóveis e remoção de pessoas, pelas mais diferentes estratégias.

A cidade do Rio de Janeiro, nas últimas décadas do século passado, especialmente em algumas regiões praticamente abandonadas ou esquecidas pelo poder público, amargou o seu maior processo de decadência, com consequências desastrosas como a concentração de pessoas vivendo em condições subumanas, desemprego, exposição à violência, precariedade no acesso aos serviços de saúde e educação, o que pode ser considerado em diferentes frentes.

Em primeiro lugar, registrou uma profunda quebra em seu espaço urbano com a nítida separação, não mais em zonas nobres e zonas pobres, e sim zonas que variavam segundo o índice de violência, conforme depreendemos da investigação realizada por Ventura (1994). Contudo, as zonas nobres permaneceram, porém não mais incólumes aos ataques de violência e presença de pessoas em situação de rua. De um modo geral, as zonas pobres, devido ao inchamento populacional, sem planejamento, tornaram-se ainda mais pobres e condições precaríssimas de sobrevivência.

Em segundo lugar, o coração pulsante da cidade do ponto de vista cultural e financeiro, o centro da cidade, sofreu muitas perdas com a saída de escritórios de grandes empresas para outras capitais, o fechamento da Bolsa de Valores e a criação de Regiões Administrativas em determinados bairros. Essa queda na circulação de capital teve consequência direta no contexto arquitetônico com abandono de prédios e falta de manutenção, principalmente os imóveis do Estado ou da União.

Em terceiro lugar, em decorrência desse segundo aspecto, houve um esvaziamento econômico, sobretudo devido a uma grande atrofia nas influências políticas nas decisões da Capital Federal que não priorizavam o Rio como na época em que sediava a capital do Brasil. Cabe salientar que não foi somente a distância física o fator que contribuiu nesse aspecto e sim a diminuição de poder de barganha dos representantes políticos do Estado.

Todos esses aspectos, além da presença marcantes de coletivos sustentados pela violência, como as facções criminosas, os grupos de extermínio, entre outros, representam a dissolução da imagem projetada mundialmente no início do século XX, como Cidade Maravilhosa concorrendo para que o mundo conhecesse a metrópole em termos de graves situações de vida, agudizadas pela miséria e violência.

Em uma tentativa de salvamento, vários projetos de reforma urbana foram planejados, em especial, o projeto de revitalização da Lapa que, como os demais, recorreu a um discurso ideológico pautado em segurança e bem-estar que ocultava, de forma marcante, a proposta de uma cidadania mercantil alinhada aos ditames do projeto neoliberalista. Dessa forma, o bairro da Lapa foi vislumbrado, por um período, como uma valiosa mercadoria, quer dizer uma espécie de valioso tesouro. Provavelmente, essa concepção do bairro teve como efeito direto a circulação de grandes montantes de capital, mas com uma exigência aos seus habitantes: a condição de cidadão no bairro só se assegura pelo poder de consumo, critério decisivo para a inclusão de uns e a expulsão de outros.

Eis a fórmula embutida de gentrificação no projeto de reforma, embora não seja claramente evidenciada nas maquetes produzidas em sofisticados escritórios de arquitetura. No entanto, podemos seguramente afirmar que a revitalização predeterminou, a partir de uma variante econômica, quem verdadeiramente é cidadão no bairro, ao criar ilhas seletivas de excelência como o famoso condomínio Cores da Lapa, um oásis de bem-estar e consumo; porém, um espaço residencial destinado a pouquíssimas pessoas; o Lapa Quarenta Graus, espaço de diversão cuidadosamente projetado para um setor da elite econômica da cidade; como também o Restaurante Rio Scenarium.

Paradoxalmente a essas ilhas de excelência, ainda existem espaços degradados: a) um sobrado em ruinas, cujo telhado não existe mais e as fachadas encontram-se precariamente escoradas, na esquina da Rua Riachuelo, ao lado do Condomínio Cores da Lapa, e, b) vestígios ainda sobreviventes do que restou do arrasamento do Morro de Santo Antônio, local de pouquíssima circulação de pessoas que serve de moradia para pessoas adultas em situação de abandono social e esconderijo para aquelas que realizam pequenos furtos. Nessa área não há equipes de segurança de forma contínua pois não existem casas comerciais, nem edifícios sofisticados.

Essas pessoas que se amontoam em espaços público, vivendo em condições subumanas representam, por mais ínfima que seja, uma forma de resistência para que possamos refletir acerca das vidas removidas pelo processo de revitalização que, por diferentes, circunstâncias, não têm mais qualquer possibilidade de retorno; seja do ponto de vista econômico; seja pelo fato de terem se deslocado para regiões longínquas ou mesmo outro Estado.

No tocante às pessoas que foram removidas e que se ambientaram as suas novas regiões, houve reflexos na situação econômica que, embora tenha permanecido a mesma, fez com que os atores sociais tivessem que gastar mais dinheiro e tempo nos transportes em função da distância de seus postos de trabalhos. Ainda, tiveram de cancelar seus projetos de um dia poderem retornar a morar no seu bairro de origem, pois dificilmente conseguiriam adquirir um imóvel ou mesmo alugá-lo. Em face do exposto, indagamos: qual a posição do Estado em relação a essa situação? É de conhecimento das autoridades de que as indenizações, no processo de desapropriação, são bem insuficientes no tocante à aquisição de um imóvel na região revitalizada. Quer dizer, a medida em si já decreta a segregação.

Na verdade, se pensarmos o desdobramento das remoções com relação às políticas de reassentamento, o que se observou, na situação de muitas pessoas reassentadas, foi o descaso do Poder Público: não houve acompanhamento da parte dos órgãos estatais. Quer dizer, as pessoas praticamente foram entregues à própria sorte contando com a ajuda de outras que se solidarizaram no combate à condição de precariedade, realizando mutirões para pequenas construções e outras ações. Além disso

tiveram que conviver em algumas regiões da cidade com a presença de milicianos que exercem uma função de comando, ameaça, controle, disseminando o terror.

Analisando a questão por esse viés podemos afirmar que o processo de coerção, segregação e o subsequente abandono aplicado em nome de uma apresentação estética do bairro, justificada para a atração e acolhimento de investidores e a tentativa falha da mitigação da violência produziu danos subjetivos irreparáveis, sem que os setores do poder público se encarregassem de políticas de assistência a pessoas desalojadas e expulsas de seus territórios de convivência, pois as ações geralmente finalizam-se com a remoção, quase sempre realizada às custas da presença de aparatos policiais.

Se considerarmos a origem geográfica e econômica das pessoas que compõem os aparatos policiais do Estado chegamos a uma dura constatação: as pessoas removidas fazem ecos aos agentes que se encarregam de retirá-las do lugar onde se encontram. Quer dizer, uns e outros são agentes de um segmento social de baixo poder de consumo, embora os agentes repressores são empregados do Estado, agindo violentamente com pessoas de baixíssimo ou nenhum poder de consumo, porém desempregadas. O que há de comum entre ambos os grupos é que pertencem praticamente a um mesmo segmento socioeconômico e também a uma mesma etnia.

Considerando os restos passíveis de se transformarem em memória, a implementação de políticas públicas para a revitalização, constituiu-se em um terreno fértil para a eclosão de protestos, por um lado, e para o enriquecimento de determinadas pessoas que investiram em imóveis a baixo custo, visando a especulação, conforme, efetivamente, ocorreu. O cenário mudou com a dinâmica que cotidianamente passou a fazer parte da vida do bairro. Todavia, sob os escombros do novo cenário, há indícios que sinalizam a passagem de vida potencialmente capazes de produzir uma história bem diferente em comparação aquela que é extraída dos documentos oficiais. Sem sombra de dúvida que, tanto a violência dos grupos sociais que viviam na Lapa, quanto a violência dos aparatos estatais no processo de remoção de pessoas deixam, bem evidentes, as suas marcas e conformam histórias diferentes como a que retratada em romances e filmes e a que justifica a ação de agentes de segurança e de órgãos encarregados da indenização de pessoas e retirada de imóveis ocupados pelos chamados sem-teto.

Além disso, não devemos esquecer que a crescente marginalização de determinados grupos contribui, de forma significativa para o aparecimento de práticas violentas de afirmação, seja revelando as dificuldades de adaptação ao novo cenário econômico; seja em função das dificuldades subjetivas enfrentadas em decorrência das mudanças. A tentativa da busca de reparos para as perdas subjetivas revelou-se em ações, muitas das quais repletas de violência, mas que também devem ser consideradas como formas de resistência, cujos traços sinalizam processos em relação aos quais podemos construir memória, em termos de patrimonialização, como também dos danos subjetivos presentes nas pessoas que não conseguiram uma acomodação desejável para suas vidas.

Sendo assim, indicamos que há uma pluralidade de sentidos no processo de revitalização, dependendo efetivamente do ângulo em relação ao qual o mesmo seja enfocado, para ser possível a apropriação dos restos configurados como objetos passíveis de serem lembrados ou serem esquecidos. Com isso, estamos afirmando que há uma tensão entre aquilo que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, além do que, nesse processo, são produzidas modalidades de memórias muitas vezes falsificadas, domesticadas ou banalizadas. Se considerarmos as vozes das pessoas removidas como indicadoras de memória da repressão, podemos pensá-las como intrinsicamente associadas a experiências individuais vividas coletivamente por grupos considerados marginais. Certamente o processo evidencia indícios que foram impedidos de se revelarem. Quer dizer, tanto a iniciativa dessas pessoas em clamarem por serem ouvidas; quanto a tentativa de atendimento as suas insatisfações, devem ser entendidas como o esforço último na busca de recursos para se manterem vivas, ante a ameaça que paira em termos do esquecimento e abandono. Daí a importância do reconhecimento das experiências de vida dessas pessoas localizadas em um passado, pois a Nova Lapa não deve apagar da memória aquilo que um dia foi; seja em sua arquitetura; seja na conservação e consideração dos restos de vida de pessoas que compunham um cenário bem diferente do atual apresentado aos turistas e frequentadores de casas noturnas.

Ainda queremos, por fim, acentuar que a remoção pontual ou contínua de pessoas não se reverteu e nem se reverterá em uma estratégia eficiente para fazer desaparecer, por completo, os destroços da pobreza e resolver o problema da

desigualdade social, muito bem ilustrada pela população em situação de abandono que, na condição de restos indestrutíveis reaparecem como espectros vivos nos diferentes vestígios visíveis em ruas, praças, viadutos, sob as marquises de prédio, igrejas. Esse cenário conta ainda com a presença de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade que povoam as ruas, em sinais de trânsitos, vendendo produtos alimentícios. São verdadeiras tribos do asfalto em busca de sobrevivência, que sinalizam um estado de desagregação.

Eis um quadro que é utilizado, de forma constante, para acentuar a pobreza como um estigma ou uma qualidade de determinadas pessoas e não encará-las como um verdadeiro problema social, expressão legítima da acentuada desigualdade em nosso país, considerando a triste estatística em que somos alocados nos países desiguais do mundo. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), elaborado pelas Nações Unidas em 2017, o Brasil é o 10º país mais desigual do mundo. Certamente temos que revitalizar regiões de nossas cidades, mas antes disso é preciso que as autoridades gestoras do nosso país reflitam, com outros instrumentos, o problema da desigualdade social: em nada adianta se esquivar dos problemas, pois é preciso encará-los de frente para tentar resolvê-los.

Essa pesquisa levantou informações acerca de um processo inerente ao desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo a formação de centro da cidade como o conhecemos hoje. No entanto, é importante apontar que não conseguimos localizar as pessoas que sofreram a remoção, portanto, não as ouvimos, não temos seus relatos sobre como foi vivenciar a revitalização. Isso ocorreu devido a impossibilidade de localizá-las no tempo que dispusemos para realizar a pesquisa.

Essa tarefa, necessária para entendermos tudo que se passou, além das impressões de quem foi diretamente afetado, poderá ser realizada numa futura pesquisa, mais aprofundada, com tempo hábil maior, como numa pesquisa de doutorado. Temos interesse de ver e ouvir essas pessoas, a fim de registrar sua contribuição acerca de um importante processo ocorrido na cidade. Posteriormente, o material que será levantado poderá ser utilizado em comparações com as dinâmicas urbanas de outras cidades.

Referências

ABRAHÃO, J. V. S. **Memórias do Porto Maravilha:** o eclipsamento de violências traçado por elegâncias estéticas. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2018.

ABREU, M. A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

AGUIAR, M. A. **O teatro de revista carioca e a construção da identidade nacional:** o popular e o moderno na década de 1920. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: www.unirio.br/cch/escoladehistoria/dissertacao_mariana-aguiar-1. Acesso em: 15 mar. 2019.

ARAÚJO, V. J. **Lapa Carioca, uma (re)apropriação do lugar.** Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/VanessaJorgeDeAraujo.pdf. Acesso em: 25 jul. 2016.

ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural, Campinas: EdUnicamp, 2011.

BENEVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BENTO FILHO, E. **A história do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

BORDE, A. L. P. **Vazios urbanos: perspectivas contemporâneas.** Tese (Doutorado em Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

BURSZTYN, M. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: _____. (Org.). **No meio da rua:** nômades, excluídos e viradores**.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

BUTLER, J. **Vida precaria:** el poder del duelo y la violência. Buenos Aires: Paidós, 2009.

CARVALHO, C. D. **História da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, 1990.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança.** Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

COIMBRA, M. **Operação Rio:** o mito das classes perigosas**.** Rio de Janeiro: Intertexto, 2001.

DAMATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DAMAZIO, S. F. **Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

DEBARY, O. **Antropologia dos restos: da lixeira ao museu.** Pelotas: Um2, 2017.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição.** Lisboa: Relógio D'Agua, 2006.

FARIAS, F. R.; DUPRET, L. **Desígnios do poder.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

FAULHABER, L.; AZEVEDO, L. **Remoções no Rio de Janeiro olímpico.** Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FINNAZI-AGRO, E. Cultura e democracia. Violência e direito no Brasil contemporâneo. In: SELIGMANN-SILVA, M; GINZBUR, J; HARDMAN, F. F. **Escritas da violência.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FURTADO, C. R. Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação. **Cadernos Metrópole**. v. 16, n. 32, p. 341-363, 2014.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar, escrever, esquecer**. Rio de Janeiro: 34, 2009.

GEVEHR, D. L.; BERTI, F. Gentrificação: uma discussão conceitual. **Políticas Públicas & Cidades.** v. 5, n. 1, pp. 85-107, 2017.

GOHN, M. G. M. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, 2011.

GOIS, M. P. F. A gestão da noite urbana carioca: entre discursos sobre ordem urbana e práticas socioeconômicas. **Sociedade e Natureza**. v. 26, n. 2, p. 221-235, 2014.

GONDAR, J. O. Memória, poder e resistência. In: _____.; BARRENECHEA, M. A. (Org.). **Memória e Espaço**: trilhas do contemporâneo. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

GREEN, J. N. O Pasquim e Madame Satã, a "rainha" negra da boemia brasileira. **Topoi.** v. 4, n. 7, p. 201-221, 2003.

GUTERMAN, B. C. **Cidade-produtor, bairro-marca.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração no capitalismo tardio. **Espaços & Debates.** v. 39, p. 48-64, 1996.

IRIAS, Frederico Duarte. **A renovação urbana da Lapa, Rio de Janeiro:** um território de conflito? Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/FredericoDuarteIrias.pdf. Acesso em: 25 jul. 2016.

JEUDY, H-P. **Memórias do social.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

KOK, G. **Rio de Janeiro na época da Av. Central.** São Paulo: Bei Comunicações, 2005.

LE BRETON, David. **Anthropologie du corps et modernité.** Paris: Quadrige/PUF, 1990.

LE CORBUSIER. **Planejamento urbano.** São Paulo: Perspectiva, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitan Swing, 2013.

LESSA, C. **O Rio de todos os Brasis.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

MACEDO, D. C. **História da cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.

MACEDO, M. A. M. A concepção do projeto corredor cultural do Rio de Janeiro: a participação de técnicos e intelectuais no processo de planejamento urbano. **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, v. 8, n. 4, p.1-15, 2004.

MARIANO, W. Duas faces para o filme Madame Satã: uma análise comparativa dos projetos gráficos de seus cartazes. **VI ENECULT.** Salvador: UFBA, 2010.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade.** Lisboa: Antígona, 2017.

MORIN, Edgar. **Cultura e barbárie europeias**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MORONI, S.; COZZOLINO, S. Action and the city. Emergence, complexity, planning. **Cities.** v. 90, p. 42-51, 2019.

NASCIMENTO, E. P. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, M. (Org.). **No meio da rua:** nômades, excluídos e viradores**.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

PAEZZO, S. **Memórias de Madame Satã**. Rio de Janeiro: Lidador, 1972.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. v. 2, n. 3, 1989.

RIBEIRO, T. F. Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil. **Revista de Direito da Cidade**. v. 10, n. 3. p. 1334-1356, 2018.

RIO DE JANEIRO. Lei n. 506. **Corredor Cultural SMP 1979.** Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, 1984.

RODRIGUES, G. Madame Satã: a potência de um corpo em cena. **Estudos da Língua(gem).** v. 12, n. 1, p. 175-193, 2014.

ROGERS, W.; BALLANTYNE, A. Populações especiais: vulnerabilidade e proteção. **RECIIS. R. Eletr. de Com., Inf. & Inov. Saúde.** v. 2 (supl. 1), 2008.

ROSSI, P. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: UNESP, 2010.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2006. 258 p. Disponível em: http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1799/A natureza do Espaço.pdf?sequence=1. Acesso em: 26 jul. 2016

SENNETT, R. **Carne e pedra.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

SMITH, N. Gentrificação: A fronteira e a restruturação do espaço urbano. **GEOUSP:** Espaço e Tempo (Online). São Paulo, n. 21, p. 15-31, 2007. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74046/77688. Acesso em: 30 jul. 2016.

SILVA, G. R. L. **As múltiplas faces de Madame Satã:** estéticas e políticas do corpo. Tese (Doutorado em Letras). PUCRIO, Rio de Janeiro: Departamento de Letras, 2011.

VAZ, L. F.; SILVEIRA, C. B. A Lapa boêmia na cidade do Rio de Janeiro: um processo de regeneração cultural? Projetos e dinâmicas do lugar. In: VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. **Intervenções em centros urbanos:** objetivos, estratégias e resultados. São Paulo: Manole, 2009.

VENTURA, Z. **Cidade partida.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

WIEVIORKA, M. **Em que mundo viveremos?** São Paulo: Perspectiva, 2006.

VIRILIO, P. **O espaço crítico.** Rio de Janeiro: 34, 1993.

WACQUANT, L. **Punir os pobres**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

XAVIER, A. et al. Projeto Lapa Legal: intervenção urbana e gestão em área de proteção do ambiente cultural. **Rio Patrimônio Cultural**. Ano 2, n. 1, p. 7-17, 2012.